

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CINCO DE MAIO DOIS MIL E QUINZE -----

----- **ATA NÚMERO SESSENTA E SETE** -----

----- Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e quinze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Éça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel

DRAFT

de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Ana Luísa Flores de Moura Regedor, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, José Vitor dos Reis e António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Vasconcelos Maia.

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vítor Reis-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS/PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- José Alberto Franco (IND) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina, e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto, Graça Fonseca e Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, Paulo Quaresma, Rui Franco, Carlos Moura e João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, informam-me os serviços que já há quórum e, portanto, podemos iniciar os nossos trabalhos. -----

----- Agradecia que ocupassem os vossos lugares.-----

----- Agradecia, também, que os senhores assessores que estão na sala na área do Plenário, fossem para a sua área na sala. E vamos dar início à nossa reunião. -----

----- Lembrar ao Senhores Deputados o que é que se vai passar. Em primeiro lugar, nós temos duas pessoas inscritas do público, que vêm aqui, habitualmente, expor as suas situações e que nós daremos a palavra imediatamente, a seguir. -----

DRAFT

----- Depois segue-se uma sessão de perguntas à Câmara. Os temas das perguntas estão disponíveis no *site*, para quem quiser relembra-los. Cada partido apresentou um conjunto de temas e depois explicarei como é que se processa o formato da sessão.-----

----- Às dezoito horas e trinta minutos teremos o Debate Temático sobre as Migrações. Hoje o tema é a “Participação Política dos Imigrantes”, e os Senhores Deputados terão que assinar uma nova lista de presenças para verificação de quórum, às dezoito horas e trinta minutos.-----

----- E, posto isto, ia pedir aos serviços que encaminhassem as pessoas inscritas.-----

----- O Senhor Frederico Jorge tem cinco minutos para fazer a sua intervenção. Se tiver documentos para deixar na Mesa, pode deixar. E quando terminar o seu tempo, se ainda, não tiver acabado, eu faço-lhe um sinal sonoro para avisar.”-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Senhor Frederico Jorge Tabaquinho Guerreiro**, residente em Largo do Cabeço da Bola, nº 14 – r/c, 1150-088 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Arquiteta Helena Roseta, agradeço-lhe a concessão dos cinco minutos e não irei ultrapassar os cinco minutos. Dentro daquilo que é possível, irei ser rápido e muito objetivo. -----*

----- *Boa tarde a todos os eleitos com assento nesta Assembleia. Estou aqui pela Freguesia onde moro, que é a Freguesia de Arroios e estou a ser alvo de discriminação da parte daqueles que exercem funções de poder local. -----*

----- *Tenho alertado ao longo de muito tempo já a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhora Anabela Valente, para a permanente falha de não existência de fichas para uma inscrição prévia dos fregueses para que possam ter a sua intervenção na mesma Assembleia, do qual não tenho tido nem resposta por escrito e todas as várias realizações da mesma Assembleia eu desloco-me aos vários polos da Junta de Freguesia de Arroios para poder efetuar a minha inscrição prévia e os funcionários administrativos unicamente me respondem que: ‘Não temos informação interna da realização dessa Assembleia e muito menos temos as fichas de inscrição. Se o Senhor Frederico não se importar, nós vamos fazer-lhe uma inscrição para a Assembleia em ficha de reunião pública do executivo da Junta.’ -----*

----- *Eu não me importo, tenho aqui os documentos todos que foram entregues à Senhora Presidente Anabela Valente na última Assembleia de Freguesia com data de 29 de abril de 2015. Atendendo que o problema não é resolvido, decidi apresentar o problema nesta Assembleia Municipal, porque quando se pede às populações que deem o seu contributo físico, quem exerce funções de poder local deve receber com agrado e não com desprezo, como acontece na Freguesia onde eu moro.-----*

----- *Tenho a dizer à Senhora Anabela Valente que em democracia não há assuntos proibidos...”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “O Senhor está a dirigir-se a uma pessoa que não faz parte desta Assembleia e não está aqui presente. Portanto, eu chamo a sua atenção que nós não podemos estar aqui a apreciar umas palavras que não são dirigidas a esta Assembleia. Se quiser

dirigir à Assembleia, muito bem, se é dirigido a uma terceira pessoa não poderá fazê-lo aqui.-----

----- Eu compreendo o problema que está a trazer, mas não é da nossa competência e a Senhora que está a ser invocada não pertence a este órgão. Portanto, o que é que eu posso fazer? Tenho que lhe chamar à atenção e o Senhor Frederico fará como entender.”-----

----- **O Senhor Frederico Jorge Tabaquinho Guerreiro:**-----

----- “*Se a Senhora Presidente me der autorização, eu vou concluir com o meu obrigado a Salgueiro Maia pela liberdade de expressão. O 25 de Abril está a passar por aqui. Disse.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Não está em causa a liberdade de expressão, mas sim o direito das pessoas responderem quando são interpeladas, ou pelo menos saber que estão a ser interpeladas numa determinada instância.-----

----- Seja como for, este assunto não é da competência da Assembleia Municipal. Naturalmente que estão presentes na sala Deputados Municipais de vários grupos municipais, de vários partidos que têm representação na Assembleia de Freguesia de Arroios e poderão, se assim o entenderem, fazer diligências junto da Assembleia de Freguesia para confirmar o que o Senhor Frederico aqui trouxe e tentar encontrar uma solução. Penso que é o que será sensato, porque naturalmente nós, como Assembleia Municipal, não o poderemos fazer.-----

----- De qualquer modo, muito obrigada, isto é uma tribuna livre, as pessoas têm o direito de se exprimir e assim foi feito.”-----

----- **A Senhora Suzete Varela Silva,** residente em Rua General Justiniano Padre, lote 30, 5º D, 1170-154 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Vivo num prédio num lote da Câmara e estou a pedir uma transferência, a qual é do conhecimento da Câmara e da minha Junta de Freguesia, da Presidente e de todos que lá estão, como é que eu estou a viver.*-----

----- *A transferência é conseguida, cortam-me sempre o assunto, não posso por causa da mobilidade. Vivo num prédio impróprio para se viver. Eu, Suzete Serralha Varela da Silva, mereço resposta. Nunca faltei à Câmara.*-----

----- *A GEBALIS sabe tudo. Não tinha elevadores, arranjam os elevadores e no outro dia está tudo partido. Onde é que está o Presidente da Câmara que não vê nada? Onde é que estão os órgãos que possam ver onde eu vivo? A Doutora Roseta também sabe do assunto, todos sabem. Estou ali há 15 anos nesta desgraça, uma mulher de 70 anos a viver ali. Como? Não posso viver na porcaria onde vivo. Vão lá espreitar e vão ver.*-----

----- *Deem-me a transferência.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “A Senhora Suzete entregou uma carta, naturalmente a Mesa vai fazer como habitualmente nestas coisas, irá oficial ao Senhor Presidente e através do Senhor Presidente à Senhora Vereadora, para ser dada informação sobre esta situação.-----

----- As transferências de habitações municipais são regidas pelos nossos regulamentos, com certeza haverá um processo instaurado e terá que se ver o que é que se passa e porque é que esta situação é motivo de queixa e o que a empresa terá a dizer sobre isto e a Senhora Vereadora, também. -----

----- Portanto, agradeço a sua intervenção, e terminámos as intervenções do público. ---

----- Vou lembrar, Senhores Deputados, vamos agora iniciar a sessão de perguntas à Câmara, e vou lembrar como é que é o formato da sessão; os deputados inscrevem-se, cada deputado faz a pergunta, ou as perguntas, cujo texto foi enviado à Câmara e, de imediato é respondido pela Câmara no fim da intervenção de cada deputado, através de um vereador, ou mais, conforme entender. Se houver mais de um deputado de cada grupo municipal para fazer perguntas é uma nova ronda, portanto, da primeira vez é só um deputado de cada grupo, depois pode haver uma segunda ronda com mais um deputado de cada grupo e assim sucessivamente, até esgotar as inscrições. Se a Câmara não tiver tempo para dar todas as respostas, faremos como habitualmente, pediremos a grupos que disponham de tempo e se o cedem para esse efeito. E se algum deputado, e esta questão é importante, se algum deputado pretender repetir a pergunta, pode fazê-lo mas terá que se inscrever novamente. Portanto, tem de ter tempo para se voltar a inscrever e voltar a fazer a pergunta. Às vezes acontece porque apenas indicam o tema e a resposta não é satisfatória e os Senhor Deputado quer voltar a insistir, pode fazê-lo mas tem de se inscrever novamente.-----

----- Portanto, estando claras estas regras, os tempos são os que estão nos relógios. ---

----- Os Senhores Deputados têm os relógios aí, não os veem, ainda não temos os tabletes distribuídos, mas quem vier falar à tribuna têm relógios na tribuna, e na Mesa da Câmara também há. Quem falar do lugar e precisar de saber quanto tempo é que dispõe podem perguntar à Mesa que a Mesa vai informando os tempos que, ainda, estão disponíveis. -----

----- Assim, a Mesa vai dar a palavra por ordem de inscrição. E a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **PONTO 1 – PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS INCLUÍDOS NO ANEXO I, AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO - (GRELHA I – LIMITE MÁXIMO 4H);** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “As questões que quero aqui colocar prendem-se com os seguintes temas; Bairros Históricos a Património da Humanidade. -----

----- Como sabemos, no princípio do mandato, por intermédio das Comissões Cultura e Urbanismo, foi proposto que Lisboa concorresse com os seus Bairros Históricos a Património da Paisagem Urbana da UNESCO. Essa ideia foi assumida pelo Plenário, que a adotou e, também, teve o acolhimento dos Vereadores da Cultura e do urbanismo. -----

----- Depois disso, já lá vai quase um ano, nada mais fomos informados além de uma visita que tivemos à Senhora Embaixadora de Portugal na UNESCO, e uma visita do Ex-Diretor Geral da UNESCO que visitou Lisboa.-----

DRAFT

----- Nós gostaríamos que este processo avançasse. Sabemos que só pode ser analisado pelo júri daqui a três ou quatro anos, mas entretanto, há imenso trabalho a desenvolver, e eu recorro que há dezenas de pedidos a património mundial, património imaterial, património da biosfera, de portugueses na UNESCO que estão a decorrer, que se estão a desenvolver e, naturalmente, têm também o mesmo problema.

----- Eu só recorro que, neste momento, por exemplo; a Escadaria do Bom Jesus, o Centro Histórico de Viseu, os Tapetes de Arraiolos, o Tesouro Português do Apocalipse, a Romaria Minhota, o Mosteiro do Refúgios, as Fisgas de Ermelo, Carrilhões de Mafra, etc., são dezenas de pedidos que estão a ser feitos à UNESCO no sentido de serem considerados Património Mundial.-----

----- O outro ponto que eu queria aqui levantar prende-se com a Colina de Santana. ----

----- Pela iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, foi levantado este problema e teve uma ampla discussão com cerca de quatro, ou cinco, sessões nesta Assembleia. Foi constituída uma Comissão Eventual de Acompanhamento e foi constituído um Programa de Ação Territorial, Depois, praticamente, não soubemos de nada. Como é que se está a desenvolver? -----

----- Eu soube, entretanto, que tem havido alterações daquilo que são as intenções da Câmara em relação aos edifícios onde pretende ficar. Sabemos que também tem havido contactos com o Ministério da Saúde em relação à construção do Centro de Saúde do Martim Moniz. Tem havido, também, com o Ministério da Saúde e com o Senhor Presidente da Câmara contactos no sentido de a Câmara apoiar naquilo que é o médico de família em Lisboa, através dos serviços sociais da Câmara Municipal, mas gostaríamos de ter uma informação mais pormenorizada sobre esta matéria. -----

----- Outro assunto que gostaria de levantar tem a ver com as Olissipiadas. Sabemos que estão a decorrer, não sabemos bem como. Eu tenho visto no *facebook* o Senhor Vereador a falar várias vezes e a apresentar-se em fotografias sobre algumas iniciativas, mas não sabemos quais são os moldes exatos com que estão a decorrer as Olissipiadas. -----

----- Um outro aspeto tem a ver com o MUDE. Eu gostaria de saber se aquelas questões que foram levantadas na primeira sessão desta Assembleia, neste mandato, relativamente a um regulamento do MUDE. Em que estado é que isso está? Se há já um regulamento, que identifique concretamente as responsabilidades, quer da Câmara, quer o detentor ou vendedor do património Francisco Campelo, se de facto, já se está a cobrar bilhetes, portanto, alguma informação do MUDE. -----

----- Um outro aspeto que eu queria referir tem a ver com o Provedor dos Bairros Históricos. Dentro dos Bairros Históricos também foi aprovada aqui por unanimidade uma recomendação no sentido de a Câmara providenciar que fosse criado um Provedor para os Bairros Históricos. Nunca mais soubemos de nada. Gostaríamos de saber em que estado é que isso está. -----

----- E é tudo, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu:-----

----- “O Senhor Deputado levantou aqui, quatro temas; Bairros Históricos, Colina de Santana, Olissipiadas e MUDE. -----

DRAFT

----- Peço à Câmara para responder. A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto vai responder, naturalmente, ao MUDE.-----

----- É respondido logo, eu acabei de dizer as regras, os Senhores Vereadores estavam a pensar em outro assunto, mas eu vou voltar a ler. O que está no Regimento é quando se faz a pergunta, logo após a conclusão do deputado, as perguntas são respondidas imediatamente. Senhores Vereadores não digam que não que é o que está no Regimento.-----

----- Vou passar a ler, este tempo não conta, nem para uns, nem para outros. Eu tenho direito ao tempo que eu precisar, naturalmente, como é óbvio. Eu acabei de ler, mas vou voltar a ler, não há problema nenhum; os tempos de intervenção são distribuídos de acordo com o Regimento, a grelha o que diz é apenas o limite de tempo. O formato da sessão que eu leio aqui foi aprovado em Conferência de Representantes, tem estado no site de cada vez que há uma sessão, portanto, é falta de memória, Senhor Vereador, é natural que não pudesse estar nessa reunião, o Senhor Presidente da Câmara não estava de certeza, mas eu vou voltar a lembrar, e peço à Câmara para se organizarem em conformidade.-----

----- O que nós temos e que foi consensualizado em Conferência de Representantes, no ano passado, logo no princípio, o formato destas sessões. E eu vou passar a ler; eu costumo enviar junto com o ofício e pensava que já o sabiam, e o formato é este; cada Deputado faz a pergunta, ou o conjunto de perguntas tendo, de imediato, a resposta da Câmara. Havendo mais que um Deputado do mesmo grupo, ou do conjunto de Deputados Independentes, haverá uma segunda ronda de intervenções. Caso a Câmara não tenha tempo para responder a todas as questões, a Mesa negocia a cedência de tempo com os grupos municipais ou independentes que dele disponham. Se um Deputado pretender repetir a pergunta pode fazê-lo na ronda seguinte, devendo voltar a inscrever-se para o efeito.-----

----- Foram estas as regras que a Assembleia Municipal acordou em termos de Conferência de Representantes e é assim que temos feito em todas as sessões de perguntas. Está clarificado.-----

----- Senhor Presidente, faça favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte declaração: --
----- “Senhora Presidente, não creio que esteja clarificado porque nós não temos adotado esse procedimento nas últimas...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** interpelou:-----

----- “Oh Senhor Presidente, não diga isso! Adotámos sempre este procedimento nas sessões de perguntas, este procedimento é o formato que a Assembleia tem adotado, o Senhor Presidente poderá estar a fazer confusão com outras sessões em que há também sessões em que há também questões colocadas à Câmara, quer nas sessões de intervenções da informação escrita do Presidente, quer em declarações políticas ou outras sessões, mas aqui nas sessões de perguntas é sempre este o formato que temos adotado Senhor Presidente.-----

DRAFT

----- Eu peço desculpa, a mudança de Mandato da Presidência pode ter levantado aí alguma dificuldade mas eu não gostaria que nós contrariássemos aquilo que foi acordado em Conferência de Representantes. -----

----- Senhor Presidente diga.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, explicou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, a mudança não levantou dificuldades, até porque eu recordo-me de estar aqui na condição de Vice-Presidente, eu não creio é que beneficie o debate por dois motivos: em primeiro lugar porque há perguntas que nós já temos a indicação, aliás que são sobre o mesmo tema, feita por Deputados diferentes, repetir a mesma resposta duas ou três vezes é algo que não beneficia ninguém!...” -----

----- Deixe-me concluir...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Oh Senhor Presidente, eu peço desculpa de o interromper...” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte argumentação: -----

----- “Senhora Presidente, mas se eu puder concluir, eu só quero de concluir a minha argumentação!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Oh Senhor Presidente desculpe, mas eu tenho que o interromper! -----

----- Não cabe à Câmara dizer à Assembleia Municipal como é que a Assembleia deve trabalhar, portanto, a Câmara tem que se submeter às regras acordadas, podem estar mal acordadas mas foi o que nós acordámos e, portanto, eu tenho muita pena mas não podemos estar aqui em plena Sessão de Plenário a alterar regras que foram acordadas em Conferência de Representantes, com consenso de todos e que já foram sempre utilizadas! -----

----- Diga Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte explicação: -----

----- “Senhora Presidente, há aqui uma divergência sobre o facto de elas terem sido sempre utilizadas, não é essa a interpretação que a Câmara tem das várias reuniões que tivemos sobre esta matéria! -----

----- E além do mais há um segundo aspeto a que eu apelo para a sua compreensão, é um aspeto do ponto de vista prático que é o seguinte: que é a questão da gestão dos tempos. Não é possível fazer uma gestão eficaz dos tempos se, ainda por cima, a Câmara tem que usar o seu tempo a responder três vezes à mesma pergunta e deve ter sido por esse motivo que nas reuniões anteriores o procedimento que foi usado não foi este!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Oh Senhor Presidente, se o Senhor Presidente me permite a Câmara pode responder a primeira vez e à segunda ou à terceira diz que já respondeu, fará como entender! Gerem o tempo como entenderem! -----

----- Nós temos consciência que há aqui um problema de tempos na questão destas Sessões, houve uma Recomendação aprovada por esta Assembleia no sentido de ajustarmos, criarmos normas de boas práticas precisamente nesta, esta é uma das matérias em que queremos criar normas de boas práticas, foi criado um grupo de trabalho, está constituído, a Mesa está a preparar um documento para distribuir por todos para discutirmos esta matéria, mas enquanto não for alterado cumprimos o que fizemos anteriormente, Senhor Presidente, eu peço desculpa mas não posso daqui sair e não vou consentir numa questão processual com a Câmara sobre esta matéria, desculpem-me, não é da vossa competência! O Grupo Municipal do PS se quiser que ponha a questão! -----

----- Eu acho que não é da competência da Câmara estar aqui a questionar os modos de funcionamento da Assembleia Municipal! Se não concordam com isto são os Senhores Deputados Municipais que podem recorrer, mas não a Câmara! A Câmara aqui está para responder!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte explicação: -----

----- “Senhora Presidente, eu peço desculpa, a Câmara Municipal está presente nas Reuniões da Assembleia de Representantes, não está?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Com certeza que está Senhor Presidente!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte explicação: -----

----- “Então se está pode intervir sobre o que lá se passa! Ou não pode?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte explicação: -----

----- “A Câmara pode intervir sobre o que aqui se passa mas compete a este Órgão, que tem autonomia em relação à Câmara de definir as regras de funcionamento! O Regimento é da Assembleia, não é da Câmara!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra deu a seguinte questionou: -----

----- “Oh Senhora Presidente, a Senhora Presidente acabou de referir que não há nenhuma regra no Regimento que implique o formato que a Senhora Presidente está a dizer que implica! Não é do Regimento do funcionamento da Assembleia!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Oh Senhor Presidente, eu lamento mas não posso estar de acordo consigo! Portanto, quem está a dirigir os trabalhos sou eu, não é o Senhor Presidente, o Senhor Presidente dirige as Reuniões de Câmara e eu dirijo as Reuniões da Assembleia, lamento profundamente, vamos prosseguir, se algum Grupo Municipal entender pôr

DRAFT

em questão o entendimento que eu estou a ter faça o favor de o fazer neste momento! O Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O tempo já vai longo. Temos de avançar com os trabalhos. -----

----- O esquema de funcionamento foi tal e qual como a Senhora Presidente o disse. Aliás, noutras situações o Senhor Presidente agora Presidente, como Vice-presidente respondeu a várias questões do BE imediatamente, depois de ser interpelado nas perguntas à Câmara, e portanto tem sido sempre esse o procedimento. Podemos repensá-lo para o futuro por questões de organização de tempos, tal como referiu, mas isso tem de ser visto noutra reunião, não agora, pelo que proponho que avancemos rapidamente.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Presidente evoca as reuniões da Conferência de Representantes partindo do princípio que tem havido consenso em relação a esta matéria. -----

----- Eu quero deixar bem claro, e repito, que sobre a matéria de perguntas à Câmara, nunca existiu qualquer tipo de consenso na reunião de Representantes. E várias vezes citei esta matéria como uma matéria que a Câmara não tinha o mesmo entendimento dos restantes Representantes e como é óbvio, que a forma como era gerido o tempo não permitia que a câmara, de alguma forma, pudesse gerir o seu tempo de maneira satisfatória face às perguntas que lhe eram colocadas. -----

----- Portanto, desculpe, relativamente a esta matéria não há aqui qualquer tipo de consenso em relação á forma como esta sessão está organizada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Relativamente à posição da Câmara, só posso concordar com o que está a dizer porque é verdade. A Câmara sempre protestou em relação a esta matéria e, por essa razão, nós várias vezes procurámos ajustar e a reajustar este formato. -----

----- Mas a Conferência de Representantes é um órgão consultivo da Mesa, nem sequer é um órgão deliberativo. E quando eu digo consensualizar, é consensualizado entre os membros da Assembleia Municipal. Naturalmente, a câmara disse que não estava de acordo, e eu até trouxe bastantes vezes, aqui, a posição da Câmara pedindo boa vontade a todos os grupos municipais para facilitarmos o bom andamento dos trabalhos. Fiz sempre isso em todas as sessões de perguntas. A Mesa também tem procurado, sempre, não permitir que a Câmara fique sem tempo, temos sempre gerido o tempo pedindo aos grupos que dispõe de tempo, e não tem sido por falta de tempo que a Câmara não tem respondido. -----

----- Portanto, eu pedia, e para não estarmos a insistir no incidente processual que não tem razão de ser, naturalmente, consultando as atas das reuniões podemos tirar as dúvidas. Pode algum de nós estar a cometer um qualquer erro de memória, isso acontece a qualquer um. Eu posso estar a cometer um erro de memória, ou o Senhor presidente da Câmara. Tiraremos, naturalmente as dúvidas, mas eu pedia para prosseguirmos com o formato que eu aqui indiquei. -----

DRAFT

----- Temos agora um pedido de palavra por parte do PS. -----
----- Peço-vos para não eternizarem esta questão. Já sabemos que é uma questão difícil de resolver. Já combinamos que vamos resolver, mas não agora. -----
----- De qualquer maneira, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo tem a palavra. Não é no tempo do partido. Trata-se de uma interpelação à Mesa.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Só para precisar que não foi agora que eu pedi a palavra, foi há cinco minutos atrás, mas não há problema nenhum. -----
----- De todo o modo, só para situar o contexto porque eu acho que ambos acabam por ter razão.-----
----- A prática das perguntas à Câmara tem sido assim. Pode ter existido alguma confusão com a prática da Informação Escrita do Presidente em que, de facto, apesar do Regimento também ter outras normas, o que temos feito é a resposta em conjunto. Mas também é verdade aquilo que o Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro referiu, porque a Câmara manifestou por várias vezes discordância com o modelo e por isso é que existiu uma deliberação na última Assembleia Municipal em que um dos pontos que vai ser revisto é este. Para esta reunião em específico, o assunto não foi suscitado em Conferência de Representantes, ficou acordado que vai ser resolvido. Agora, acho que estaria na discricionariedade da Mesa que podemos decidir em contrário. Mas, acho que do ponto de vista prático, e era com isto que queria concluir, Senhora Presidente, eu acho que nós temos que passar à substância, mas todos nós termos o entendimento que a Câmara deverá ter a necessária maleabilidade para as respostas, que aquilo que se repetir a Câmara sem qualquer prejuízo, dirá simplesmente, que já respondeu a essa pergunta e se isso for assim, acho que os grupos municipais têm que se conformar com essa pergunta e não fazer nenhum incidente sobre esta matéria, e temos de ter a habitual flexibilidade para dar todos os tempos à Câmara e toda a possibilidade de a Câmara responder a todas as perguntas porque acho que esse é que é o objetivo, é a Câmara responder às questões que lhe são colocadas. -----
----- E, naturalmente, aquilo que temos que fazer é, em cumprimento da deliberação da semana passada da Assembleia Municipal, temos que acelerar a revisão do Regimento nos pontos em que já identificamos, e este é um deles, que tem de ser resolvido.-----
----- Acho que deve ser assim. E concordo consigo em que não vale a pena prolongarmos aqui o medir de forças, ou um braço de ferro. Acho que, eventualmente, se for esse o caso, na Conferência de Representantes deve visitar esse assunto. Também não me parece mal o modelo, mas pelos vistos parece mal à Mesa, e não quero estar a fazer aqui um braço de ferro com a Mesa, que a Câmara possa, como já o fez, de agrupar alguns grupos de questões. -----
----- O que importa é os grupos fazerem as perguntas e a Câmara responder.” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -
----- “Eu queria tornar claro que, em nenhum momento, as minhas palavras possa ser interpretado alguma questão sobre a organização da Assembleia, nem a condução dos

trabalhos. Isso, obviamente, compete à Câmara e nunca me pronunciaria sobre isso. A Câmara sujeita-se, obviamente, àquilo que são as regras do funcionamento.-----

----- De facto, a minha memória vai noutro sentido. Mas admito que possa haver aqui algum lapso e isso também poderá, com alguma facilidade, comprovado. -----

----- Resta-me solicitar que esta questão seja ponderada numa próxima reunião em que fosse equacionado o funcionamento da Assembleia, um contributo para a melhoria e para a eficácia do que é esta sessão de perguntas e respostas. Porque creio que beneficiaríamos mais de um formato diferente. Mas isso deixo à consideração da Senhora Presidente e dos grupos em comité, o que tiverem que decidir sobre este funcionamento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- É exatamente isso que iremos fazer, e é isso que está aprovado por esta Assembleia que se irá fazer. -----

----- Eu estava aqui a conferir este formato de sessão de perguntas à Câmara que foi discutida na Conferência de Representantes, no dia trinta e um de março de 2014, e é desde essa data que nós seguimos este formato que foi discutido nesse dia. Portanto, podem consultar no site qual foi a ata da reunião e qual foi a decisão que se tomou, porque efetivamente, a mesa não ia inventar uma interpretação que não existisse. -----

----- Vamos então prosseguir, compreendendo as dificuldades de gestão de tempo, e dando a flexibilidade necessária para que toda a gente possa sair daqui com as respostas que procura. -----

----- Portanto, voltamos a onde estávamos. -----

----- Senhor Presidente, peço desculpa, vamos então voltar atrás. -----

----- O PSD apresentou quatro temas. A Câmara pretende responder a quais destes quatro temas, nesta fase? -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- Em dezembro de 2014., enviámos uma carta à UNESCO reforçando a intenção de manter inscrita na lista indicativa de património mundial a candidatura da Baixa Pombalina, salvaguardando que a candidatura poderá abranger um território mais alargado. -----

----- Entretanto, em outubro de 2014, tinha estado em Lisboa o Comissário da UNESCO, Arquiteto Francesco Bandarim, que apoiou esta candidatura mais alargada numa nova figura prevista pela UNESCO, designada “Paisagem Urbana Histórica”, a inserir no grupo “Cidades e Centros Históricos – Cidades Históricas Habitadas e Cidades de carácter evolutivo”. -----

----- Está constituída uma equipa que tem vindo a desenvolver uma proposta para atualização da candidatura inscrita na lista indicativa. -----

DRAFT

----- As candidaturas podem ser entregues até fevereiro de cada ano, e o Comité reúne anualmente, em junho/julho. Porém, dado que Portugal integra o Comité do Património Mundial, desde novembro de 2013, para um mandato de seis anos, reduzido para quatro, e considerando o acordo que não sejam avaliadas candidaturas pelos Estados Membros que integram o Comité, Lisboa só poderá ver a sua candidatura avaliada em junho/julho de 2019. -----

----- Sobre a Colina de Santana, foi aprovado um PAT, na reunião de Câmara de vinte e um de maio de 2014, posteriormente foi desenvolvido o debate na Assembleia Municipal, e o objetivo que está definido é regenerar e reabilitar a Colina de Santana, reabilitar e rejuvenescer e Centro de Lisboa. -----

----- O grupo de parceiros que estão reunidos no PAT são as Juntas de Freguesia de Arroios, Santo António e Santa Maria Maior, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Lisboa, o Ministério da Saúde, a Santa Casa da Misericórdia, a Sociedade ESTAMO, a Associação de Turismo de Lisboa, a Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, a Academia Militar. -----

----- Realizaram-se oito reuniões dos grupos de decisão e de concertação, entre doze de setembro e dezoito de dezembro de 2014, e ainda, nove reuniões dos grupos específicos dos programas de intervenção.-----

----- Está feita uma matriz de suporte que é o documento que permite relacionar todas as diferentes ações e programas de ação. Neste momento, estão em desenvolvimento as seguintes ações; o Centro de saúde do Martim Moniz, entre a Câmara Municipal, o Ministério da Saúde e a ESTAMO, o Ramo da BIOTEC, Ciências da vida de Lisboa no antigo Hospital de São Lázaro que envolve a Câmara, o Centro Hospitalar de Lisboa, a Faculdade de Ciências Biomédicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian, o CEDOC, o IME, a Global Shaper e a Startup da Saúde. A outra ação que está em curso é no Hospital do Desterro e que é a reconversão em unidade de alojamento temporário e centro de inovação, o Convento da Encarnação a reconversão da unidade multifuncional da oferta social, portanto, por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Estão a ser revistos os termos de referência das unidades hospitalares Miguel Bombarda, São José, Unidade de Santo António dos Capuchos e Hospital de Santa Marta. -----

----- Estão a ser elaborados os termos de referência da unidade de habitação para a Rua das Barracas uma vez que houve a desistência da cooperativa a quem tinham sido cedidos aqueles terrenos. E isto envolve a Câmara e a Junta de Freguesia de Arroios. --

----- Estão a ser desenvolvidos os termos de referência para um programa habitacional na Rua de São Lázaro. -----

----- Está em organização para este ano, e para os dois anos subsequentes, o Festival Todos, no território da Academia da Colina de Santana que envolve a Academia de artistas e as Juntas de Freguesia.-----

----- Estão em organização percursos turísticos na Colina de Santana entre a Câmara, a Faculdade de Ciência Médicas da Universidade Nova e a Associação de Turismo de Lisboa. -----

DRAFT

----- Está em curso o projeto de requalificação do Pátio Moca que envolve a Junta de Freguesia de Arroios, a Câmara e privados. -----

----- A requalificação da Escola Luísa Ducla Soares que está a ser elaborado o projeto pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Os estudos de eficiência energética do Parque Habitacional e do espaço público que é uma candidatura preliminar do programa “POR-2020”; -----

----- O Museu da Saúde que é uma candidatura preliminar ao “POR 2020”, de iniciativa da Câmara e do Ministério da Saúde; -----

----- A Escola de Formação profissional e a candidatura preliminar do “POR-2020”; -----

----- A requalificação das áreas envolventes do Elevador do Lavra, a requalificação do Campo dos Mártires da Pátria, na Colina de Santana, a requalificação do eixo da rua de Santa Marta e outras ações de requalificação do espaço público; -----

----- Está também, em curso o Plano de Ordenamento da Circulação, Estacionamento e de Transportes da Colina de Santana, elaborado pela Câmara e pela EMEL e as concessionárias de transportes públicos.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Em relação ao MUDE, eu queria dizer que relativamente à primeira pergunta as relações com colecionadores estão reguladas até aos sessenta e cinco anos do mesmo, através do Conselho de Gestão da Coleção Francisco Capelo, e foi uma deliberação aprovada pelo executivo municipal. -----

----- E relativamente á questão da Bilhética que está previsto, houve um pequeno atraso na parte tecnológica da implementação da bilhética, mas são cobrados brevemente, bilhetes no MUDE.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito brevemente, tentar fazer o ponto de situação das Olissipiadas. -----

----- Antes de mais, começar por agradecer publicamente, a toda a equipa que tem estado desde o início deste projeto, a desenvolver este projeto, quer nomeadamente, ao Departamento de Desporto que a tutela, mas também às Juntas de Freguesia, clubes e todos os parceiros, associações e federações que estão a levar a cabo este projeto que acho que é de grande dimensão, e que na minha opinião, está a revelar um enorme sucesso. -----

----- Primeiro ano, cerca de cinco mil inscrições. Todas as fases locais já estão realizadas, doze modalidades, programas de colaboração e de articulação com as federações, com os clubes, com as Juntas de Freguesia e criarmos aqui uma rede que está a permitir a experimentação de novas modalidades desportivas a muitas crianças, apenas cerca de 25% das crianças são federadas, quer dizer que estamos a permitir a experimentação e a novidade e a iniciação desportiva em muitas crianças da freguesia, uma marca consolidada e que tenho a certeza que para o ano já escalável este conceito. -----

----- No dia trinta e trinta e um, vamos ter no Estádio Universitário de Lisboa, a fase final onde todas as crianças poderão estar a participar nas modalidades da fase final.

Serão dois dias de grande festa com dois concertos, inclusive, e onde, para além das doze modalidades em competição, terão mais oito modalidades presentes em experimentação e onde podemos também apresentar outros programas que temos em curso, nomeadamente, “Lisboa Vai ao Parque”, também estará disponível nesta fase final.-----

----- Permitam-me dizer que para além destes projetos, lançamos também, muito recentemente, em linha com os programas da Olissipiadas, já há um alargamento nas escolas do 1º Ciclo, de um pacote de jogos de um programa de apoio à Educação Física Curricular, como piloto, e portanto, estamos a trabalhar no sentido de trazer às crianças de Lisboa uma cultura e formação desportiva.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Eu trago aqui o tema do comércio tradicional que já, aqui, tinha colocado. -----

----- Trata-se do desaparecimento do comércio tradicional dos centros históricos, neste caso, da Cidade de Lisboa, para dar lugar às grandes marcas, isto liga-se ao brutal aumento da Lei do Arrendamento e como consequência os pequenos comerciantes estão a sair da Baixa de Lisboa.-----

----- Parece haver uma diretiva, ou está, ou já foi aprovada, que permite tal atrocidade e que teremos que aprofundar. -----

----- Como vemos, é uma questão iminente, política e voltamos a ela enquanto a mesma não estiver devidamente, resolvida.-----

----- Lembramos que foram cinco os eixos fundamentais do programa do Partido Socialista para Lisboa, Lisboa Empreendedora. E de recordar que falava da cidade, do trabalho, da criação de emprego, da cidade de inovação, da cidade aberta às empresas e da cidade de comércio. No entanto, Lisboa perdeu nos últimos anos setores importantes para a economia, encerramento de áreas de setores comerciais que faziam parte da nossa memória coletiva da cidade; livrarias, cafés, restaurantes, cinemas, casas de espetáculo, entre outras. -----

----- Lisboa torna-se, a passos largos, numa cidade interdita à classe trabalhadora, aos desempregados, aos trabalhadores precários quem vive apenas do seu salário. As rendas atingem preços insuportáveis ao mesmo tempo que a Baixa da cidade de Lisboa é entregue ao capital nacional e estrangeiro, para que a transformem numa zona reservada apenas a quem a pode pagar. -----

----- A Câmara de Lisboa diz que não tem forma de estancar a razia de estabelecimentos de comércio tradicional que fecham as portas como consequência desta Lei das Rendas. Para além das cento e setenta lojas identificadas no Plano Diretor Municipal, como estabelecimentos a defender a todo o custo, a autarquia admite que pouco pode fazer; “Este é um problema que nos preocupa de sobremaneira”, referiu e admitiu o Senhor Vereador do urbanismo Manuel Salgado. Em preparação está, como disse, um Regulamento Comercial que poderá vir a dificultar o desaparecimento de lojas mais carismáticas. E continuou; “o comércio da cidade tem sido muito afetado pela Lei das Rendas, com várias lojas emblemáticas a

fecharem”. Esta questão foi objeto de uma recomendação apresentada pelos Vereadores do PCP, João Ferreira e Carlos Moura, sobre esta matéria. O assunto deu origem a um grande debate de questões políticas, jurídicas e administrativas, mas no final esta recomendação acabou por ser chumbada pela maioria socialista. -----

----- Com o argumento de querer fazer obras, muitos senhorios estão a fazer-se valer da nova lei para escorraçar os seus inquilinos. Se as habitações representam, de facto, dramas sociais, familiares e pessoais, muito fortes, o fecho de estabelecimentos assume uma maior visibilidade. -----

----- Reconhecem, também, os representantes de todas as forças políticas, mesmo da maioria PSD-CDS, que criou este novo regime legal, e isto está a descaracterizar a cidade e a sua identidade. São muitos e frequentes os casos de lojas com história de décadas a terem de encerrar. -----

----- Os eleitos comunistas queriam, por isso, que o executivo desse instruções aos serviços do município para que estes na receção de pedidos de informação prévia ou de licenciamento para as referidas obras, e outras alterações, tivessem em conta a situação dos inquilinos e que os respetivos pedidos de licenciamento fossem definidos depois de uma análise mais profunda e concreta da situação. O Senhor Vereador Manuel Salgado disse, inclusivamente, ser apologista de que as lojas históricas não fossem removidas e garantiu estar atento a isso. No entanto, gostaríamos de saber o que é que está a ser feito, porque também foi dito que não podia fazer mais nada que se não cumprir o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, e o PCP alterou até a sua recomendação para que tivesse possibilidade da proposta avançar e ter sido votada favoravelmente. Mas, acabou chumbada. -----

----- Por isso, reiteramos as questões que aqui trouxemos, e perguntamos à Câmara qual o ponto de situação face a estas situações, tendo em conta que são iminentemente, políticas? Que medidas foram tomadas? Que evolução houve no sentido da preservação do comércio tradicional que é característica e identidade da nossa cidade, capital do nosso país? -----

----- Não deixaremos que esta descaracterização prossiga na nossa cidade, e esperamos que as outras forças políticas assim o façam. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Sobre esta questão gostaria de dar duas informações; recentemente, há cerca de um mês, foi aprovada uma deliberação de Câmara, julgo que por unanimidade, que cria um projeto “Lojas com História”, que neste momento tem estado a trabalhar, unindo três pelouros; a cultura, o urbanismo e a economia. É um grupo de trabalho em que já existia trabalho feito anteriormente, mas que de alguma maneira estava desarticulado porque cada área estava a trabalhar numa dimensão diferente da sua área. Foi constituído um Conselho Consultivo com as diversas pessoas, digamos assim, muito ligadas à história da cidade, desde olissipógrafos até à União de Comércio e Serviços até empresários de comércio da Cidade de Lisboa, e vai ser elaborado um catálogo de critérios que sejam compreensíveis por todos, sobre o que é

uma loja com história, o que é que deve ser classificado como loja com história, para que a partir daí se possa fazer um conjunto de produtos associados, nomeadamente, criar um guia de lojas com história, criar uma marca associada a lojas com história e tentar, com esse projeto, criar uma comunidade, uma ligação entre os empresários da Cidade de Lisboa e o comércio tradicional que de alguma maneira, também, se salvasse.-----

----- Eu quero deixar claro que as questões que a Senhora Deputada levantou são questões jurídicas, ou seja, aquilo que a Câmara pode fazer está limitado pela própria lei. E dou-lhe um exemplo, um que costumo dar regularmente, se um dia, por absurdo que fosse, uma empresa de uma marca internacional quisesse ficar com a livraria Ulisses a Câmara não tem possibilidade de o impedir, e isto é muito importante que fique aqui registado na Assembleia Municipal porque isto é uma questão jurídica que está a mobilizar a Cidade de Lisboa, e que nós estamos a tentar mobilizar a Cidade do Porto, porque é uma questão muito importante, e que é como é que nós podemos assegurar que aquilo que é a identidade da cidade através do seu comércio, possa ser salvaguardado. Nós estamos a utilizar os meios que podemos utilizar que são os nossos e que é proteger como podemos, mas era muito importante que houvesse ao nível da Assembleia da República uma visão diferente sobre esta matéria.-----

----- Uma última informação, para dizer que é importante referir que há uma incubadora de comércio e serviços que está a funcionar na cidade, e que não existia no passado, e que nos últimos dois anos passaram por aquele espaço de incubação mais de cinquenta empresas que estão a recriar novos produtos e que estão a chegar ao comércio da cidade. E isto é muito importante porque é aquilo que nos garante a continuidade para além das lojas que infelizmente, não têm conseguido aguentar os tempos difíceis, nomeadamente a Lei das Renditas, mas é uma maneira que nós temos que novas pessoas, os jovens, não estão só interessados só em novas tecnologias, felizmente, também estão interessados no comércio e no produto e isso é também um sinal de esperança para o futuro.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- ““Os Verdes” iniciam esta sessão de perguntas à CML com o tema da saúde.-----

----- A situação da saúde em Lisboa está caótica, assim como no resto do país: tempos de espera infundáveis nas urgências, nas consultas e nas cirurgias, falta de médicos de família, encerramento de hospitais, etc.-----

----- Podemos dar o exemplo do Hospital de Arroios, do Desterro, de São Lázaro e Miguel Bombarda, que encerraram e outros que perderam valências, como os Hospitais Curry Cabral e Pulido Valente.-----

----- Continuam também os ataques ao Hospital Dona Estefânia, à Maternidade Alfredo da Costa e aos Hospitais da Colina de Santana e há muitas carências a nível de cuidados de proximidade.-----

DRAFT

----- Ora, sabemos que estas situações são da responsabilidade do Governo, mas também é verdade que a Câmara deverá ter uma palavra a dizer na defesa dos serviços de saúde na cidade. -----

----- E as perguntas de “Os Verdes” vão exatamente nesse sentido: -----

----- - Que diligências já tomou o executivo para defender mais e melhores serviços públicos de saúde na cidade de Lisboa, quando é perfeitamente notório que, da forma como estão as coisas, a situação é insustentável? -----

----- - Qual é hoje a opinião da Câmara relativamente ao Hospital Oriental de Lisboa, que não se sabe quando vai ser construído nem entrar em funcionamento, mas que já sabemos que o número de camas será muito inferior ao que é necessário? -----

----- - Não considera o executivo que é grave que, por um lado, se estivesse a preparar para permitir avançar um projeto para a Colina de Santana, implicando a desativação de hospitais públicos e fundamentais para a cidade de Lisboa (algo que só não avançou porque se levantaram muitas vozes contra) e, por outro lado, dê luz verde a projetos privados - falamos do Grupo Espirito Santo Saúde e do Grupo Mello -, como é o caso do Quartel do Colombo e do Triângulo Dourado em Alcântara? -----

----- - Como explica o executivo estas decisões? Considera que isto representa defender o Serviço Nacional de Saúde e a saúde para todos na cidade de Lisboa? -----

----- Passando ao segundo tema: Descontaminação do terreno do campo de tiro. -----

----- No ano passado “Os Verdes” requereram que o executivo informasse periodicamente esta AML sobre a requalificação do terreno do Campo de Tiro a Chumbo em Monsanto, após o inevitável processo de descontaminação dos solos. -----

----- Como até agora não temos essa informação, deixamos aqui as seguintes perguntas: -----

----- - Em que moldes será realizada esta descontaminação? -----

----- - Quais as fases e a calendarização previstas para a execução dessa reabilitação e qual o destino de uso a dar aquele espaço? -----

----- - Quem tem estado a assumir os encargos com a descontaminação dos solos? O antigo ocupante dos terrenos que poluiu os solos com chumbo, ou a Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- - Qual a razão para, até este momento, o senhor vereador ainda não se ter prontificado a dar-nos uma resposta e a fazer-nos chegar a informação solicitada? -----

----- Passando ao terceiro tema: Trabalhadores do município. -----

----- Há algum tempo foram tornadas públicas, algumas denúncias relativamente à existência de situações de trabalho precário na CML o que, a confirmar-se, é algo que não se deseja para a cidade, para a autarquia e para os seus trabalhadores, por ser uma situação inaceitável, um ataque aos seus direitos e uma verdadeira injustiça, pois são estes trabalhadores que diariamente satisfazem as necessidades permanentes da cidade. -----

----- Assim, as perguntas que colocamos são as seguintes: -----

----- - Uma vez que tem havido uma redução dos postos de trabalho, confirma a CML que vários serviços terão tentado colmatar as carências através da contratação de

DRAFT

trabalhadores sem vínculo efetivo? Quais são os serviços e o número de trabalhadores? -----

----- - Os trabalhadores da CML estão a ter acesso à medicina no trabalho? -----

----- - Está a ser efetuado o pagamento de rendimentos aos trabalhadores acidentados? -----

----- Passando ao quarto tema: Abate de árvores. -----

----- Temos um outro tema – o abate de árvores na cidade - que, apesar de não o termos indicado, como nos têm chegado diariamente denúncias sobre isto, consideramos que devemos colocar estas questões, até porque, certamente, o executivo estará preparado para responder. -----

----- O que se passa é que nos últimos tempos “Os Verdes” têm recebido frequentes denúncias sobre abates de árvores, aparentemente saudáveis, em várias zonas da cidade: na Calçada da Ajuda, em Chelas, em Arroios e na Quinta das Conchas. -----

----- Os munícipes queixam-se, além do próprio abate, da falta de informação. Tem-nos deslocado aos locais e efetivamente verificamos que a maioria das árvores cortadas demonstra estar saudável. -----

----- As questões que colocamos são: -----

----- - Quais as razões que estão a levar ao abate de árvores em várias zonas da cidade? -----

----- - A Câmara tem conhecimento que são as próprias entidades que abatem as árvores que são responsáveis pela análise do estado fitossanitário dessas mesmas árvores? -----

----- Claro que sobre isto nos podem responder que a responsabilidade é das Juntas de Freguesia, mas o problema reside exatamente na reorganização administrativa, que transferiu para as juntas a manutenção da maioria dos espaços verdes. -----

----- Sobre isto, a pergunta que deixamos é: -----

----- - O executivo considera que deve ou não haver uma orientação única a decidir o que é melhor para a cidade? Acha que deve haver ou não uma visão integrada e estrutural? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Rui Franco** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Em relação às questões de saúde, reafirmar aquilo que também foi afirmado pela própria Deputada, de que a responsabilidade sobre saúde é do Estado Central, portanto, o município não tem competências próprias e o trabalho e os esforços que envida é para a promoção da resolução dos problemas, mas sem ter competências sobre a matéria. -----

----- Dizer que o PDM, a Carta da Saúde identificava uma série de necessidades, agora com estudos em curso, o Pelouro dos Direitos Sociais para melhor conhecer o perfil das necessidades de saúde ao longo do território da cidade mas que, nas competências que tem, tem estabelecido, desde 2009, um contrato de programa com a ARS Lisboa e Vale do Tejo em que identifica uma lista de centros de saúde e unidades de saúde em necessidade, destes seis em terrenos e infraestruturas municipais, e outros quatro em propriedade da própria ARS, uns novos, outros para reabilitação e substituição e destes há já um número considerável que estão prontos e

a funcionar, outros com processos em curso e parte desses com respostas muito breves. Alguns deste que foram, entretanto construídos, em espaços cedidos pela Câmara estão com problemas de falta de médicos e funcionários e que o funcionamento deles não tem sido sempre o necessário de que a população necessita, mas que também aqui o Pelouro dos Direitos Sociais tem envidado esforços para arranjar soluções de cobrir essas falhas mesmo para além daquilo que tem sido a capacidade e a falha de resposta pela própria ARS.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Em relação ao Campo de Tiro o que estamos a fazer é um levantamento do edificado, algumas limpezas de chumbo e, em breve, depois de ser feito o levantamento apresentaremos na Câmara e também aqui à Assembleia Municipal, aquilo que pretendemos fazer no Campo de Tiro. -----

----- Logo a seguir ao verão, espero fazer um debate sobre Monsanto, aliás, seguindo uma recomendação daqui, da Assembleia Municipal, para que todos os projetos e todas as iniciativas sejam debatidos em conjunto, sobre esta matéria. -----

----- Em relação ao abate de árvores, temos preparado um regulamento que está a ser analisado por outros serviços da Câmara. Portanto, a parte das árvores, os verdes, já fez o seu trabalho, está a ser analisado agora, por outros serviços, nomeadamente o espaço público sobre este regulamento, para depois ser apresentado em Câmara para discussão pública e apresentação aqui, na Assembleia Municipal para que toda esta problemática à volta das espécies, das árvores, das que devem ser abatidas e das que não devem ser abatidas, tenha um regulamento próprio como eu acho que deve ter e em breve teremos esse instrumento bastante importante para as árvores que tem uma importância extraordinária na Cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Relativamente ao tema da descentralização, eu gostava de ouvir o impacto na capacidade operacional dos serviços da recentemente, aprovada a reorganização interna.-----

----- Relativamente ao tema dos investimentos na cidade, eu gostava de obter um ponto de situação sobre as prioridades nos próximos meses e em particular, sobre o andamento do projeto “Uma Praça em Cada Bairro”.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Sobre a questão da reorganização interna e o impacto que no fundo, teve decorrente da Reforma Administrativa, referir que um dos pilares fundamentais que a Câmara terá na reorganização interna dos seus serviços diz respeito à recapacitação operacional das suas áreas, nomeadamente, a sua manutenção, e portanto, vai aproveitar os concursos existentes, que já tem, nomeadamente, há um concurso que está a decorrer para a contratação de cantoneiros, e aproveitando os concursos existentes, estamos a explorar todas as vias, por essa via, para facilitar a entrada de trabalhadores para outras áreas operacionais, nomeadamente brigadas de manutenção

multidisciplinares e, simultaneamente, todas as outras áreas operacionais que em conjunto e com os sindicatos, foram identificadas como necessárias reforçar. Portanto, há uma expectativa que independente da reorganização das competências dos serviços, haja uma recapitação do ponto de vista operacional com a entrada significativa de trabalhadores para essas áreas, permitindo à Câmara respostas mais rápidas e eficazes nas áreas de manutenção da Câmara Municipal, compensando assim, todas as outras competências que foram transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Começando por “Uma Praça em Cada Bairro”, portanto, a primeira fase da participação pública para a totalidade das trinta praças, já foi feita. Já terminou. Estão em fase de projeto de execução metade das praças e todos os projetos de execução que ficarão concluídos até ao final deste ano. -----

----- As primeiras obras iniciar-se-ão até ao final de 2015k, e investimento total estimado, neste momento, é de vinte e oito milhões de euros. -----

----- Depois temos um Plano de Pavimentação de cerca de cem quilómetros de arruamentos na Cidade de Lisboa, num conjunto de cerca de cento e cinquenta intervenções das quais uma parte de reconstrução, e de outra parte de repavimentação. E temos, por fim, as intervenções na Frente Ribeirinha com as Obras no Cais de Sodré que estão previstas iniciar ainda, em 2015, no Campo das Cebolas que estão previstas iniciar também em 2015, e uma obra importante que é o Terminal de Cruzeiros que é uma obra que não é da Câmara, mas que terá grande impacto na Zona Ribeirinha, e que também está prevista iniciar-se em 2015. -----

----- Ainda ligado com a Frente Ribeirinha existem os projetos de acessibilidade à Colina do Castelo que há dois projetos de execução que ficarão concluídos até julho deste ano, e um projeto até ao final de 2015. -----

----- Depois há um extenso projeto de um programa de escolas, de intervenções em escolas, em que há obras concluídas em abril, e é a Escola Sara Afonso, obras a inaugurar até ao início do próximo ano letivo, o Convento do Desagravo, a escola Paulino Montez, a Escola dos Lóios, o Jardim de Infância de Belém e a Escola Mestre Arnaldo Louro. Obras a iniciar até junho de 2015, a Escola do Parque Silva Porto, Mestre Crubim Lapa, Agostinho da Silva e a Escola Básica Jardim de Infância da Baixa, da Freguesia de Santa Maria Maior. Obras em projeto, há trinta escolas em projeto que tem um valor estimado de quarenta e cinco milhões de euros. -----

----- Quanto a equipamentos culturais recentemente concluídos foi o Museu do Aljube e o Teatro Romano. Obras a concluir até final de 2015, é a Casa da América Latina e UCCLA, a Biblioteca de Marvila e o Teatro Pitólio. E obras a iniciar até setembro de 2015, a reabilitação da Igreja de Santo António e o Palácio das Galveias, a Biblioteca das Galveias. -----

----- Além disso, há as obras do Plano de Acessibilidades Pedonal que se iniciarão, ainda, esperemos que no próximo mês com o percurso acessível da Avenida da

DRAFT

República, e está em lançamento uma mega empreitada para resolver a questão das passadeiras e de paragens de autocarros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “O Partido da terra para esta sessão extraordinária dedicada a perguntas à Câmara, elegeu sete temas que merecem esclarecimentos por parte do executivo. De salientar que alguns dos temas são comuns a outras forças políticas que vem evidenciar ainda mais que a Câmara anda a descurar as suas responsabilidades. -----

----- O primeiro tema que já trouxemos a esta casa, em trinta de setembro de 2014, diz respeito ao Aquaparque. Apesar da recomendação pela devolução à cidade dos terrenos do Aquaparque, e que foi aprovada por todos os deputados, à exceção da bancada do PS, que votou contra por considerar que o espaço estava em devidas condições para ser devolvido à cidade, a verdade é que, passados mais de sete meses, tudo está na mesma, continuando este recinto fechado à população em completa degradação. -----

----- De relembrar que o tribunal condenou o município a desocupar o espaço num prazo de trinta dias com multa de quarenta euros por dia por cada dia de atraso no incumprimento da sentença. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, após tantas promessas, queremos saber de uma vez por todas, em primeiro lugar, para quando a remoção das vedações, a demolição de algumas construções, a reflorestação do terreno com espécies arbóreas existentes em 1987, e a devolução deste espaço à população? -----

----- Em segundo, qual o projeto que existe para o local? Qual o financiamento e os prazos de implementação? -----

----- No que que concerne ao segundo tema, e apesar da crise no imobiliário, a Câmara viabilizou em janeiro deste ano, na Avenida Fontes Pereira de Melo, um lote para construção de uma torre de escritórios com dezassete andares, num total de 23.386 m2, destinados a comércio e serviços, a Flitptrel X, empresa que é participada em 10% pelo grupo Espírito Santo. -----

----- Curiosamente, em 2011, o então proprietário deste lote apenas poderia construir uma área total de apenas 12.377 m2 para comércio e serviços em sete pisos acima do solo, ou então um edifício de comércio em habitação com 13.937 m2. Portanto, uma área de construção inferior em 89%. -----

----- O Partido da Terra tem sérias dúvidas em relação ao contexto em que todo este processo se desdobrou em especial, à forma como foi conseguido esta elevada valorização da propriedade em questão. -----

----- Assim, e como não acreditamos em tudo o que vem na comunicação social, gostaríamos de dar ao Senhor Vereador Manuel Salgado, a oportunidade de esclarecer esta e outras questões ligadas ao grupo Espirito Santo que possa considerar pertinentes. -----

----- Relativamente ao terceiro tema, o Partido da terra sempre se insurgiu contra o modelo adotado para a Reforma Administrativa da Cidade, mas sobretudo em

DRAFT

questões relacionadas com recursos humanos e as condições laborais. Apesar das constantes alertas de que este modelo irá trazer graves consequências para os municípios e trabalhadores, fomos ignorados e o resultado está à vista. -----

----- No quarto relatório do grupo de acompanhamento e monitorização da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, que a agência Lusa teve acesso, está explanado que os 2971 funcionários das 24 Juntas de Freguesia resultantes deste processo de reorganização, apenas 1550, o que equivale a 52%, pertencem ao quadro, sendo os restantes 48%, ou seja, 1419 trabalhadores contratados em regime de prestação de serviço. -----

----- Face ao exposto, gostaríamos de dar a oportunidade à Senhora Vereadora Graça Fonseca para esclarecer estes números e a crescente precariedade de trabalho consequência da transferência de competências do município. E como se costuma dizer, bem prega São Tomás; “Faz o que ele diz, e não faças o que ele faz”, pois o PS bem prega contra a precariedade no trabalho, mas a sua reforma é uma fonte de recibos verdes.-----

----- Em dezembro último, a Câmara Municipal submeteu a esta Assembleia um conjunto de taxas, entre as quais a Taxa Turística. -----

----- O Partido da Terra manifestou-se contra a introdução de uma taxa de desembarque aeroportuária marítima por considerar que além das questões legais e legitimidade, estamos perante setores globais muito competitivos que jogados ao cêntimo poderiam colocar em causa o destino turístico de Lisboa. -----

----- Recentemente, vieram a público notícias que a Taxa Turística de Lisboa contraria as leis europeias, de acordo com as declarações da comissária da justiça que teve conhecimento da aplicação desta taxa através da imprensa, a legislação da União Europeia proíbe a discriminação em razão da nacionalidade. -----

----- Dentro desta temática, ainda estão por criar a taxa turística ligada às dormidas em estabelecimentos hoteleiros, onde a solução do cheque milagroso da ANA não se deve repetir. -----

----- Neste sentido, pretendemos saber, em primeiro lugar, quais os termos do acordo celebrado com a ANA? Segundo, qual a posição da Câmara face a estas declarações de suposta ilegalidade, caso seja comprovada a ilegalidade? Que diligência está a tomar a Câmara nesse sentido? Terceiro, está já a ser cobrada a taxa associada às entradas por via marítima? E quarto, como está o processo de preparação associado à taxa de alojamento turístico? -----

----- Em relação ao quinto tema, que diz respeito aos Mercados Municipais, o Partido da Terra reconhece que a imagem do mercado será sempre um marco de referência para a população residente, bem como para os turistas que visitam a cidade. -----

----- O novo modelo de gestão implementado nos mercados municipais de Lisboa tem vindo a conferir uma configuração comercial mais atual e apta a competir com os centros comerciais. Contudo, no Mercado da Ribeira tem vindo a assistir-se a alguma angústia entre os vendedores tradicionais devido à suspensão das obras que a *Time Out* estava a realizar, alegadamente devido a dívidas ao empreiteiro. -----

DRAFT

----- Senhor Vice-presidente, as obras já deviam estar concluídas, em janeiro de 2015. Quais os motivos para a sua interrupção? E porque não houve qualquer explicação por parte da autarquia aos muitos comerciantes que ali têm o seu posto de trabalho e que têm tido avultados prejuízos? -----

----- A estratégia nacional da segurança rodoviária para o período 2008-2015, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros N° 54/2009, e reavaliado pela Resolução de Conselho de Ministros N° 5/2014, prevêm a implementação de Planos Municipais de Segurança Rodoviária como forma de traçar uma estratégia para assim diminuir a sinistralidade nas localidades. -----

----- O Partido da Terra na sua recomendação “Circular em Lisboa e França”, recomendou à Câmara enquanto entidade gestora da quase totalidade da infraestrutura rodoviária existente, com responsabilidades na conceção e manutenção da mesma, à exceção A5, A2 e IP7, elabora-se com celeridade o Plano Municipal de Segurança Rodoviária com uma estratégia própria de intervenção para os locais de acidentes, em especial destaque os atropelamentos, bem como, efetuar as reparações necessárias em radares, controle de velocidades existente. Porém, passados quase oito meses, aquando da aprovação desta recomendação, nenhum dos dois pontos deliberativos foi posto em prática. -----

----- Se o município tivesse elaborado o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, talvez os dados de atropelamentos divulgados recentemente pelo executivo, foram inferiores aos atuais e não arrepiassem tanto o Senhor Vice-Presidente, nem fossem tão preocupantes para o Senhor Vereador João Afonso. -----

----- Senhores Vereadores, o Partido da Terra pretende saber para quando será cumprido o programa do atual executivo e aprovada uma estratégia integrada para diminuir os acidentes com vítimas na Cidade de Lisboa, visto que o Plano de Acessibilidade Pedonal não tem sido suficiente para combater esta realidade? -----

----- De acordo com o relatório divulgado, a Câmara tem conhecimento dos locais mais críticos, sendo que Alvalade lidera o *ranking*, do que é que estão à espera para melhorá-los em termos de segurança? -----

----- Recentemente, foi aprovada a repavimentação da Segunda Circular uma das vias mais movimentadas e também, perigosas da cidade. Pergunto se as questões ligadas à segurança foram acauteladas com as devidas auditorias? -----

----- E por fim, e não menos importante, o último tema recai sobre a Feira Popular, sobre a qual o Partido da Terra também apresentou uma recomendação que consistia na devolução da Feira Popular aos Lisboetas, e que esta Assembleia deliberou favoravelmente, reconhecendo a importância da abertura de um parque de diversões na Cidade de Lisboa, construído dentro de indicadores de sustentabilidade e de coexistência urbana. Como o terreno que outrora foi ocupado pela Feira Popular está em preparação para ir a hasta pública, o Partido da Terra pretende saber qual o local previsto para a realocização e prazo de implementação da Feira Popular? -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

DRAFT

----- “O chamado Aquaparque, espero que mude, rapidamente, de nome, os trabalhos que foram feitos foram de grande envergadura uma vez que tivemos que retirar todos os elementos aquáticos que existiam na zona, fazer o revestimento vegetal, isso está feito, plantação está neste momento, a iniciar-se e julgo que só quando estiver consolidada esta parte vegetal, que será em breve, é que poderemos apresentar uma ideia para o local e aí decidir se se retira a vedação, ou se não se retira a vedação. -----

----- Portanto, é um trabalho de grande envergadura. -----

----- O betão existente na zona é muito. -----

----- Estamos neste momento, também, a proceder ao levantamento do edificado, ainda, existente, nomeadamente, o pórtico de entrada e algumas estruturas que existem, ainda, no local. É isso que estamos a fazer agora, e quando o trabalho estiver mais consolidado, e este final levantado, apresentaremos uma ideia para o local a ser discutido, e aí decidiremos se se retira a vedação, ou não.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Em relação à Fontes Pereira de Melo, o PIP teve uma homologação favorável, portanto, o PIP 3 2015, e neste momento constituí o processo nº 431/EDI/2014, foi aprovado em reunião de Câmara de catorze de janeiro de 2015. -----

----- Posteriormente, foi aprovado em Câmara e submetido à Assembleia Municipal uma proposta que é a 13/A/2015, no sentido de que os créditos gerados por esta torre fossem atribuídos à reabilitação de edifícios no Bairro Padre Cruz. -----

----- Em relação à pergunta que o Senhor Deputado faz como é que se calculou e resultaram as áreas que estiveram na base do licenciamento, eu gostava de entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para distribuir a todos os Senhores Deputados, se assim o entender, a mesma informação que foi distribuída no dia vinte e dois de abril de 2015, aos Senhores Vereadores e que é um memorando que é da autoria do Senhor Diretor Municipal, Arquiteto Jorge Catarino Tavares, que explica em detalhe toda a evolução do processo. -----

----- Em relação à pergunta que me fez do Banco Espírito Santo, devo dizer-lhe que tenho uma conta na qual recebo a minha reforma, que neste momento tem um saldo de cerca de novecentos euros e que está no Banco Novo. -----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Penso que em relação à Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, penso que a questão se prendeu com os recursos humanos. -----

----- Obviamente, que há um processo, como já foi identificado várias vezes pela Câmara Municipal, houve um processo de transferências de competências para as Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal teve dois momentos de transferências de recursos humanos para as Juntas de Freguesia para as competências que foram transferidas. Ficou evidente que dos relatórios, que muitas das necessidades do ponto de vista dos recursos humanos, as Juntas de Freguesia não ficaram completas com esses processos de transferências de competências, e portanto, é muito natural que numa fase inicial as Juntas de Freguesia tenham a necessidade de procurar reforçar os

DRAFT

seus quadros com recursos humanos necessários para as competências que foram transferidas.-----

----- Efetivamente, queremos, tal como do lado da Câmara Municipal, por exemplo, está a haver, no que diz respeito à higiene urbana, houve a necessidade de recorrer a contratos de prestação de serviço de forma temporária mas que são regularizados após um concurso, estamos em crer que nas Juntas de Freguesia, pelo menos, a boa prática ditará o mesmo, ou seja, que haverá normalmente, assim se espera, normalização do ponto de vista dos quadros de pessoal das Juntas de Freguesia. -----

----- No que diz respeito aos Mercados Municipais, referir que há uma competência partilhada entre, neste caso, com o Senhor Vereador José Sá Fernandes, no que diz respeito aos mercados Municipais. No que diz respeito às obras no Mercado da Ribeira, as mesmas estão a decorrer e terminarão muito em breve. -----

----- No que diz respeito aos mercados em geral, estamos a ultimar um Plano Municipal de Mercados que tem sido permanentemente, posto em referência do ponto de vista da atuação, com a Assembleia Municipal, sabemos também que a Assembleia municipal tem estado a trabalhar num relatório sobre esta matéria, e muito em breve, apresentaremos esse plano onde prevê objetivos concretos, propostas do ponto de vista daquilo que deve ser o reforço dos mercados e o papel central que podem ter em cada uma das freguesias, bem como aquele que é o papel que a Câmara Municipal se reserva a si numa ótica em que a maioria dos mercados passaram a ser geridos pelas Juntas de Freguesia mas, em breve, apresentaremos à Assembleia Municipal. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Para esta sessão de questões ao executivo camarário, o CDS-PP apresenta alguns temas que gostaríamos de ver esclarecidos. Começo por elencar quatro destes seis temas:-----

----- Em primeiro, começo pelo protocolo realizado entre o município e a ANA-Aeroportos de Portugal. Para o CDS-PP este protocolo que se refere à Taxa de chegada por via aérea é pouco claro. Sabemos que a ANA pretende substituir-se no pagamento aos passageiros imputáveis até à receita expectável pelo valor de quatro milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil euros. Não compreendemos este compromisso, nem como é que é possível que um agente privado assuma esta responsabilidade junto da Câmara Municipal. Qual a contrapartida que a Câmara negociou com a ANA? Tendo em conta as mais recentes notícias sobre a eventual ilegalidade da aplicação desta taxa, questionamos se a Câmara Municipal já diligenciou algum pedido de parecer jurídico aos serviços camarários uma vez que também, no cumprimento deste acordo com a ANA a eventual ilegalidade seja transversal e se repercute no cumprimento do mesmo.-----

----- Todo este protocolo nos parece pouco transparente, padecendo de esclarecimentos imediatos por parte do Senhor Presidente. Recordo que nas vésperas de implementação deste protocolo, que aconteceu a um de abril deste ano, a Câmara municipal em comunicado enviado à comunicação social afirmava que o protocolo

DRAFT

será do conhecimento público. Passado mais de um mês não se entende o mistério. Será que é hoje que o Senhor Presidente Fernando Medina nos vai esclarecer? -----

----- Em segundo lugar, e sobre uma recomendação que aqui trouxemos, em dezasseis de setembro de 2014, trouxemos a esta Assembleia uma recomendação sobre a colocação de sanitários públicos no Cais de Sodré que foi aprovada por larga maioria. Há época alertámos para o considerável aumento da atividade noturna, onde um significativo número de pessoas ocupava diariamente a via pública no Cais de Sodré, a consumir bebidas alcoólicas, agravando o problema de higiene pública local, originando que no dia-a-dia dos moradores, clientes e trabalhadores de comércio e serviços, os turistas, assim como também, os milhares de portugueses da linha de Cascais da Margem Sul do Tejo que usava o Cais do Sodré como porta de entrada da cidade, tivessem que suportar o cheiro nauseabundo dos que utilizaram os recantos e as ombreiras das portas como sanitários. -----

----- Preocupa-nos o bem-estar e a saúde pública que consideramos ser sempre uma prioridade. Por isso mesmo, propusemos na altura, à Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia da Misericórdia, que verificasse quais eram os sítios para a implementação dos sanitários públicos, e os instalasse com caráter de urgência para melhorar a qualidade de vida dos que vivem e frequentam ou, simplesmente, visitam o Cais do Sodré. -----

----- Passados oito meses a situação mantém-se inalterada. -----

----- A Câmara Municipal, o Vereador Sá Fernandes, criaram um problema nesta zona da cidade. Andaram anos a propor a revitalização do Cais do Sodré através da instalação de moradores, para depois lhes retirarem as expectativas de uma vida normal, com ruído noturno, falta de higiene e de segurança à porta de casa. -----

----- Sem solução para este grave problema, parece que nem o qualitivo de higiene público proposto, aprovado por esta Assembleia, o consegue implementar. Ou será que conseguem? Para quando? -----

----- Em terceiro lugar, gostaria de relembrar a proposta do CDS-PP, apresentada em 2012, para o reforço da oferta de estacionamento para motociclos, em particular para a zona histórica da cidade. São cada vez mais aqueles que em Lisboa trocam o carro por ciclomotores e motociclos por motivos económicos ou mesmo de mobilidade. A utilização deste tipo de veículos contribui significativamente, para a redução do número de automóveis a circular na Cidade de Lisboa, quer para a diminuição das emissões poluentes atmosféricas e uma maior fluidez das vias rodoviárias que, na nossa opinião, é um meio de transporte a incentivar. -----

----- Em abril de 2012, o CDS-PP recomendou nesta casa, que a aprovou, também por maioria, que se proceda à criação de novos parques de estacionamento dedicados a motociclos ou a expansão dos existentes, em particular na zona da Baixa e Chiado. Passaram três anos e nada aconteceu, sendo frequente encontrarmos motas estacionadas nos mais imutados locais, como em cima dos passeios. -----

----- Prevê a Câmara Municipal ter alguma iniciativa sobre esta meteria? Ou mais uma vez, as recomendações desta casa serão ignoradas? -----

DRAFT

----- Em quarto e último lugar, gostaríamos de saber qual a realocização da Feira Popular de Lisboa. Para quando? Onde? E em que termos?-----

----- Lisboa está há mais de uma década sem um parque de diversões, sem as características familiares que a instalação de Entrecampos proporcionava, desde 1961.

----- É certo que o espaço precisava de ser revitalizado, a oferta melhorada de acordo com os padrões de diversão e de segurança atuais. Mas manter a cidade privada de um parque lúdico e cultural é algo que não se entende. -----

----- A manutenção do tabu da fatura de localização, a ausência de informação sobre o modelo pensado, impede-nos de avaliar o impacto que terá na cidade, a estudar, por exemplo, as condicionantes de ruído, as acessibilidades ou o impacto de sistema de vistas. -----

----- Numa altura em que se promove o investimento e em que se projeta uma Lisboa competitiva em termos turísticos, não possuir um equipamento de diversão com características familiares é um erro que se agrava com o passar do tempo pelo que importa que, mesmo que seja pensado e construído o quanto antes. -----

----- Por tudo isto à cerca de um ano de declarações que antecederam a proposta socialista que previam um avultado pagamento à Bragaparcues, no acordo parcial para a resolução do litígio dos terrenos do Parque Mayer e de Entrecampos, à qual o CDS-PP votou contra, lançamos o desafio a António Costa, na altura, para revelar a localização da futura Feira Popular. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal limitou-se a afirmar que não seria no Jardim do Tabaco, nem no parque da Belavista ou mesmo, em Monsanto. Mas manteve o tabu da nova localização, limitando-se a dizer que já sabia onde iria ser. Ora, se o anterior Presidente já sabia, e como palavra dada é palavra honrada, presumimos que este lema também compromete o seu sucessor. Coloca-se então a questão de saber a utilidade recente a votação favorável do PS, em Câmara para o início de estudos para a implementação da Feira Popular na zona do Parque das Nações, segundo uma proposta do PCP. Não será a altura do Senhor Presidente Fernando Medina revelar onde quer construir a Feira Popular?-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Vou responder em relação à questão dos sanitários no Cais de Sodré e, simultaneamente, à questão dos motociclos na zona histórica da cidade. -----

----- Queria referir à Senhora Deputada do CDS-PP que em relação   questão dos sanitários no Cais do Sodré não é por falta de atenção que o assunto não está resolvido, ou seja, já existem reuniões no local   procura de soluções com a Junta de Freguesia, com a Associação de Moradores e com a Associação de Comerciantes. Não tem existido consenso em relação   colocação dos sanitários portáteis, ou móveis, digamos assim, naquela zona, e estamos a procurar em conjunto a colocação de uma estrutura mais definitiva. Portanto, existe um trabalho em rede nesta matéria, e ainda não existiu consenso, razão essa porque ainda não se avançou para uma resolução concreta, mas volto a referir que não é por falta de atenção, e está aqui a Presidente da Junta que não me deixa mentir em relação a essa matéria. -----

----- Em relação à questão dos motociclos no centro histórico da cidade, referir que está em curso uma iniciativa da parte da DMMT no sentido de alargarem cerca de quinhentos e sessenta lugares de motociclos na cidade, cerca de 20% na zona histórica. Acontece que por uma questão de economia de intervenção e para não criar transtornos absurdos do ponto de vista do espaço público, e uma vez que a Câmara Municipal também tem outras iniciativas como a questão do Plano de Pavimentação e concretamente a implementação da Rede Ciclável, o objetivo é fazer intervenções concertadas, e não isoladas em relação a esta matéria. -----

----- Mas devo garantir e descansar que também, em relação a essa matéria estarão previstos para breve o reforço de quinhentos e sessenta lugares para motociclos na cidade. -----

---- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “ O Partido de Pessoas, Animais e Natureza trás, hoje, um conjunto de quatro temas que se prendem com várias questões, algumas delas já colocadas e que, ainda, não tiveram, resposta. -----

----- A primeira questão tem a ver com uma iniciativa que é *Mayors Adapte*, em que a nossa questão é: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa aderiu à iniciativa *Mayors Adapte* promovida pela Comissão Europeia, no dia dezasseis de outubro de 2014, juntamente com outras noventa e nove cidades, comprometendo-se avançar com medidas de combate às alterações climáticas. Já passaram alguns meses e o PAN veio, por este meio, questionar: o que é que já foi realizado ou que se encontra planeado para ser realizado, no âmbito desta iniciativa, considerando que ao aderir a esta iniciativa as autoridades locais comprometem-se a transformar a estratégia de adaptação da União Europeia em ações concretas e efetivas de adaptação de âmbito local, ou através do desenvolvimento de uma estratégia abrangente de adaptação às alterações climáticas em planos existentes relevantes, no prazo de dois anos após a sua adesão, tendo por base uma avaliação de riscos e de vulnerabilidades para a priorização de ações de adaptação? -----

----- A segunda questão que também já foi colocada, e que foi inclusivamente, objeto de uma recomendação à Câmara que foi aprovada nesta Assembleia, e que tem a ver com, esta recomendação, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, em vinte e cinco de novembro de 2014, pelo abandono do uso do glifosato na Cidade de Lisboa e tendo sido aprovada nesta data que, nos casos em que se justifique o controlo de plantas infestantes, propõe-se a utilização de métodos não químicos, designadamente, através da adoção gradual de meios de combate manuais e mecânicos e, ou produtos, com menos risco para a saúde humana, animal e ambiente. -----

----- A possibilidade de vir a ser equacionada a definição de um calendário por parte da Câmara Municipal de Lisboa, para que progressivamente, seja possível abandonar por completo o uso de herbicidas no controlo de plantas infestantes no espaços públicos utilizando exclusivamente, outros métodos como os métodos manuais,

DRAFT

mecânicos, biológicos e/ou métodos térmicos, à semelhança do que já acontece em algumas das cidades da Europa, como é o caso de Nice, em França. A campanha “Zero Pesticidas”.

----- Proceder a planos de ação municipais semelhantes ao plano de ação nacional, de modo a reduzir os riscos e os efeitos da utilização de produtos fitofarmacêuticos, na saúde humana, nos animais, no ambiente, e que promovam iniciativas que visem fomentar o desenvolvimento de proteção integrada e de abordagens, ou técnicas alternativas, destinadas a reduzir a dependência de utilização de produtos fitofarmacêuticos, dando prioridade a métodos não químicos, tal como referido na Lei 26/2013, de onze de abril.

----- O Grupo Municipal do PAN vem por este meio questionar a Vereação sobre o cumprimento das recomendações desta Assembleia, atrás descritas, e para quando uma declaração formal da Câmara Municipal como município livre de glifosato?

----- Relativamente ao amianto, uma outra questão, também aprovada nesta Assembleia.

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão extraordinária no dia dezassete de junho de 2014, deliberou recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que após desenvolver o inventário de todos os edifícios, instalações e equipamentos municipais que contêm amianto na sua construção ao invés de decidir pela sua imediata remoção, proceda à tomada de decisão sobre a solução a dar aos mesmos, tendo em linha de conta os fatores que conduzem ao processo decisório indicado na recomendação.

----- O Grupo Municipal do PAN vem por este meio, questionar as Vereações que possam ter intervenção sobre o cumprimento das recomendações desta Assembleia atrás descritas. Quais os processos de obra que envolvessem amianto, cadernos de encargos e outros procedimentos concursais, desta mesma Câmara em que esta recomendação já foi cumprida?

----- Quarto tema relativo à mobilidade.

----- No dia vinte e sete de abril de 2015, decorreu nos Paços do Concelho a Conferência “Calmia de Trafego – Não ter medo de sair à rua e andar nela com alegria”.

----- Na abertura da Conferência, tanto o Excelentíssimo Vereador do pelouro dos Direitos Sociais João Afonso, como o Excelentíssimo Vice-presidente da Câmara Duarte Cordeiro responsável pelo Pelouro da Mobilidade e Transportes, referiram o esforço que tem sido feito por este executivo para que todos os cidadãos tenham direito à circulação e ao espaço público.

----- Ao longo da Conferência ouvimos diversos técnicos e especialistas a apresentarem projetos, alguns já em curso, ou até executados, como as Zonas 30, e apresentaram ideias para um futuro próximo, como ciclovias para o eixo central, Campo Grande e Avenida da República.

----- Falou-se da necessidade de ter um sistema integrado que pense em conjunto todos os modos de mobilidade, dos transportes públicos ao caminhar a pé, o meio de mobilidade mais universal desde que nascemos.

----- Todos os oradores intervenientes foram unânimes no facto de que só com medidas que levam à calma de tráfego se poderá melhorar o sentimento de segurança de todos, a facilidade de circulação e a harmonia entre todos os modos de circulação. --

----- Porém, num pequeno passeio nesta cidade, onde alguns pelouros da autarquia trabalham no sentido de melhorar a universalidade e segurança da mobilidade, ontem à tarde fomos confrontados num pequeno trajeto com esplanadas que ocupam a quase totalidade dos passeios, carros que obrigam os peões a circularem na estrada, carros estacionados a cortarem as ciclovias, entre outras ocupações abusivas dos espaço que é suposto ser de todos, e para todos. -----

----- O Grupo Municipal do PAN vem por este meio solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, que nos informe:-----

----- Como está a ser realizada a articulação entre os serviços municipais responsáveis pela mobilidade, transporte e tráfego com a equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal e a Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego e os serviços que neste momento, autorizam, aprovam e fiscalizam todas as ocupações do espaço público, como as esplanadas e outro mobiliário público, garantindo que os diversos serviços não estão a trabalhar em sentidos diferentes?-----

----- Que serviço é que está responsável pela fiscalização das ocupações do espaço público como por exemplo, esplanadas, estacionamentos em cima dos passeios e nas ciclovias, de forma a garantir que temos uma cidade que faça jus ao título da Conferência?-----

----- Quais as medidas de fiscalização e de manutenção que estão previstas nos projetos e planos em curso, com o objetivo de garantir a razoabilidade das obras executadas? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Como foi dito aqui pelo Senhor Deputado, Lisboa é aderente do *Mayors Adapte* desde 2014. E desde quinze de janeiro de 2015, integra o Projeto Clima Adapte Local, em consórcio que integra a Agência Portuguesa do Ambiente, a Quercus e a Universidade de Lisboa no âmbito dos fundos EA Grant, para elaboração, até abril de 2016, de uma estratégia municipal de adaptação climática. Esta estratégia da qual foi concluída já a primeira parte do trabalho relativo à sistematização de uma base de dados sobre os eventos registados, eventos climatéricos, integrado no pacto dos autarcas direcionado para as medidas de mitigação, o Município de Lisboa está a reportar dados dentro dos documentos CEEAP, uma vez que se pretende fundir o pacto dos autarcas com o *Mayors Adapte*, factos que o município pretende aderir a partir do próximo ano as metas de mitigação e de adaptação estarão coordenadas no mesmo documento. -----

----- Muito brevemente, e articulado com as metas de adaptação, Lisboa assume que terá para consulta pública um documento estratégico no âmbito da sua estratégia para a biodiversidade que coordenará metas de desempenho estratégicas coincidência adaptativa com objetivos territoriais. -----

DRAFT

----- O Plano de Ação Local de Biodiversidade de Lisboa promoverá a adaptação de estruturas verde a contextos climáticos mais exigentes, tornando o território mais resiliente com especial enfoque para uma maior resiliência da estrutura face a eventos climáticos exigentes, tais como alterações do regime pluvial e aumento do efeito da ilha de calor. -----

----- Igualmente no âmbito das atribuições climáticas, está em curso um conjunto de intervenções prioritárias visando escolher no âmbito do combate ao fenómeno de cheias urbanas. -----

----- Em relação aos químicos que foram aqui referidos, venho referir mais uma vez que a Câmara apenas recorre à utilização de glifosato em casos extremos para combater problemas fitossanitários. Só se utiliza glifosato para controlar espécies cujos meios mecânicos e biológicos não conseguem controlar, apenas e excepcionalmente, nessas circunstâncias. -----

----- É o que eu tenho a dizer sobre a matéria, seguindo, aliás, as recomendações que a própria Assembleia Municipal referiu.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “ Em relação à pergunta sobre o amianto, como o Senhor Deputado sabe a situação sobre o amianto é crítica quando está danificado ou quando é removido. -----

----- De qualquer modo, foi feito o levantamento exaustivo de todas as situações em que existem edifícios municipais com amianto. Está feito esse levantamento. -----

----- No programa “Escola Nova”, todas as situações em que existe o amianto, o mesmo está a ser removido, aproveitando, exatamente, o período das obras para não provocar paragens no funcionamento normal das escolas, e o mesmo em relação a outros equipamentos. -----

----- Até ao final deste mandato estima-se um investimento de cerca de quatro milhões de euros para obras de remoção de amianto em coberturas e substituição das coberturas. -----

----- No que diz respeito à questão das acessibilidades, refiro que em todos os projetos que estão a ser feitos neste momento de repavimentação e reconstrução de arruamentos, simultaneamente estão a ser feitas substituições sempre que possível da sinalização vertical para reduzir obstáculos nos passeios, e substituí-la por sinalização horizontal. Portanto, pintura nos pavimentos. -----

----- Substituição sempre que necessário dos passeios por soluções que aumentem a aderência e que mitiguem o perigo de acidentes e quedas. -----

----- Reposicionamento de outros obstáculos, nomeadamente marcos de incêndio. -----

----- Rebaixamento ou alteamento de passadeiras com introdução de pisos tácteis e guias para promover a melhoria de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, ou dificuldade de visão. -----

----- Lugares de estacionamento reservados a automobilistas portadores de deficiências, estacionamento para motociclos ou bicicletas de acordo com o regulamento em vigor. -----

----- Em todas as ruas a reconstruir, sempre que é necessário mexer na drenagem e ela está a ser feita de acordo com o Plano de Drenagem da cidade. -----

----- Estão a ser instalados contentores de resíduos instalados em zonas que foram previamente definidas, e feita a substituição da fundação de pavimentos de todas as estruturas no caso de pavimentos que têm de ser construídos e cujo pavimento atual é em cubo.-----

----- Além disso, está em fase de edição um documento designado “Manual de Desenho de Rua” que estabelece as regras para a instalação de esplanadas nos passeios o que não impede que, na sequência deste manual seja elaborado um regulamento específico para ser adotado pelas Juntas de Freguesia e Câmara para a instalação de futuras esplanadas.-----

----- É evidente que há aqui um tema que, neste momento, é intransponível e que é a questão do estacionamento abusivo sobre pistas cicláveis e sobre os passeios, que só será possível controlar quando a gestão ou direção da brigada de trânsito passar para a competência municipal.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “O BE vai intervir em duas rondas, e na primeira ronda vamos regressar a um tema que já aqui debatemos e que se prende com um dos negócios feitos na Cidade de Lisboa, um negócio importante e que foi a concessão de espaços e de equipamentos no Parque de Monsanto. Uma concessão para vinte e cinco anos de vários espaços e equipamentos onde se inclui a casa do Presidente.-----

----- A bem da transparência gostávamos que desta vez conseguíssemos algumas respostas, Senhor Presidente, inequívocas por parte do executivo.-----

----- Já debatemos este tema e porque este tema não foi cabalmente, esclarecido, entregámos um requerimento acerca de um mês e meio, onde solicitávamos a entrega de três documentos, três documentos que constam, aliás, do programa do concurso mas que ainda não nos foram facultados; o relatório final realizado pelo júri, todas as propostas apresentadas pelos concorrentes, e a proposta final do concorrente vencedor após as negociações. Nenhum destes documentos foi remetido à Assembleia Municipal e entregue.-----

----- Senhor Presidente, por esta razão, porque faltam documentos e porque é preciso que haja total clareza sobre este negócio, queremos deixar-lhe quatro perguntas muito concretas e muito precisas e para as quais gostaríamos de ter a sua resposta da mesma forma concreta e esclarecedora:-----

----- A primeira, obviamente, tem a ver com estes documentos, e perguntamos se os tem disponíveis e se os pode entregar ao BE?-----

----- A segunda tem a ver com o facto que gostaríamos de confirmar, gostaríamos de saber se só concorreu uma empresa a esta concessão? Sabemos que o executivo se empenha muito *Road Shows* para apresentar os ativos imobiliários da Câmara, para fazer bons negócios e, portanto, seria bom que se tivesse também empenhado para que esta concessão fosse pública e bem divulgada e teriam aparecido, com certeza, outros concorrentes.-----

DRAFT

----- Sabemos também que o município fecha outros negócios, nomeadamente, hastas públicas com venda de património em que só aparece um concorrente, com um euro acima da proposta base, e que não é por causa disso que não deixa de fechar os negócios. -----

----- A segunda pergunta que gostávamos de deixar é se de facto só concorreu uma empresa? E se assim, acha aceitável que a entrega por vinte e cinco anos de equipamentos tão importantes numa zona tão sensível da cidade como é o Parque de Monsanto, se acha aceitável atribuir esta concessão, existindo só um concorrente?-----

----- A terceira pergunta prende-se com este possível concorrente único.-----

----- Tanto quanto sabemos, mas gostaríamos de confirmar através da documentação que já solicitamos, o concurso público foi tornado público no final de julho de 2014, e quem concorreu à empresa ainda não existia quando ele foi tornado público. Constitui-se como empresa no final de agosto, e constitui-se com cem euros. Registou a empresa com cem euros e portanto, criou a condição para concorrer. Sendo um dos critérios de adjudicação e é muito claro nesse ponto de vista, um critério importante, que haja exequibilidade e sustentabilidade financeira do projeto, se acha aceitável, sendo verdade esta informação, se acha aceitável entregar por vinte e cinco anos um património tão importante para a Cidade de Lisboa a uma empresa constituída no momento da candidatura por cem euros, e que se predispõe a fazer investimentos, diz-nos a Câmara em discussão anterior, de 3,8 milhões de euros? E, portanto, esta é a terceira pergunta que gostaríamos ver respondida. -----

----- A última pergunta que se prende com a entidade concessionária, igualmente, é que a decisão foi tomada perante esta empresa que concorreu, que foi constituída em agosto com cem euros. Foi-lhe adjudicada em novembro a concessão, foi assinado o contrato e, posteriormente, esta empresa realizou uma alteração societária, alterou o seu capital social e juntou novos sócios, incluindo um fundo de capital de risco. -----

----- Acontece que o ponto 16.3 do caderno de encargos diz exatamente que não é possível que a entidade concessionária sem comunicação prévia e sem autorização prévia do município, e tem toda a lógica que assim seja, faça alterações das suas participações de capital social, nem faça alienação nem honoração dessas participações. -----

----- A pergunta que gostaríamos de lhe deixar é se de facto, após a adjudicação, em novembro, esta empresa comunicou à Câmara pedindo autorização para fazer esta alteração societária, e se a Câmara a concedeu, ou não?-----

----- Gostaríamos que este negócio, que este tema fosse esclarecido e fechado nesta sessão e, portanto, gostaríamos que com toda a transparência e clareza, o Senhor Presidente nos esclarecesse sobre estas questões.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Este tempo continua a suscitar dúvidas, que percebo que sim, mas convém esclarecer três coisas:-----

----- Trata-se de um concurso público, e não conheço figura mais transparente de que esta, de lançar concurso público. Num concurso público podem aparecer, um, duas, três, quatro pessoas, tanto para investimentos avultados, como para investimentos de

DRAFT

simples quiosques. Já tivemos, em algumas situações, mais do que um concorrente. Em quiosques tivemos apenas um concorrente, e neste como já disse na outra reunião de Assembleia Municipal, só houve um concorrente. E está respondida a pergunta de que só houve um concorrente que reuniu as condições para que o júri, um júri independente cujo ninguém tem interferência na decisão do júri, decidiu aceitar a proposta que foi a concurso.-----

----- Em relação aos documentos que ainda não foram enviados acontece o seguinte, e já agora também digo que está previsto nos cadernos de encargos de todos, isso é recorrente, na maior parte dos concursos, muitas vezes as empresas alterarem as suas participações ou a composição das suas participações na mesma, mais uma vez aqui aconteceu, e foi autorizado pela Câmara, foi pedido e foi autorizado pela Câmara porque não se vê inconveniente nenhum para que as empresas alterem a sua composição social, não é isso que vai alterar o fim do objetivo que se pretende e que é a recuperação do edificado.-----

----- Mais uma vez refiro que é um edificado que não tem qualquer uso público. -----

----- Entretanto, a proposta final de apresentação do projeto ainda não está, tem havido várias conversas com o concessionário, nomeadamente, ao Hostel Ecológico que se pretende fazer na Quinta da Pimenteira que em breve será apresentado a sua versão final, para depois ser aprovada, ou não, espero que sim, que seja aprovada, e depois ser apresentada aqui à Assembleia Municipal conforme foi prometido. Portanto, esse documento será obviamente, enviado quando a versão final em relação áquilo que se pretende fazer na Quinta da Pimenteira, estiver feito, bem como o documento assinado pelo concessionário para acabar com a polémica de uma vez por todas em como não vai utilizar os campos de basquete para nenhum efeito, a não ser aqueles quatro eventos que são permitidos, e portanto, todos esses documentos quando estiverem formalizados durante este mês, espero eu, serão remetidos para a Assembleia Municipal, aliás, como já tinha dito na última reunião. -----

----- E julgo que respondi às perguntas todas que me foram dirigidas. Sim houve um concurso público, sim houve uma alteração de participação, sim só foi um concorrente. Foi transparente o concurso, foi analisado pelo júri, e o relatório do júri poderei enviá-lo, imediatamente. Eu pensava que juntamente com o contrato já tinha sido enviado, senão enviarei. Em relação à proposta final, enviarei como eu disse, quando for agora apresentada a fase para apreciação final em Câmara em relação ao Hostel que pretendem fazer na Quinta da Pimenteira, bem como o documento relativamente à dúvida que surgiu e que já dissipei, quer junto do concessionário, quer junto da Assembleia Municipal que não vai haver nenhuma ocupação dos campos de basquete, como já tinha aqui referido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito rapidamente, para colocar as seguintes questões à Câmara: -----

----- No fundo saber o ponto de situação relativamente à reparação do sistema de rega da Freguesia do Parque das Nações, uma questão preocupante pois, sem água não há

jardins e nós temos lá, em termos de relvados, cem hectares de relva. Senhor Vereador Sá Fernandes, coloco esta questão à Câmara e, certamente ao seu Pelouro. -----

----- Para quando o início das obras de construção da passagem pedonal entre o Bairro da Quinta das Laranjeiras e a Gare do Oriente, é um tema também recorrente aqui nas nossas questões. -----

----- E para quando a resposta à proposta apresentada pela Junta de Freguesia para a calmia de tráfego na Alameda dos Oceanos, onde está incluída a repavimentação do troço central da Alameda dos Oceanos, bem como o novo esquema de circulação que desincentiva a utilização deste troço como via de atravessamento, implementação de vias cicláveis, passadeiras sobrelevadas, entre outros. -----

----- E para quando a resposta à proposta apresentada pela Junta de Freguesia da extensão da tarifa de estacionamento a algumas outras zonas da nossa freguesia cuja possibilidade de estacionamento por parte dos residentes depende, de algum modo, desta tarifação. É uma matéria que não é consensual em toda a freguesia, previno desde já, mas há, de facto, alguns pontos da Junta de Freguesia onde, indiscutivelmente através da intervenção da tarifação se consegue permitir que os residentes tenham espaço para estacionar as suas viaturas, sobretudo em zona onde não existem garagens, com é o exemplo o caso da Rua da Centeeira e o Bairro da Quinta das Laranjeiras. -----

----- Quanto à questão da recuperação das obras de arte, entretanto este dossier já teve uma evolução positiva e estou informado da evolução do mesmo, pelo que dispenso-me de colocar esta questão que constava deste caderno de encargos para esta sessão. ---

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Queria agradecer as questões que foram colocadas, e vou aproveitar e vou centralizar as respostas por parte da Câmara por uma questão de economia de tempo. --

----- Em primeiro lugar e relativamente à questão do sistema de rega que referiu e no que diz respeito à passagem pedonal, o processo concursal está concluído e está tudo na mesma empreitada. E portanto, acreditamos que em breve serão disponibilizadas as verbas de tesouraria que são necessárias para a sua adjudicação, sendo que está em processo de ultimateção. -----

----- Tem toda a razão no que diz respeito à construção da passagem pedonal. Tivemos a oportunidade de informar que tivemos um problema com o empreiteiro, pelo que a situação está resolvida e foi de facto um atraso muito para além daquilo que bera suposto acontecer. -----

----- No que diz respeito às soluções relativamente à calmia de tráfego na Alameda dos Oceanos, houve reuniões com a Junta de Freguesia, temos consciência disso, temos já um parecer ultimado por parte da Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego em relação a essas alterações necessárias, temos em conta que implicam, obviamente, a conjugação de um conjunto de interceções que são complexas, mas existe uma solução que estamos prontos a apresentar do ponto de vista de alteração da hierarquia de tráfego, na mesma Alameda que acreditamos poderão resultar

positivamente e, portanto, queremos rapidamente, apresentar uma proposta ao Senhor Presidente, há matérias que são mais simples, outras mais complicadas, que requereram intervenção na via. -----

----- No que diz respeito à extensão do tarifário de estacionamento, está prevista para o segundo semestre de 2016, portanto, está prevista a extensão da área tarifária dentro do Parque das Nações, penso que é esta a informação que solicitava que está incluída no Plano de Extensão de Tarifário da Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Quero começar por identificar que cometi um lapso relativamente ao entendimento que tinha sobre o formato destas Sessões e pedir desculpa à Senhora Presidente por esse lapso e também tive a oportunidade de confirmar que não se deve a nenhum problema assim tão dramático, com o minha memória deve-se simplesmente ao facto de algumas Sessões o que acontecera é que na fase final das sessões de facto tenha havido agrupamento das perguntas e por isso, não no início das Sessões mas na fase final e fica aqui o meu esclarecimento. -----

----- Relativamente às questões que ficaram ainda por responder elas são fundamentalmente três e gostava em primeiro lugar de falar sobre a Taxa Turística. Eu não deixo de salientar, mas também de ficar surpreso, como é que o ângulo e o ponto pelo qual o CDS pega nesta questão da Taxa Turística é sempre um ângulo que nada tem a ver com os interesses do Município e com o desenvolvimento do setor na cidade, porque verdadeiramente o que o CDS faz é um bocadinho de Presidente do Sindicato da ANA porque não se percebe da intervenção do CDS qualquer preocupação com o desenvolvimento do turismo, com os investimentos no turismo, nem sequer com os munícipes da cidade, porque no Regulamento que foi aprovado por esta Assembleia a Taxa Turística na sua vertente por via aérea estão isentos todos aqueles que tenham residência fiscal em território nacional, não são portugueses, é residência fiscal em território nacional, isso abrange naturalmente os residentes nacionais que residam em território nacional, mas também estrangeiros que residam no Município de Lisboa e por isso toda a preocupação do CDS é tudo com interesses que nada têm a ver nem com o turismo nem com a cidade nem com os residentes na cidade, são outros interesses! -----

----- Já foi assim aquando do debate da Taxa e continua a ser assim e não deixa de ser notável, não deixa de ser surpreendente que um partido político arrogue a defesa de interesses particulares, que não os interesses públicos, para fazer a sua intervenção, está no seu direito naturalmente, mas não quero deixar de o salientar e de o destacar aqui. -----

----- O segundo ponto, o protocolo com a ANA é um bom protocolo para a cidade de Lisboa, é um bom acordo para a cidade de Lisboa, isso aliás é que a Senhora Deputada e o CDS, na minha opinião, poderiam salientar, ele é bom porquê? Porque em primeiro lugar assegura a receita que será afeta ao Fundo de Desenvolvimento

DRAFT

Turístico e que será utilizada para investimentos na sustentabilidade e no desenvolvimento do turismo na cidade, em primeiro lugar é bom! -----

----- Em segundo lugar porque resolve uma dificuldade que ainda não se tendo encontrado totalmente solucionada do ponto de vista definitivo permitiu efetuar a liquidação e a arrecadação desta Taxa ainda durante este ano, porque a dificuldade que se encontra é em encontrar um mecanismo de reembolso, de não liquidação ou de reembolso daqueles que verdadeiramente estão isentos de forma prática, rápida e que não constitua nenhum ónus ou encargo do ponto de vista da comodidade das pessoas, não tendo sido possível encontrá-lo em tempo útil, encontrou-se esta solução com a ANA e por isso este acordo devia ser saudado, acho que é uma boa notícia ter sido atingido, é uma boa notícia os seus resultados e não terei nenhum problema em facultar-lhe o texto do protocolo, aliás, ele foi público nesse próprio dia, foi já distribuído em Reunião de Câmara e por isso a Senhora Deputada porventura deve ser a única pessoa com responsabilidades políticas no Município de Lisboa que ainda não tem o protocolo, mas se não o tiver ainda eu, como não tem ou como diz que não tem, ele ficará aqui hoje entregue na própria Assembleia Municipal para ele ser entregue e distribuído. -----

----- Sobre a questão da legalidade da Taxa, mais uma vez a sua preocupação com o assunto absolutamente prioritário para o turismo e para os municípios da cidade de Lisboa, referir-lhe que a Comissão Europeia não teve nenhum pronunciamento sobre a legalidade da Taxa, aliás a Comissão Europeia não tem a competência para o fazer, tem a competência para pedir e para instaurar um processo sobre isso, coisa que não foi, o que a Comissão Europeia simplesmente faz é anunciar a jurisprudência geral sobre a teoria da legalidade e em primeiro lugar: em primeiro lugar, não pode haver discriminações em função da nacionalidade, pronto, isso é uma evidência aliás decorre dos tratados, fez bem em lembrá-lo, esta taxa não é, não discrimina em função da nacionalidade; em segundo lugar não são compatíveis com o Direito Comunitário discriminações que não sendo em função da nacionalidade acabem por na prática afetar de forma desproporcionada mais uns do que outros, com uma exceção e a exceção é aquela que os próprios Tratados reconhecem, que é à natureza das relações tributárias que continuam a ser competências exclusivas dos Estados Membros. -----

----- Tem depois uma consideração adicional sobre a questão das taxas turísticas sobre o setor, que corresponde a uma opinião de natureza política e por isso, Senhora Deputada, é esta a situação, nós temos um Regulamento em vigor, que por questões de natureza prática consensualizou-se uma outra forma de aplicação e consensualizou-se também durante este ano continuarmos os trabalhos e procedermos à reavaliação do modelo de aplicação da Taxa de forma a conseguirmos aquilo que é o objetivo essencial do pacote da Taxa Turística na Cidade, que é conseguirmos os recursos para reinvestir no setor do turismo para assegurarmos a sustentabilidade de uma forma que não ponha em causa a competitividade do setor e de uma forma que não onere os municípios da cidade através de aumentos adicionais de impostos, mas nunca fazendo aquilo que é a pretensão de alguns, que é enterrar a cabeça na areia e dizer que nós não precisamos de investir ou então, como alguns também já fizeram durante algum

tempo e noutras eleições, causarem a ilusão de que há sempre outras formas de obter as receitas e que nunca é preciso tomar decisão nenhuma que custe a alguém, porque tudo aparecerá de forma fácil. Não aparecerá? Assumimos o custo e assumimos a decisão que temos que tomar dentro das possibilidades reais que temos. -----

----- A segunda questão que é colocada relativamente ao protocolo com a Associação da Restauração, creio que essa questão já foi colocada, ele foi esclarecido, foi assumido, foi assinado, consta aliás a sua própria definição do Regulamento das Taxas de Resíduos e Saneamento que foram aprovadas por esta Assembleia Municipal, em que se torna necessário identificar e ter um regime próprio para os setores onde o consumo de água não seja o indicador direto do que é a produção de resíduos e esse acordo foi feito e esse acordo teve uma tradução prática e esse protocolo foi à aprovação pela Câmara Municipal de uma proposta do ponto de vista de um regime tarifário específico para alguns setores que são exatamente aqueles que já constam do Regulamento de Tarifário aprovado na Assembleia e essa proposta agora virá para a Assembleia Municipal, já deve estar em trânsito para poder ser devidamente apreciada e votada pelos Senhores Deputados Municipais. -----

----- O último aspeto relativamente à localização da nova Feira, só um esclarecimento, na última Reunião de Câmara foi aprovado, sob proposta do PCP, e aprovada por unanimidade por todos os Vereadores da Câmara, uma Moção que mandata a Câmara para proceder os estudos da localização da nova Feira e torna-los e divulgá-los no prazo de um ano, mas ao contrário do que a Senhora Deputada diz na Moção aprovada por unanimidade não é indicada nenhuma localização específica e não é este o momento ainda de ela ser revelada, a proposta da Câmara Municipal relativamente a esse tema, por uma razão simples, porque não beneficia os interesses da Câmara, da cidade, divulgá-la neste momento e por isso quando houver novidades para a sua divulgação, num tempo oportuno, naturalmente que isso será feito. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Terminámos a primeira ronda. Vamos iniciar a segunda ronda, e temos sete Senhores Deputados inscritos e vamos dar início à mesma.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “A minha intervenção contempla três temas. -----

----- Atendendo a que o Vereador dos espaços verdes se escusou de responder a perguntas desta bancada, sobre o assunto do Parque Florestal de Monsanto na sessão de dez de Fevereiro último, não obstante a enorme relevância da proteção a esse parque a que todos somos obrigados nem que seja pelas sucessivas tomadas de posição unânimes, desta Assembleia, em declarar tolerância zero para mais privatizações e impermeabilizações no parque, subsistem informações que a Câmara, especificamente o Vereador Sá Fernandes, continua a pretender a entregar a privados parte importante desse espaço. Aliás, nesta reunião, já o afirmou mais do que uma vez. -----

DRAFT

----- E as perguntas que eu transmitirei ao Senhor Vereador não são de meras minudências, a saber; se há contratos, quantos contratos, quantos concorrentes houve aos contratos, mas sim de princípios e de responsabilidades. Pergunta-se: -----

----- Continua o Senhor Vereador a considerar Monsanto como um banco de terrenos para projetos miríficos e majestáticos de aproveitamento imobiliário?-----

----- Pode o Vereador assegurar que continuarão em pleno uso público, repito, pleno uso público, os campos de basquetebol do Moinho do Penedo, desistindo de projetos de mais impermeabilizações junto a esse moinho? -----

----- Continuará o Vereador a promover uma concentração de grandes eventos num local onde é prioritária a preservação e a proteção da natureza?-----

----- Que medidas tem tomado o Senhor Vereador para assegurar a reativação total da rota de biodiversidade?-----

----- Já abandonou, o Senhor Vereador, a desastrada ideia de concessionar para hotel o Palácio das Pimenteiras, agora até oiço dizer Hostel, com novas áreas de construção, impermeabilização do solo e vedação da envolvente, configurando uma autêntica privatização a prazo de um espaço público de extrema relevância para Lisboa? E sem respeito sequer para os viveiros camarários de plantas octógonas, vizinhos. -----

----- Aceita o Senhor Vereador, ou não, o teor das sucessivas recomendações de tolerância zero, em que esta Assembleia repetidamente, verberou e proibiu novas impermeabilizações? -----

----- A segunda questão destina-se a pedir resposta ao Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Continua em curso as ciclópicas obras de construção de um parque de estacionamento automóvel no Campo das Cebolas, obras que vão ao arripio da preservação da identidade histórica de Lisboa, e que foram determinadas e iniciadas sem estudo de viabilidade económica fiável e com relevantes incógnitas técnicas e operacionais.-----

----- Durante a sua execução não foram prestadas informações à Assembleia Municipal, nem quanto às sondagens arqueológicas e genológicas, nem quanto à estabilização dos níveis freáticos daquela praia, nem quanto ao avanço da modelação do terreno, nem quanto ao protocolo de utilização da Doca de Marinha, nem sequer quanto às soluções que vieram a ser fixadas, entretanto, e que estavam indefinidas entre a Câmara, leia-se Senhor Vereador Manuel Salgado, e a equipa do respetivo concurso de ideias. E as perguntas são:-----

----- Qual o ponto de situação relativamente a tais indefinições? E quais as soluções e protocolos que já foram estabelecidos?-----

----- Onde e a quem foram entregues e resguardados os achados arqueológicos? -----

----- Qual será a altura da parte submersa do bloco constitutivo do estacionamento? E se estão estabelecidos os alicerces do edifício que albergará o equipamento para uso infantil?-----

----- Que parte da obra está já efetuada? E qual a previsão da data de conclusão dos trabalhos? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Bom, eu não tenho conhecimento, desde que tenho este Pelouro, de qualquer impermeabilização em Monsanto. Portanto, não sei a que é que se está a referir. -----

----- Todos os concursos que têm sido lançados em Monsanto é apenas para instalações e equipamentos que já existem, tais como os que estão em curso são exatamente para os equipamentos. Não há nenhuma impermeabilização na Pimenteira, tal como poderá ver quando apresentar aqui o projeto do *Hostel*. -----

----- Além disso, em relação a essa matéria eu tive o cuidado, aliás, a Câmara teve o cuidado de requerer um parecer ao Instituto de Florestas que, como sabe, é quem decide sobre estas matérias, uma vez que é uma mata que está sob o regime florestal, e que deu o seu parecer favorável e, portanto, eu estou-lhe a dizer que nunca impermeabilizei nada em Monsanto, não há nenhuma intenção de impermeabilizar nada em Monsanto, e ao contrário do que tentou referir, Monsanto está em termos de coberto arbóreo como já não estava há muitos anos. Está neste momento, com uma parte interessante de caminho já arranjada, outra para arranjar, com um bom estudo para que todos esses percursos estejam devidamente arranjados e sinalizados, e como eu referi, em setembro promoverei um debate para discutirmos Monsanto. E como verificará, não só as medidas que foram tomadas, como aquelas que estão em curso, como aquelas que serão feitas no futuro, visam precisamente, preservar Monsanto como uma mata modelo, e como uma mata para ser mais usufruída pelos cidadãos. ---

----- E só para rematar, vou-lhe dizer que Monsanto estava separada de Lisboa, e hoje temos o Corredor Verde de Monsanto. -----

----- Estamos a fazer nesta obra a obra do Rio Seco, e estamos com uma ligação muito mais fácil de bicicleta e a pé, como nunca foi feito. -----

----- Temos, neste momento, preparado um estudo de calma de tráfego que sucessivos executivos fizeram de Monsanto um local de atravessamento de carros, uma coisa que é gravíssima para Monsanto. E neste momento, temos o estudo feito para a calma de tráfego em Monsanto, que será apresentado na devida altura. Está feito um estudo que nunca tinha sido feito. E a quantidade de estudos que têm sido feitos em Monsanto de preservar a mata para a melhorar e para a dignificar, é de facto, um motivo de preservação. -----

----- Em relação ao *Hostel* que se pretende na Quinta da Pimenteira, se bem se lembra, é recomendado pelo Plano de Gestão Florestal que foi aprovado por esta Assembleia Municipal que indica exatamente, como um bom caminho termos nas instalações existentes na Mata de Monsanto, termos sistemas de ecoturismo. Isso está previsto no Plano de Gestão Florestal que foi aprovado nesta Assembleia Municipal e foi aprovado pelo Instituto Florestal.-----

----- Portanto, eu limito-me aqui em seguir algumas regras, a seguir e a fazer, mesmo, as regras que estão previstas no Plano Florestal de Monsanto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Em relação ao Parque do Campo das Cebolas foi concluída a primeira fase de escavações arqueológicas. A segunda fase de escavações arqueológicas iniciar-se-á

com as demolições no final de junho, princípio de julho de 2015, donde ainda não há nenhum achado arqueológico. Segundo, nenhuma obra se iniciou. A primeira obra iniciar-se-á, como digo, no final de junho, princípio de julho de 2015. A empreitada maior começará em setembro e é com essa que será feita a escavação arqueológica geral do local.-----

----- Protocolo com a Marinha relativamente à Doca da Marinha, ainda não está fechado. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Nós tínhamos agendado esta questão para sabermos os desenvolvimentos. Tomámos conhecimento, hoje, que foi marcada uma reunião da 3ª Comissão para analisar esta questão no dia seis, na próxima quarta-feira. Colocamos, de qualquer modo, a questão e aguardamos que as respostas da Câmara já nos possam ajudar a preparar essa reunião, de amanhã.-----

----- Trata-se da requalificação do lote 561 da Avenida João Paulo II, em Marvila. -----

----- Um abaixo-assinado foi promovido pela Associação de Moradores, foi dirigido à Presidente da Assembleia Municipal, em dezassete de abril, apelando à urgente requalificação do lote.-----

----- Esse abaixo-assinado tem em anexo uma exposição de moradores e quarenta e nove assinaturas recolhidas, bem como um CD com fotografias que mostram a degradação do edifício, do lote.-----

----- Há uma carta da GEBALIS, assinada pelo Senhor Presidente Sérgio Lopes Sintra, em dezanove de fevereiro de 2015, que é uma resposta de uma carta de catorze de janeiro de 2015, para o Senhor Manuel Joaquim Gonçalves morador no lote, que refere uma empreitada ordinária 201/2014, em fase de início de obra, e empreitada extraordinária em fase de lançamento, refere os trabalhos para resolver anomalias de infiltrações em áreas pontuais e setores de zonas comuns no prédio, portanto, coberturas.-----

----- Na petição, que era e é uma petição, fala-se de obras de reparação e requalificação que são urgentes. A maioria dos inquilinos já com idade avançada, em trinta anos o edifício não teve qualquer tipo de intervenção. Há a degradação das divisões das casas, das fachadas do lote, das iluminações dos patamares e escadas de partes comuns, bem como dos botões de entrada do lote. O telhado, e telheiros, contêm amianto. Há a necessidade de reparação total dos esgotos do rés-do-chão estão a céu aberto.-----

----- As melhorias introduzidas pelos inquilinos mediante as possibilidades financeiras tudo o que fazem degrada-se porque o mal vem do exterior da estrutura do prédio. E, portanto, há urgência nesta intervenção.-----

----- Curiosamente, chaga-nos agora a empreitada ordinária 201/2014, que já referi, que refere o ofício do Presidente da GEBALIS e esta empreitada tratará da reabilitação de passadiços, reabilitação de zonas comuns, e tem um valor, passem-se, perante uma situação de um lote em plena degradação, de nove mil duzentos e

cinquenta e cinco euros. É uma estranheza que aqui manifestamos. É obvio que a 3ª Comissão irá receber os moradores que subscreveram a petição e que estão nesta situação aqui caracterizada, e portanto, haverá avanços que esperemos que sejam positivos na resolução de toda esta situação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte:-----
----- “Esta petição foi-me, efetivamente, endereçada. E contacta-mos a Associação de Moradores porque ela não vinha endereçada como petição, era apenas para tomar conhecimento do abaixo-assinado. Informámos a Associação de Moradores que como Associação de Moradores poderia fazer uma petição diretamente, sem sequer precisar de assinaturas, e nesse sentido, assim foi feito. Deu entrada no dia dezassete de março a petição 6/2015, que está no site, sobre esta matéria e é por essa razão que a 3ª Comissão já a recebeu e está a fazer diligências para ouvir os peticionários.-----

----- De qualquer maneira, penso que a Câmara poderá querer responder.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, respondeu o seguinte:
----- “De facto, esta empreitada ordinária como referiu o Senhor Deputado Modesto Navarro, responde a algumas questões muito específicas da intervenção deste lote, mas dizer-lhe que o lote em questão, 561, está abrangido pelo plano de intervenção que nós estamos a preparar, não só no Bairro do Condado, mas também noutros bairros de Lisboa, e que terá um valor bastante superior do que os nove mil duzentos e cinquenta e cinco euros, naturalmente, mas responder-lhe, concretamente, que o lote 561 está incluído neste processo de intervenção e que brevemente será apresentado, quer à Câmara Municipal, como à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Referir que em relação ao Bairro do Condado e só ao Bairro do Condado, o valor da intervenção rondará um milhão e quinhentos mil euros, e será feita uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, amanhã, bem como com outros Presidente de Junta como temos estado a fazer, exatamente para discutir este plano de intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Dois novos temas nesta ronda de questões. -----

----- Quanto ao impasse que pende sobre a Assembleia Distrital de Lisboa, da parte da Câmara, o anterior presidente da autarquia mostrou-se irresoluto, senão mesmo renitente, em saldar as contribuições financeiras em dívida por parte do município, assumindo uma decisão pessoal que nunca obteve o aval expresso dos órgãos executivo ou deliberativo do município de Lisboa. Consta que o Governo já terá também notificado a Assembleia Municipal para esta se pronunciar sobre a Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital de Lisboa.-----

----- Na Assembleia Distrital do passado dia 24 de Dezembro, os representantes do município garantiram que a CML, embora com algumas condições, iria aceitar essa Universalidade. Deste modo, foi deliberada a transferência da Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital para o município de Lisboa, excetuando-se o património localizado noutros concelhos. No entanto, a autarquia terá deixado passar o prazo para

DRAFT

proceder à sua aceitação expressa, adiando ou mesmo impedindo que se tivesse encontrado uma solução consistente para a transferência dos serviços, da biblioteca e restante património.-----

----- Ficando agora dependente do processo subsidiário de determinação da Entidade Recetora, e para complicar o processo, até o Governo resolveu publicar o despacho a que se refere o nº 2 do artigo 8º da Lei nº 36/2014 com quatro meses de atraso, mas que não tem efeitos legais retroativos.-----

----- Não estando em crer que exista qualquer ostensiva má-fé no atraso da autarquia, e esperando-se que o atual Senhor Presidente reconsidere anteriores posições, “Os Verdes” voltam a perguntar:-----

----- - Reconhece o executivo a validade das deliberações por si assumidas e aprovadas em 24 de Dezembro?-----

----- - Para além da breve visita técnica efetuada, já voltou a reunir o executivo camarário com a Assembleia Distrital para aclaração das questões pendentes, entre elas o destino dos Serviços de Cultura, e em particular, da sua Biblioteca?-----

----- - Para quando então a transferência da Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital para o município de Lisboa? Qual é o último entrave que se encontra pendente?-----

----- Última questão, No âmbito da requalificação do Jardim França Borges, vulgo Príncipe Real, foi em 2009 colocado um pavimento arenoso, feito à base de vidro moído, que liberta um pó fino que nos dias mais quentes se espalha rapidamente e que, para além de cobrir a vegetação impedindo-a de fazer convenientemente a fotossíntese, representa um perigo para as vias respiratórias da população, facto que tem originado várias críticas por parte dos utentes do Jardim.-----

----- Os trabalhadores da autarquia passaram a regar o pavimento para fazer assentar o pó, o que representava um gasto supérfluo de água, pelo que a autarquia optou depois por regar o piso com uma solução química agregadora da camada superficial, mas sem grande êxito.-----

----- Na reunião pública descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, de cinco de fevereiro de 2014, ou seja, há 15 meses, o Senhor Vereador dos espaços verdes admitiu que a intervenção no piso do Jardim do Príncipe Real tinha corrido mal, referindo que esperava resolver o problema até outubro de 2014, e seria “relativamente rápida”, porém, a situação mantém-se inalterada.-----

----- “Os Verdes” já por duas vezes questionaram a autarquia sobre os impactos deste pavimento, tendo-se o executivo desculpado que aguardava pelas análises do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.-----

----- Assim, “Os Verdes” voltam a questionar:-----

----- - Qual foi afinal o resultado das análises feitas ao Jardim França Borges, efetuadas pelo LNEC, passados quinze meses?-----

----- - Para quando prevê a Câmara proceder à substituição do piso do Jardim? Qual a duração do tempo previsto? E qual o custo da remoção do atual pavimento e sua substituição por outro?-----

----- - Por que são, mais uma vez, largamente ultrapassados todos os prazos prometidos aos munícipes? Aliás, como desde há muito, nos vem habituando o Senhor Vereador. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, esclareceu o seguinte: -

----- “É preciso dar aqui um esclarecimento a todos os Senhores Deputados e que tem a ver com as competências desta Assembleia nesta matéria. A questão da universalidade dos bens da Assembleia Distrital de Lisboa já esteve presente na Conferência de Representantes, foi solicitada à câmara de Lisboa, a Câmara de Lisboa não se mostrou interessada em bora estivesse resolvida a questão dos trabalhadores, e o Senhor Presidente, certamente, esclarecerá isso. Nos termos da lei, não havendo aceitação pela parte da Câmara Municipal de Lisboa terá que ser consultado o Conselho Metropolitano que também já rejeitou a possibilidade de receber a universalidade jurídica dos bens, cabe, neste momento, às Assembleia Municipais de todos os municípios do Distrito de Lisboa, serem elas a ter a palavra final sobre se aceitam, ou não aceitam a universalidade dos bens. -----

----- É um facto, há um dado que o Senhor Deputado citou e que altera todo o cenário é que no decurso deste processo de consulta de várias entidades surge um despacho do Governo, de um Secretário de Estado distinto daquele que tutela esta matéria, de informar que todo o património imobiliário que a Assembleia Distrital dizia pertencer à Assembleia Distrital, não é da Assembleia Distrital, era do Governo Civil e, portanto, neste momento, e de acordo com esse despacho é do Governo, é do Estado Português e não pode ser passado para os munícipes. Portanto, mudou radicalmente o conteúdo da universalidade jurídica. -----

----- O que estamos, neste momento, a fazer e foi tratado em Conferência de Representantes, é recolher e atualizar informação no sentido de trazer à Assembleia Municipal uma deliberação que, nos termos da lei, tem de ser tomada pela Assembleia Municipal. E, portanto, neste momento o processo não está nas mãos da Câmara, está nas nossas mãos, entrou na Assembleia Municipal, está a ser analisado, temos um prazo legal para responder que julgo que é até meados de junho, já foi informada a 1ª Comissão que tem de se pronunciar e estão os serviços jurídicos da Assembleia a recolher informação necessária para podermos apreciar, neste momento, porque isso nos é solicitado, a nossa posição. -----

----- Agora sim, daria a palavra à Senhora Vereadora Graça Fonseca.” -----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -

----- “Só para dar um esclarecimento adicional, fase ao que a Senhora Presidente acabou de dizer, dizer que uma das questões que a Câmara e a Assembleia Municipal de Lisboa, sempre, sempre fizeram questão, foi a questão dos trabalhadores. E dos quatro trabalhadores da Assembleia Distrital de Lisboa, três integram o quadro do município desde novembro de 2014, sendo que a quarta funcionária não quis expressamente integrar o quadro do Município de Lisboa. Portanto não está no Município de Lisboa porque não o quis fazer. É muito importante que fique claro que

os três funcionários que quiseram estão desde novembro de 2014, no Quadro de Pessoal do Município de Lisboa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “O Jardim França Borges, mais vulgarmente conhecido por Príncipe Real, teve de facto, esse problema com o piso. Acontece que o Jardim Príncipe Real, ou França Borges, está numa zona classificada e teve-se que requerer um parecer ao Instituto, antigo IPPAR, para dar um parecer favorável ao novo piso que, entretanto, a Câmara concebeu para o local. O parecer veio muito recentemente, e por isso só agora estamos em condições, é um jardim que também, está sob alçada da Junta de Freguesia para, juntamente com a Junta de Freguesia, lançarmos a respetiva empreitada, escolhermos o momento mais aceitável para o fazer e chegou o momento de resolvermos o problema do piso do Príncipe Real.-----

----- Em relação ao que foi referido pelo LNEC foi inconclusivo, não sei se foi o laboratório que fez as análises, ou se procedeu ao respetivo estudo, foram inconclusivas para dizermos se a responsabilidade era do empreiteiro, ou não, e para não estarmos a demorar mais tempo com essa matéria, foi decidido conceber um novo piso mais adequado para a zona, foi feito. -----

----- Como disse, remetemos para o IPPAR e recebemos, recentemente, o parecer favorável em relação àquele modelo, ou àquele material, e é isso que faremos muito em breve, mal combinemos esta questão com a Junta de Freguesia e achamos a melhor condição para proceder à obra. -----

----- Julgamos que não é agora a melhor época uma vez que esta é uma época mais turística, mas logo de seguida estamos em condições para lançar o concurso cujo custo rondará os setenta mil euros.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PSD)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Tenho duas perguntas para fazer à Câmara no âmbito da cultura. A primeira é sobre o Arquivo Histórico da Cidade de Lisboa.-----

----- A Câmara possui um riquíssimo arquivo histórico cuja consulta é incontornável, quer pelos investigadores universitários, quer para os próprios promotores imobiliários que estão neste momento empenhados na recuperação da cidade. -----

----- Há anos que vem sendo anunciada a construção de um edifício que alberga o acervo histórico e documental da cidade. Pergunto, já existe decisão sobre este importante desígnio? E será que a Hemeroteca que foi recentemente instalada, de forma provisória, integrará estas instalações? -----

----- A segunda questão foi parcialmente respondida pelo Senhor Vereador Manuel Salgado e reporta-se à candidatura dos Bairros Históricos de Lisboa a Património Mundial da UNESCO na nova categoria de Paisagem Urbana Histórica.-----

----- Em primeiro lugar, quero congratular-me porque soube, através do jornal, que a Câmara Municipal de Lisboa tinha dado seguimento a uma sugestão que a 3ª e 7ª Comissões, lhe fizeram em duas reuniões que tivemos com o Senhor Vereador do Urbanismo, e com a Senhora Vereadora da Cultura, para substituir a candidatura da

Baixa Pombalina a Património Cultural por esta candidatura mais recente da Paisagem Urbana Histórica da UNESCO.-----

----- Foi decidido, nessas reuniões, de comum acordo, que a Câmara criaria um gabinete, que haveria uma comissão de acompanhamento e que as Juntas de Freguesia participariam ativamente e com grande proximidade nestas decisões. As questões que coloco, e por li no jornal várias notícias um pouco contraditórias, e não temos outra informação, gostaríamos de saber quais são, de facto, os bairros que fazem parte desta candidatura? E se a Câmara já fez uma calendarização uma vez que se prevê que a candidatura seja em fevereiro de 2018, uma vez que, até lá, Portugal integra o Comité do Património da UNESCO?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Em relação ao Arquivo Histórico, ao Arquivo Municipal de Lisboa, eu criei, em janeiro deste ano, um grupo de trabalho precisamente, por esta questão de uma nova localização do Arquivo Histórico está há bastante tempo em cima da mesa, e portanto, criámos um grupo de trabalho no sentido de proceder à avaliação da melhor solução para a nova localização do arquivo, e também para definir o modelo de gestão do arquivo. Este grupo já está em fase muito avançada do seu trabalho, e a orientação que foi dada não no sentido de se construir um novo espaço, mas no sentido de reabilitar espaços existentes. E nesse sentido, foi já decidido que o Alto da Eira, onde o arquivo já funcionou em tempos, vai ser reabilitado, aliás, há uma candidatura ao QREN que já está em estado muito avançado, e que vai permitir a reabilitação desse edifício, que também é um edifício histórico da cidade, e que vai permitir albergar grande parte do arquivo e, nomeadamente, toda a parte do arquivo que diz respeito aos processos de urbanismo que são aqueles que têm grande consulta pública.-----

----- Por outro lado, nesta opção, foi decidido que sim iria tentar-se encontrar um novo espaço para o Arquivo Histórico e para outros serviços, nomeadamente, da Conservação e Restauro e do Arquivo Fotográfico, e neste momento está-se a proceder ao levantamento de quais os passos que seriam adequados para albergar esta parte desta importante instituição da Cidade de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “A notícia que saiu dos jornais, resultou de uma pergunta feita na reunião pública de vinte e nove de abril. E, portanto, em resposta a uma pergunta da oposição sobre este tema eu respondi, exatamente, aquilo que foi respondido aqui.-----

----- Neste momento, há um grupo de trabalho que está a funcionar, que tem uma pré-proposta de metodologia de trabalho e de abordagem, e esta proposta não está validada, ainda, pelos dirigentes do urbanismo, nem chegou à minha mão, logo que chegue e depois de devidamente, validada, será levada à Câmara e a Assembleia Municipal é informada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

DRAFT

----- “Nesta sessão, gostaria de interrogar a Câmara sobre a Taxa Municipal Turística, aprovada com a proposta 743/2014, na Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro de 2014.-----

----- Como é do conhecimento de todos o BE votou contra, apresentou uma declaração de voto e, posteriormente, a um de abril, entregámos um requerimento em que aguardamos resposta. Tal deveu-se à atribuição de responsabilidades de liquidação e arrecadação desta receita à concessionária de um serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil no Aeroporto Internacional de Lisboa num pertença recurso à figura de substituição tributária.-----

----- Importa dizer que a taxa de chegada por via aérea é devida pelo passageiro que desembarca no Aeroporto Internacional de Lisboa.-----

----- A previsão de que a liquidação e arrecadação da taxa de chegada ao aeroporto, e a sua posterior entrega à autarquia seja da competência da concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil do Aeroporto Internacional de Lisboa faz com que a prestação tributária seja exigido à pessoa diferente do contribuinte, o que consubstancia indubitavelmente, o recurso a uma figura de substituição tributária.-

----- A substituição tributária verifica-se quando, por imposição da lei, a prestação tributária for exigida à pessoa diferente do contribuinte.-----

----- A regulação das figuras de substituição e responsabilidade tributária está sujeita ao princípio de legalidade, significa isso que tem de ser regulada por lei, determinando esta os moldes em que opera a substituição tributária.-----

----- Sucede que, relativamente às taxas de autarquias locais, não se encontra regulamentada por lei a figura de substituição tributária, nem a sua possibilidade de aplicação, pelo que se verifica a manifesta violação da Lei Geral Tributária.-----

----- Acresce, ainda, que segundo notícias vindas a público o Município de Lisboa e a ANA acordaram, assinar um protocolo que fixa a metodologia de cálculo e os termos de cobrança da taxa de chegada por via aérea, ao longo de 2015, que entrou em vigo no passado dia um de abril, e que no âmbito deste protocolo a ANA, enquanto entidade responsável pela liquidação, arrecadação, controle e fiscalização desta taxa, assume o pagamento de taxa de chegada por via aérea até ao final de 2015, não havendo assim liquidação individualizada. E como, de Bruxelas, também não sopram bons ventos, pois esta taxa municipal turística está a ser considerada uma clara violação à União Europeia, assim colocamos as seguintes questões:-----

----- - Que a habilitação e fundamento legal que o regulamento que já conhecemos, através do artigo 75º, nº 2, do Regulamento Geral de Taxas, ocorre a substituição tributária dos sujeitos passivos da Taxa Municipal prevista no citado artigo 72º pela ANA – Aeroportos de Portugal?-----

----- - Que a habilitação e fundamento legal se liquidarão as respetivas taxas por estimativa?-----

----- - Como foi, ou será, calculada a estimativa de receitas pela Taxa Municipal prevista no citado artigo 72º para o ano de 2015?-----

----- - Quais as contrapartidas, ou compensações financeiras, do Município de Lisboa à ANA no âmbito da liquidação e pagamento da Taxa Municipal Turística?-----

----- Quinto, e último, está o município preparado para acomodar uma eventual declaração de ilegalidade desta taxa? -----
----- Disse.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Pergunto, se o Senhor Presidente quer responder? Não vejo sinal da Mesa. -----
----- Pode responder agora, ou pode responder no fim da ronda, como entender. -----
----- Temos mais dois Deputados nesta ronda e não é esta matéria.” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, salientou o seguinte: -----
----- “Senhora Presidente, não vou responder neste momento. Aliás, já respondi a esta questão.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse: -----
----- “A Câmara entende que já deu resposta a esta questão. -----
----- Vamos passar ao próximo Grupo Municipal que é o CDS-PP.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----
----- “Para terminar, apenas dois temas que foram apresentados pelo CDS-PP. Um sobre o acordo entre o município e a ARESP, em que vínhamos alertar, embora o Senhor Presidente, parcialmente, já tenha dado resposta a este ponto, nós vínhamos alertar por sugestão do CDS-PP, foram incluídos também, ginásios e cabeleireiros num acordo semelhante. -----
----- Gostaríamos, também, de solicitar um esclarecimento que era saber se também vão incluir as lavandarias que, como sabem têm um gasto muito elevado de água o que tem, por essa razão, um contributo para a tarifa de resíduos urbanos muito elevados, e também se trata de uma reivindicação do setor. -----
----- Por outro lado, gostaríamos também, de saber se o Senhor Presidente confirma o prazo de pagamentos que referiu, numa declaração política, de quatro dias? Esses quatro dias são comparáveis com o quê? São quatro dias relativos a um mês? São quatro dias de uma média anual? Tem a mesma fórmula, a mesma regra de cálculo que todos os outros municípios? É, ou não é, uma fórmula um pouco destorcida de apresentar um prazo que nunca poderia ser de quatro dias, e que é pontualmente, num determinado mês? Gostaríamos de ter esclarecimentos sobre isso. -----
----- Por último, queria transmitir-lhe que não pertenço ao sindicato das lavandarias, não pertenço a nenhum sindicato, e só não falo sobre o assunto que me levou a falar de sindicatos, não falo sobre a ANA porque as minhas ligações com a ANA não me permitem. -----
----- De qualquer forma, muito obrigado Senhor Presidente.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----
----- “Aquilo que me leva a voltar a usar da palavra são as respostas que considero insuficientes relativamente ao tema do amianto e do glifosato. -----
----- Relativamente ao tema do amianto, nós apresentamos uma recomendação, essa recomendação é muito específica e desta vez nós optamos por colocar toda a pergunta explícita com tempo suficiente, dando cedência para que não houvesse qualquer

dúvida, ou esquecimento, e o que é facto é que nós perguntamos nessa recomendação se já foram feitas, de acordo com a recomendação da Assembleia Municipal, obras que demos de encargo, peças concursais, relativamente a esta questão, onde a Câmara denote, tomou conta da recomendação que foi feita e aprovada por esta Assembleia? --

----- Esta pergunta não foi respondida, foi dada uma resposta genérica pelo Senhor Vereador que, obviamente, não nos satisfaz. Pelo que, gostávamos de a ver respondida, hoje ou num dos próximos dias. -----

----- Relativamente ao glifosato, a resposta do Senhor Vereador foi demasiado verossímil para ser verdade, “só usamos glifosato quando não houver mais nada”. Isso não existe. Nem o fabricante do glifosato se atreveria a dizer uma coisa dessas. A realidade, Senhor Vereador, é que esta Assembleia passou uma recomendação aprovada, nesta Assembleia, para que seja descontinuado o glifosato. Não é quando dá jeito à Câmara, é para ser descontinuado. E a questão é quando? Se é que algum dia a Câmara vai aceitar esta recomendação da Assembleia Municipal. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Senhor Deputado, como eu há pouco, julguei que tinha sido mais claro, mas vou explicar com mais detalhe. -----

----- Retirar coberturas de amianto é uma operação delicada, exige empresas especializadas e exige que os edifícios sejam evacuados. -----

----- O amianto é particularmente perigoso quando está degradado, está partido, e quando é retirado, quando é mexido. Ora, assim sendo, aquilo que temos feito é cada vez que há uma intervenção numa escola, em que a escola tem de ser evacuada, completamente, durante o período de realização das obras, nessa altura retira-se o amianto. É isso que tem-se vindo a fazer, em todas as obras em escolas que têm sido executadas. O mesmo, em relação a outros equipamentos que têm coberturas em amianto. -----

----- Aquilo que lhe referi é que do conjunto destas intervenções a avaliação que está feita é que, entre o que já se gastou e aquilo que está previsto gastar-se com os projetos que estão em curso são cerca de quatro milhões de euros destinados única e exclusivamente, à remoção de coberturas em amianto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu o seguinte: ----

----- “Portanto, eu insisto, é descontinuado, é excecional a aplicação do glifosato. É uma medida excecional, só se utiliza excecionalmente na Câmara de Lisboa. -----

----- Portanto, nós seguimos a recomendação da Assembleia Municipal e só excecionalmente é que se utiliza glifosato quando os outros produtos que nós utilizamos são ineficientes para aquilo que nós queremos. -----

----- Portanto, é absolutamente, excecional. É descontinuado, como aliás o Senhor Deputado referiu.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Terminou a segunda ronda.-----

DRAFT

----- Pergunto ao Senhor Presidente se quer responder agora? Tinha ficado para trás as questões colocadas pelo CDS-PP sobre a ARESP e sobre o prazo de pagamento de quatro dias.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Eu queria, talvez repetir um pouco, muito sinteticamente, aquilo que referi relativamente à resposta da Taxa Turística para, também, não deixar sem resposta o Senhor Deputado do BE, mas não terei muito mais para lhe dizer. -----

----- Acho que aquilo que foi feito foi um bom acordo, acho que resolve bem, no quadro da dificuldade, de ter um modelo adequado relativamente ao nosso recebimento na base de liquidação individual, e as questões da operação, permite-nos ter recursos para fazer o investimento no setor, e está coberto do ponto de vista regulamentar e do ponto de vista legal. Tudo o resto são, naturalmente, questões legítimas que me permita que as considere que as desvalorize como questões menores no debate das questões importantes para a cidade.-----

----- Relativamente à questão da ARESP, também já lhe fiz referência e é simples, o sistema normal de taxa de resíduos sólidos urbanos são sistemas de base real, os sistemas de base real são sistemas que exigem pesagem ou medição dos resíduos produzidos. Isso é possível para os grandes produtores e por isso eles têm uma produção muito significativa de resíduos sólidos urbanos, e relativamente a todos os outros produtores o que acontece é que no país não há ninguém que esteja a aplicar sistema de base real porque exigem pesagem ou medições individualizadas, e em alternativa o que se está a aplicar é o consumo da água. Estes são os modelos que estão definidos pela ERSAR como os modelos aplicáveis, base real defensavelmente, ou preferencialmente, em função do consumo da água como método indiciário. A própria ERSAR identifica casos em que há uma desproporção, uma disfunção, onde o consumo da água não é um bom indicador para aferir da porção de resíduos, e é fácil perceber, um ginásio que tenha uma piscina, a produção de água não equivale à produção de resíduos, ou ginásios que tenham balneários, parece-me evidente, tal como nos hotéis, etc. Por essa razão é que se podem definir regimes próprios em que haja disfunção entre a produção e entre o consumo, entre o consumo de água e a produção de resíduos. -----

----- Nós definimos no regulamento que apresentámos à Assembleia, e que foi aprovado, identificamos esta faculdade em que dissemos que pode haver setores com regimes específicos, identificamos previamente vários setores que já sabemos que esta desproporção existe e, aliás, são os setores que já estavam identificados pela ERSAR, tudo isto foi identificado em outubro/novembro, quando aqui apresentamos a regulamentação, e o que se tratou depois foi tentar encontrar a fórmula que pudéssemos verter a redução desta desproporção, e é isso que fazemos no acordo que celebramos com a ARESP e que abrange, também, os ginásios que não estão na ARESP, e também a hotelaria uma parte que não está integrada na ARESP. -----

----- E nós não fechamos a porta a fazer a outros setores, aliás termos o compromisso de fazer até junho/julho, de voltarmos a fazer uma nova avaliação. Agora, nós não podemos fazer isto na base casuística, na base do “eu acho que”, na base do que até

DRAFT

foi dito que é “tenho um consumo elevado”, pois mas o problema não é ter um consumo elevado, a questão é saber qual é o nível da desproporção entre o consumo de água e a produção de resíduos. -----

----- A posição da Câmara sempre foi uma posição muito aberta e flexível, diria eu. Até gostava de lhe chamar a atenção para um ponto, Senhor Deputado, que não está a ouvir, neste momento a Câmara de Lisboa é a única Câmara que terá um regime próprio que corrige esta desproporção e esta disfunção, nenhum outro município do país o fez, por isso, nós estamos avançados face aos outros municípios na identificação destes setores, e por isso, faremos esta identificação quando tivermos provas e demonstrações que esta desproporção existe e é uma desproporção muito significativa e muito evidente. Quando as houver, faremos. Não faremos é na base da opinião de “são setores que estão a ter aumentos de maior dimensão”, isso não é argumento. A questão que temos de saber é se esse aumento é desproporcionado face ao valor da produção de resíduos. Agora, que há aumento, há. Basta haver a criação da taxa, mas isso já foi um debate que tivemos há seis meses atrás. -----

----- Por último, sobre a questão do prazo de pagamento, eu não sei se lhe estou a dar uma má notícia, mas é que o prazo de pagamento da Câmara é mesmo, hoje, de quatro dias. O CDS-PP não gosta, não gostou da boa notícia, porque achou, “bem uma câmara a pagar a pronto pagamento, se calhar, não havia melhor indicador de boa saúde nas contas”, mas é que é mesmo, estamos a pagar em quatro dias, e estamos a pagar a pronto pagamento, isto é, os quatro dias dependem do tempo de verificação e de validação das faturas. Isto é uma grande notícia para a cidade, é uma ótima notícia para a cidade, é aliás, o melhor contributo que nós podemos dar para ajudar a economia da cidade, e em lado nenhum nós dizemos que este é o indicador do prazo médio legal de pagamento. O prazo médio legal de pagamento, no ano de 2014, é superior, creio eu que será de vinte e oito dias. Porquê? Porque é feito por uma média do ano, é feito da média entre o primeiro trimestre, o segundo, o terceiro e o quarto. Ora, o que acontece é que como nós temos vindo a descer, a média ficará em vinte e oito dias. No início do ano foi superior, creio eu que o valor mais alto terá sido no segundo trimestre por causa da situação da SIMTEJO, no segundo ou no terceiro, não tenho esse dado com rigor para lhe dar, e depois tivemos uma fortíssima diminuição, e por isso, o prazo hoje é de quatro dias. O Senhor Deputado gostava que eu dissesse antes, “não, o prazo médio de pagamento são vinte e oito”, sim o prazo médio do ano foi. Porque é que eu destaco os quatro? Porque os quatro dias, é o que estamos a fazer agora, e porque os quatro é o nosso objetivo político. -----

----- A partir de agora, o grande objetivo que a Câmara tem, na área das finanças, é não subir este prazo de pagamento, é conseguirmos manter sempre assim. E se conseguirmos e formos bem-sucedidos, o Senhor Deputado verá que nas contas do ano relativas a 2015, o que aparecerá como prazo médio de pagamento, o prazo médio legal de pagamentos já será de quatro dias, porque, de facto, teremos conseguido isso ao longo de todo ano. -----

----- É esta a diferença dos valores, e todos estes valores são públicos, são conhecidos, estão todos nos relatórios, são divulgados, estarão, aliás, agora, no anuário estatístico

que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas publica sobre dos municípios portugueses, verá lá prazo médio, mas permita-me que valorize o facto que dentro da média, como sabemos daquela história que “dentro dos dois frangos, ou de nenhum frango”, neste caso, estamos com quatro dias e é aqui que devemos continuar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, vamos entrar na terceira ronda. -----

----- Temos três Deputados inscritos, e depois, ainda temos dois Deputados inscritos para uma última ronda final.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Nós aqui temos várias questões, e vejo estas sessões com bom grado porque é uma forma de um diálogo menos político e mais prático. -----

----- Portanto, eu queria começar pelas obras nos arruamentos que são de alguma forma, importantes não só aquelas que aparecem nas primeiras páginas dos jornais, como é o caso da Avenida da Liberdade, ou Ribeira das Naus, mas também aqueles arruamentos que já há muito estão prometidos serem reconstruídos, como é o caso da Rua de Santa Marta, da rua de Santo António da Glória, do largo do Oliveirinha, de uma série de outros pedidos que a freguesia ainda na antiga São José e, agora, Santo António, tem vindo a solicitar à Câmara e que têm sido sucessivamente adiados. -----

----- Ainda no tempo do Vereador Jorge Máximo, com o seu voluntarismo e pragmatismo visitou várias vezes as ruas que lhe pedimos e era suposto andarem, até houve uma descentralizada em que houve fregueses da Freguesia de Santo António que retiraram perguntas porque receberam telefonemas da Câmara a dizer que a obra iria avançar, rapidamente. -----

----- Ora, a pasta mudou de dono e as obras continuam por fazer, não pela vontade do então Vereador Jorge Máximo porque eu sei e foi tornado público a vontade no local, aos fregueses que nos interpelaram na rua, mas por outra questão qualquer que não posso precisar. -----

----- A UIT tem projeto para estas ditas ruas, que é a reconversão, não da forma como foi apresentada pelo, agora, Presidente da Câmara, Dr. Fernando Medina, que era o alcatroamento, mas sim como são zonas de cheias, continuar empedrado. Foi este o pedido da freguesia, continuar em cubo de granito, não alcatroar a Rua de São José e de Santa Marta porque era um suicídio, por causa da impermeabilização dos solos. Já diz o nosso freguês Arquitecto Ribeiro Teles, que há muito defende que seja retirado todo o alcatrão daquela encosta. São opções. As Juntas de Freguesia ainda não podem substituir-se à Câmara nestas questões. -----

----- Gostava de saber em que ponto estão estas obras? Que já tiveram marcações no chão que, entretanto, desapareceram, e que provavelmente irão ter mais uma visita técnica. -----

----- Visto que a cidade é um todo, e que as freguesias fazem parte desta cidade, e sem elas a Câmara não conseguiria fazer nem um terço daquilo que é feito, começar a pensar nos prédios devolutos da Câmara Municipal de Lisboa, aqueles que sejam

solicitados pelas freguesias, ou porque há um projeto, ou porque há uma hipótese de reabilitação porque eu continuo a dizer que os Presidentes das Juntas de Freguesia são aqueles que vivem mais próximo da população, e são aqueles que melhor sabem o que é que é necessário no seu bairro e na sua freguesia. Salvo alguns terrenos e prédios que eu percebo o património que são, e claro que estarão longe das opções das Juntas de Freguesia, mas os prédios devolutos do património disperso de algumas freguesias, poderiam passar para as freguesias. Pelo que gostaria de saber o porquê de isto nunca ter sido levantado aqui, nesta Assembleia? -----

----- Agora que mudou a direção da EMEL, gostaria de saber qual é a posição em relação ao Mercado do Rato? Não anda, nem desanda, e a freguesia com anterior direção, ao menos, ia tendo *feedbacks* e deixou de ter. Foi criado um muro invisível, em que a EMEL deixou de dar conhecimento e a Câmara, por sua vez, também, sobre o que é que se passa no Mercado do Rato. -----

----- Sobre o Parque Mayer que o Senhor Vereador já aqui respondeu, que o capitólio estará pronto, algures, em junho, e o que eu posso perguntar é de que ano? Eu sei que é uma pergunta um bocado fora do meu estilo, mas eu vou lá diariamente e acompanho o que é suposto ser obra, que não existe, em junho? Não deve ser. -----

----- Também gostava de saber o que é que se passa com os terrenos do Parque Mayer, porque eu tenho visto notícias sobre os terrenos da Feira Popular e começo a ter algum receio enquanto Presidente da Junta de Freguesia que alguns terrenos do Parque Mayer sofram o mesmo destino da Feira Popular, e não me agrada nada visto que, a Freguesia também tem um projeto que poderá ser, ou não, maior, ou mais pequeno, do que aquilo que a Câmara querera para a cidade, mas é um projeto e eu gostava de saber com que é que a Freguesia também pode contar em relação ao Parque Mayer porque o Parque Mayer não é só aquilo que se vê a “olho nú”, existe toda uma cintura de terreno na Rua da Alegria que também faz parte desse plano do Parque Mayer. Portanto, eu gostaria de saber sobre o que é que se vai passar relativamente ao Parque Mayer. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Em relação aos arruamentos, nós temos um plano de intervenção, tal como referi, em cerca de cento e cinquenta arruamentos. É relativamente à Rua de Santo António da Glória e o Largo do Oliveirinha, neste momento, aguardamos um parecer da Direção Municipal do Património porque foi levantada uma questão relativamente à natureza dos pavimentos a utilizar, que tipo de pavimento a utilizar. Quanto à Rua de São José e de Santa Marta, isto está a ser visto com o Plano Geral de Drenagem porque este plano ainda não tem uma solução definitiva, espero que venha a ter, em breve, quanto a solução a adotar para eliminar, ou reduzir, não direi eliminar mas sim, reduzir significativamente as cheias que existem nestes arruamentos. -----

----- Quanto ao Mercado do Rato, a EMEL tem vindo a elaborar os estudos sobre o Mercado do Rato. Está a fazer o estudo de avaliação técnico-financeira da operação no Mercado do Rato, por um lado, e está a desenvolver estudos sobre os custos para definir qual o tipo de intervenção que vai ser feita. Há o programa, que é um

programa muito simples quanto às suas valências, há uma pretensão da Junta de Freguesia de um programa bem mais ambicioso, e está a ser feita a avaliação para, imediatamente a seguir, ser feito o projeto e se realizar a obra. Agora, é evidente que sem ser feito estes estudos, quem olhar para o Mercado do Rato não vê nenhuma diferença, como é óbvio. Mas isso faz parte, exatamente, da necessidade de se fazerem estes estudos. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, nós estamos a estudar várias alternativas para o Parque Mayer. A obra do Capitólio é para ficar concluída este ano. A obra do Variedades é para se iniciar este ano. A obra do espaço público tem a primeira intervenção com o estacionamento da EMEL e que está prevista ficar concluída no segundo semestre de 2015, também, portanto estas três obras desde já, e temos estado a estudar várias alternativas quanto a programas futuros do Parque Mayer, sendo que uma coisa é certa, não vamos embarcar em projetos megalómanos como aqueles que foram feitos há uns anos atrás. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Penso que não terá respondido à questão dos prédios devolutos, mas é uma opção. Será um assunto para aprofundar. -----

----- O Senhor Deputado está a fazer-me sinais porque não está satisfeito com a resposta, terá que se inscrever novamente, e se assim o entender. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Nós estamos a trabalhar sobre todos os prédios devolutos de acordo com o plano que foi feito no mandato anterior, portanto, prédios devolutos que estão parcialmente ocupados, e prédios devolutos que estão integralmente, devolutos, estou a falar dos municipais. Estamos a fazer um trabalho para ver, exatamente, e tomar decisões a curto prazo de uma estratégia daqueles que são para alienar, e daqueles que não são para alienar. De qualquer modo, estamos totalmente recetivos, caso a caso, ponderar as propostas das Juntas de Freguesia relativamente à utilização destes edifícios. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Eu queria colocar algumas questões que têm a ver com a Freguesia de Alvalade.

----- A primeira é sobre o viaduto pedonal sobre a linha de caminho-de-ferro da estação de Entrecampos. Pelo menos desde janeiro de 2010, que o PCP e os utentes têm vindo a levantar os problemas sobre a má conceção da passagem pedonal da área de Entrecampos e das dificuldades e mesmo, impossibilidades de mobilidade de cidadãos deficientes, idosos, carrinhos de bebés, sendo também um obstáculo ao desenvolvimento do comércio local. -----

----- Às questões levantadas, a Câmara respondeu nessa altura que as soluções técnicas, para esses problemas, estão a ser equacionadas com a EMEL. -----

----- Embora o Senhor Vereador Manuel Salgado tenha dito na reunião descentralizada da Câmara da Freguesia de Alvalade que a obra estava adjudicada,

DRAFT

nós pretendemos saber até porque questionamos a Câmara, aqui nesta Assembleia, no dia dezoito de novembro de 2004, sobre a previsão do início da obra e qual a sua duração. E a resposta do Senhor Vereador foi que a obra estava adjudicada à Empresa Schmitt Elevadores, no dia dez de outubro, o prazo de instalação seria de seis meses, a fiscalização adjudicada em trinta e um de outubro e está programado o arranque da obra e estão a ser finalizadas as reuniões para que se concretize. -----

----- Ora, o problema subsiste embora tenha havido toda esta discussão, aliás, já foi objeto de uma moção que os nossos eleitos na freguesia, apresentaram, foi objeto de várias moções e recomendações aqui, nesta mesma casa, e na Câmara, e realmente a solução não se vislumbra à vista. -----

----- Segunda questão para a Freguesia de Alvalade, e que diz respeito às obras da Praceta na Rua Infante D. Pedro. Para quando a sua conclusão? Isto porque devido a estas obras há um caos absoluto no estacionamento a partir das dezanove horas. Neste momento existem carros bem estacionados que caso pretendam sair não conseguirão fazê-lo. Os carros são aqueles que sempre existiram, mas deixamos de ter uma praceta e estamos numa rua sem circulação, onde se amontoam os carros. -----

----- Terceira e última questão diz respeito à requalificação das Escolas de Alvalade. Para quando a calendarização para essa requalificação? Na Teixeira de Pascoais existem salas em risco de derrocadas, e que não estão a ser utilizadas. Em S. Miguel no ano em que se comemora os sessenta anos é uma pena o estado de degradação da mesma, quer interior, quer exterior. -----

----- Tinha uma pergunta sobre a cobertura de amianto na Rua D. Luís Cunha, mas considero que a resposta do Senhor Vereador já foi suficientemente, esclarecedora sobre este assunto. -----

----- Finalmente, e para concluir, não sei se tenha de fazer alguma declaração de interesses, mas gostava de saber como é que a Câmara vai tratar a escola, os alunos e os professores no momento em que a escola Teixeira de Pascoais e D. Luís de Cunha, efetivamente, entrarem em obras. Espero que não estejam a pensar colocar as crianças em contentores. Não sei se é essa a proposta, ou se existe uma outra alternativa. -----

----- Eu faço parte de um sindicato de professores há quarenta e um anos, sou das fundadoras, e com muito orgulho que faço parte de um sindicato que é realmente a organização que defende, de facto, os trabalhadores. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “O viaduto pedonal sobre a linha de caminho-de-ferro na estação de Entrecampos e uma obra gerida pela EMEL, é uma obra da EMEL. E a informação que tenho é que a EMEL já celebrou o contrato de fornecimento da instalação dos elevadores, e aquilo que a EMEL me diz é que o início dos trabalhos está previsto para a segunda quinzena de maio. Espero que se concretize e espero com o mesmo anseio com que os Senhores Vereadores do PCP esperam. -----

----- Obras na Praceta Infante D. Pedro, de facto nesta obra, durante a execução da obra foram feitas algumas alterações para aumentar a oferta de estacionamento e, infelizmente, ainda não conseguimos. Continua a haver algumas reclamações

nomeadamente, na praça porque há condutores que estacionam no meio da rua e que impedem que aqueles que estão bem estacionados saiam do local legal de estacionamento. -----

----- Quanto às escolas, as intervenções que estão previstas nas escolas do Bairro de Alvalade são a Teixeira de Pascoais, é uma empreitada de beneficiação geral estimada 1,7 milhões de euros, projeto concluído até setembro de 2015, e o que está previsto é que a obra esteja concluída até março de 2017. -----

----- Depois, a Escola dos Coruchéus que é uma intervenção mais pequena, a construção da cozinha, refeitório e espaços exteriores, e prevê-se que o projeto esteja concluído até ao final de 2015, dando início de imediato à obra. -----

----- Escola EB D. Luís da Cunha, é uma beneficiação geral. Tem previsto um projeto concluído, também, até ao final deste ano, e obra concluída até março de 2017. -----

----- A Escola Básica de Santo António, são arranjos exteriores, e prevê-se que o projeto esteja concluído em outubro de 2016, e a obra concluída em maio 2017. -----

----- A Escola Básica de São Miguel, é uma beneficiação geral, é uma obra estimada em 1,9 milhões de euros, e prevê-se que o projeto esteja concluído até ao final de 2015, e a obra até abril de 2017. -----

----- Quanto à pergunta que me faz sobre o período de duração das obras, onde é que vão ser instaladas as crianças, não tenho resposta neste momento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “O tema que motiva esta pergunta é os transportes de Lisboa, não esta entidade, agora, organizada à pressa pelo Governo, mas esta intenção governamental de subconcessionar as operações do Metro e da CARRIS. -----

----- É difícil colocar esta pergunta sem o devido enquadramento, atendendo aos antecedentes do tema, também nesta Assembleia Municipal, mas a primeira constatação e questão que se coloca ao município é, como é que é possível não respeitar uma regra de ouro neste domínio, da concessão e formação de parcerias público-privadas, não estabelecendo uma comparação real, efetiva e fundamentada entre o que é a operação pública e a operação privada? Através das fontes abertas a que é possível aceder, ficamos a saber que o Governo desenhou um modelo para os transportes de Lisboa que assenta na concessão da operação e na captação de receitas por essa mesma operação, mas os custos, os principais custos, desde logo os custos com a superestrutura que está a ser alargada até à zona da Reboleira, os custos com a manutenção do material circulante, os encargos da dívida contraída durante décadas com a manutenção e expansão das linhas da CARRIS e do Metro ficam na esfera pública, portanto, ficam nas atuais empresas concedentes. -----

----- Já outras receitas que podiam ajudar a equilibrar esta equação público-privada, aparentemente, também são cedidas ao futuro operador privado e refiro-me a receitas que não são negligenciáveis tais como a exploração comercial e de publicidade nas galerias do Metro e nos espaços geridos pelo Metro e pela CARRIS, os dividendos

DRAFT

relativamente às empresas participadas geridas por estas empresas e, também, a exploração de espaços de estacionamento. -----

----- Portanto, a questão que se coloca é como é que é possível, após um diálogo com o município, enveredar-se por este modelo? -----

----- Outro aspeto que vale a pena salientar e perguntar à Câmara se tal será tido em conta com certeza, na reação que está a realizar contra estas medidas? Identificar com critério de adjudicação das propostas unicamente, o preço mais baixo que o futuro subconcessionário se dispõe a receber. Portanto, quando tomamos esta opção, ou quando alguém tomou esta opção, pensou apenas na realização da menor despesa possível, mas esta menor despesa possível ao ignorar outros fatores relevantes como a qualidade e melhoria do serviço, a integração da mobilidade protagonizada por estas empresas com outros fatores da gestão urbana, as garantias, também para os utentes, está a descurar, completamente, a qualidade de vida neste caso, dos lisboetas ou também, dos outros residentes e trabalhadores da área metropolitana de Lisboa. Poder-se-ia dizer, ou pensar, ao identificar o preço mais baixo como único critério de adjudicação, teríamos um caderno de encargos impecável, inatacável, inabalável e isento de quaisquer dúvidas. Também não é isso que a realidade nos revela, temos conhecimento que já ascendem a perto de dois mil e oitocentos pedidos de esclarecimento sobre o caderno de encargos, e portanto o espetáculo que se presenciou na Cidade do Porto, a propósito de outras subconcessões, está agora em exibição, pelo menos, até julho na área e na Cidade de Lisboa. Portanto, isso também nos preocupa, e preocupa-nos sobretudo que este modelo, preço mais baixo e irrelevância de outros fatores, preocupa-nos que não nos leve à inversão da tendência extremamente preocupante para a mobilidade em Lisboa. -----

----- De 2010 a 2013, assistimos à perda de quarenta milhões de passageiros na rede da CARRIS, e quarenta e cinco milhões de passageiros no Metropolitano de Lisboa. ---

----- Outro aspeto para o qual salientamos e questionamos o município é que idoneidade tem este concurso quando identifica como entidade adjudicatária uma empresa a constituir com o capital social de quinhentos mil euros e com a possibilidade de liberdade, note-se, sem autorização de subcontratar? O que significa que se constituirá uma entidade veículo que irá subcontratar todos os outros serviços inerentes à operação das redes. -----

----- Em síntese, isto significa o desmembramento da mobilidade em Lisboa, e é um fator que nos preocupa muitíssimo e, portanto, resta-nos duas esperanças; resta aos deputados eleitos por Lisboa, eleitos para defender os interesses da cidade e dos lisboetas, uma, que o Tribunal de Contas considere violada a tal regra de ouro da comparabilidade entre a mesma operação no setor público e no setor privado, regra essa que foi violentamente desrespeitada por este modelo, e outro, as diligências que o Município de Lisboa está a fazer para que, antes desse crivo do Tribunal de Contas, esperemos que nunca lá tenhamos que chegar, possa impugnar nos Tribunais Administrativos como anunciou que já terá feito, a legalidade de toda esta operação. ---

----- E nesse sentido, perguntas concretas para terminar: -----

----- Se a instauração das providências cautelares já foram efetuadas junto dos tribunais administrativos? -----

----- Se já foi aceita e realizada a distribuição desses processos? -----

----- Se, porventura, as entidades concedentes, imagino que tenham sido demandadas, já foram citadas e por essa via, suspenso o procedimento até à emissão de uma eventual resolução fundamentada? -----

----- E quais os prejuízos que o Município de Lisboa evocou e que devem ser sobrevalorizados relativamente a eventuais ou putativos prejuízos que possam ser evocados por essas entidades concedentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Quero em primeiro lugar, e em relação à Senhora Deputada do PCP, tornar muito claro que a minha referência ao sindicato, foi um sindicato, diria eu, espúrio, é um sindicato relativamente a uma empresa privada, que me pareceu um bocadinho...uma anomalia, mais nada. E que fique totalmente, claro. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado que colocou o assunto dos transportes, agradeço-lhe a questão pois ela é de facto de grande importância. -----

----- E gostava de dar uma informação à Assembleia que as providências cautelares que o município intentou face aos atos praticados pelos Conselhos de Administração das duas companhias, da CARRIS e do Metro, no seguimento da deliberação do Conselho de Ministros, as providências cautelares deram entrada, foram aceites, foram notificados os Conselhos de Administração, e por isso, neste momento, dois concursos encontram-se suspensos e a correr a deliberação e o que está preceituado relativamente às providências cautelares. -----

----- Creio que tomámos esta decisão em boa hora porque, como o Senhor Deputado referiu, e bem, nota-se que desde o início este processo foi conduzido que de facto o grande objetivo que acompanhou o que está presente, neste momento, consiste unicamente, numa privatização neste caso, da gestão de uma parte da operação, e a leitura que fazemos do caderno de encargos, e ainda não completamos, temos uma equipa que se está a dedicar estudar com atenção ambos os cadernos de encargos, corroboram na íntegra os piores receios que tínhamos sobre os contornos desta operação que está a ser realizada. E o primeiro que me diz é precisamente, o critério do baixo preço, o que significa que há uma desconsideração por qualquer outro elemento da política de mobilidade. E mais grave ainda, o modelo que é apresentado conduz, inevitavelmente, a que o fator de ajustamento do concessionário, a haver concessionário, como diria o jurista, não concedente nesta parte, havendo concessionário significa que a estratégia que terão que seguir é uma estratégia que se traduzirá por um forte ajustamento, quer da operação, mas também, ou em particular, do investimento. -----

----- Há diferenças em relação ao que hoje consta no caderno de encargos do que vinham a ser dos elementos fornecidos pelo Governo na negociação com a Câmara de Lisboa, e um dos que aparece como uma das evoluções negativas é precisamente

DRAFT

aquilo que se reflete com o investimento, no caso da CARRIS, com as características da frota.-----

----- Por isso, o que nós podemos esperar deste concurso, ou do que pudesse ser uma adjudicação a um privado, serão sempre más notícias para a cidade porque nós teremos uma rede, no seu fundamental, bloqueada durante o período de concessão, isto é, definida, fechada, como disse, desarticulada do sistema geral de mobilidade e sabendo que estará nas mãos de um operador que aquilo que terá a fazer, porque o desenho da operação poderia ter sido outro, poderia ter sido um outro desenho que conduzisse a um outro comportamento de um operador privado, mas a verdade é que a forma como a operação está desenhada conduzirá um operador privado a uma operação de contenção das linhas rentáveis, por um lado, mas fundamentalmente, despesas de investimento. É assim que o caderno de encargos está feito, relativamente, e falo em particular da CARRIS. -----

----- E por isso esta operação nos termos em que está desenhada e avançada é uma operação profundamente negativa para a cidade naquilo que é o mais importante que é nós dispormos de uma mobilidade eficiente, que sirva as necessidades dos cidadãos e que esteja articulada no transporte público com todos os outros instrumentos e com todas as outras componentes do sistema de mobilidade. -----

----- Foi por isso que em boa hora, nós intentamos estas ações. É esta a razão fundamental, que nos mobiliza relativamente às providências cautelares que colocamos, intentaremos também uma ação relativamente à resolução do Conselho de Ministros porque além das questões centrais há a da mobilidade às razões fundamentais dos poderes e o exercício dos poderes: -----

----- Em primeiro lugar, o exercício do poder do concedente do qual o município não abdica, e considera que o tem de forma reforçada com a lei de 2013, e por isso é um poder que não pode ser usurpado pelo Estado. Mas, também, um direito fundamental que é o direito à propriedade das companhias da medida em que não foi ressarcido dos direitos patrimoniais que tem sobre as companhias, na medida em que não foi ressarcido relativamente ao processo de nacionalização que ocorreu no Metro e na CARRIS. Sendo de realçar, relativamente ao Metro, que uma parte importante do património, que nós falamos Metro, foi realizada com investimento do Município de Lisboa, e por isso não é sequer investimento posterior à nacionalização. Há investimento importante na infraestrutura que foi realizado pelo Município de Lisboa.-----

----- Por isso, o Município tem uma posição firme e muito clara de que nós tomaremos todas as medidas, e eu volto a afirmar, todas as medidas necessárias para que a Câmara de Lisboa volte a reassumir o poder sobre as peças fundamentais do sistema de mobilidade. E neste concreto, de todas as medidas está a nossa posição relativamente às providências cautelares das decisões, seguir-se-á uma ação relativamente à resolução do Conselho de Ministros, e seguir-se-ão as ações principais relativamente aos atos dos Conselhos de Administração.-----

----- Por último, também transmitir uma informação à Assembleia, que por via da iniciativa que foi tomada pelos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, o Tribunal Constitucional já se encontra a avaliar o pedido de

constitucionalidade dos diplomas ao abrigo dos quais o Governo procede, quer à resolução do Conselho de Ministros e depois, ao mandato às companhias para procederem ao processo de subconcessão. Por isso, esse processo, também tivemos a informação, de que esse processo já está distribuído, já está iniciado no âmbito do Tribunal Constitucional. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Vamos entrar na última ronda. -----

----- Temos dois Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a ver com o comércio tradicional e com as declarações aqui proferidas pela Senhora Vereadora Graça Fonseca, que referiu que a Câmara não pode, juridicamente, ou está limitada juridicamente, pela própria lei, se bem percebi, e eu queria deixar dois tópicos: -----

----- Não pode juridicamente, pode politicamente. -----

----- E então tem a ver com o seguinte: -----

----- A Senhora Vereadora falou em mobilizar Lisboa e Porto, e estou plenamente de acordo com o que proferiu. E portanto, a proposta que nós aduzimos aqui é desenvolver um trabalho de sensibilização para a defesa do comércio tradicional a nível da população, neste caso, de Lisboa, mas que deverá ser acionado. -----

----- E como falou na Assembleia da República, era deixar o executivo camarário, e isto já foi objeto de uma moção por nós apresentada, em 2013, onde dizíamos que o executivo camarário pode, e deve, empenhar-se com o Governo Central para que se revogue a Lei do Arrendamento, claramente, a lei dos despejos de forma a estancar a destruição do tecido económico e social na Cidade de Lisboa e no país. -----

----- Portanto, era para deixar este reforço, se poder fazer este trabalho com o qual estamos plenamente de acordo. -----

----- Por último, também tenho uma declaração de interesses a fazer. Eu sou sindicalista, e com muito gosto, de uma Confederação Geral de Trabalhadores, e dizer que é de facto uma associação, a vitalidade de uma democracia está na pluralidade de partidos políticos, na pluralidade de sindicatos, na pluralidade de associações, que se organizam e que defendem os seus interesses e direitos dos trabalhadores. E, por isso, eu também estou muito orgulhosa por fazer parte desse coletivo na defesa de um trabalho digno para todos, com direitos para todos, porque reforçando mais uma vez a tese do Papa Francisco; “Teto, Terra e Trabalho para todos com dignidade”, é aquilo que desejamos. Por isso aqui fica a minha declaração de interesses, também. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “O último tema que o Partido Socialista trás é sobre o Orçamento Participativo, e falar do Orçamento Participativo vale sempre a pena lembrar, é falar da aproximação

DRAFT

dos cidadãos à causa, à gestão pública, à atenção sobre as prioridades de investimento que é de facto, algo que a população reclama, é também falar de inovação. -----

----- A Cidade de Lisboa tem tido a capacidade de o fazer edição após edição, com mais participação, inovando nos mecanismos, transmitindo que este é um modelo de transparência, de grande acesso, e portanto os dados que temos é que o aumento da participação, das assembleias participativas, de captar mais projetos e interesse da cidade, têm aumentado, tem sido capaz, o Orçamento Participativo de Lisboa tem sido capaz de entrar na nossa cultura de participação, ano após ano, e esse é talvez, a para dos grandes projetos que já foi possível implementar, a grande conquista do OP.-----

----- Queria também dar relevância de um dado que é a faixa etária de participação do Orçamento Participativo, que diz que a maior participação tem sido entre os vinte e seis e os quarenta anos, uma população jovem, ou relativamente, jovem, e isto dá-nos confiança de que é possível inovar e fazer um esforço conjunto para uma maior participação jovem, em particular entre a faixa etária dos dezoito aos vinte e seis anos, e portanto, nesse âmbito, também, queríamos perguntar sobre o Orçamento Participativo escolar, portanto, que balanço é que a Câmara Municipal faz sobre o OP Escolar? Que esforços é que podem ser feitos no sentido de alargar o Orçamento Participativo Escolar a mais escolas, à rede de escolas, a mais jovens e criar esta cultura de participação, do Orçamento Participativo, no futuro? -----

----- Outro fator interessante tem sido, também, que o espaço público e também a mobilidade têm ocupado uma das principais preocupações dos projetos aprovados no Orçamento Participativo, e portanto, dar relevo, também, que hoje com um Plano de Acessibilidade Pedonal, novos instrumentos e uma Câmara que vê a acessibilidade como verdadeiras causas sociais, fazer também esse reconhecimento e, nesse sentido, tendo tudo isto em consideração, perguntar: -----

----- Que projetos estão agendados para começarem a ser executados? -----

----- Que balanço é que a Câmara faz do que falta fazer, e do que tem sido feito? -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca**, no uso da palavra, respondeu o seguinte:

----- “Começando pelo Orçamento Participativo Escolar que este ano tem uma novidade face aos anos anteriores, este ano fomos aos mais pequenos. Nos anos anteriores, o Orçamento Participativo Escolar desenvolveu-se no 2º Ciclo, e este ano estamos a trabalhar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, em que estão envolvidos oito agrupamentos neste processo, e estão alocados cinquenta mil euros e a ideia é que com as nossas equipas e com as equipas de educação e dos agrupamentos, fazer trabalho em salas de aula, com os miúdos, para de alguma maneira educar para a cidadania, para a participação, para a educação, saber a importância de votar, o que é uma urna de voto, o que é um orçamento, enfim, começar a trabalhar com o público mais pequeno porque é algo que já percebemos em Portugal, e que é a educação dos mais pequenos tem duas vantagens:-----

----- Uma, é que educa os adultos através das crianças.-----

----- E a segunda, é que se começarmos hoje, daqui a dez, vinte anos, podemos ter cidadãos mais participativos e com noção diferente de democracia, do que hoje em dia está a acontecer, infelizmente. -----

----- Quanto ao Orçamento Participativo dos adultos, vá, até sete de junho, estamos na fase de apresentação de propostas deste ano e, portanto, resta mais um mês. No ano passado tivemos uma participação de cerca de quarenta mil votos nos projetos, e este ano aqueles que neste momento estão calendarizados para serem inaugurados este ano, no dia vinte e cinco de maio vai abrir o Centro de Inovação da Mouraria, um novo espaço de incubação e de apoio a projetos nas áreas criativas, e portanto é um projeto de Orçamento Participativo. Também já inauguramos, eu e a Senhora Vereadora da Cultura, há cerca de um mês, assinalamos o projeto “Tarde por São Cristóvão”, que é uma campanha que está a decorrer na Freguesia de Santa Maria Maior para a recuperação da Igreja de São Cristóvão, é um projeto apresentado, aliás, pela paróquia, bastante interessante, e que recomendo a todos. Este anos vão também avançar “As Escadas Amigas das Bicicletas”, e vai avançar a campanha para adoção de animais e vai avançar “O Pomar da Quinta dos Lilases”. Estes são os projetos que estão prontos para avançarem este ano, ao longo dos próximos tempos, até dia sete de junho vamos fazer um ponto de situação para quando fechar a apresentação de ideias, dar um ponto de situação mais atualizado desta calendarização. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Chegamos ao fim desta parte dos nossos trabalhos, e vamos passar à fase seguinte.-----

----- Vou pedir aos Senhores Deputados que não se esqueçam que têm de voltar a assinar a lista de presenças porque a sessão continua, mas na segunda parte teremos que fazer a verificação de quórum, portanto, eu peço que façam o favor de assinar a lista de presenças, agora, e vamos acomodarmo-nos para que os nossos convidados possam ocupar os seus lugares na sala, e chamo a Senhora Deputada Floresbela Pinto para ocupar a Mesa. -----

----- Muito obrigada pela vossa colaboração.”-----

----- **PONTO 2 – SEGUNDA SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES, COM O SUBTEMA “IMIGRAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA”, SEGUNDO O PROGRAMA CONSTANTE DO ANEXO 2 E AO ABRIGO DOS ARTIGOS 39º E 87º DO REGIMENTO;**-----

----- **ABERTURA DOS TRABALHOS** -----

----- **2ª SESSÃO**-----

-----“ **Imigração, Diversidade Cultural e Participação Política**”-----

----- O Painel foi moderado pela Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (Membro da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania); -----

----- Participaram no debate, na qualidade de oradores convidados, o **Senhor Doutor Fernando Marques**, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN; a **Senhora Doutora Margarida Marques**, do IPRI da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

DRAFT

Universidade Nova de Lisboa; o **Senhor Doutor Mário de Carvalho**, da ACV – Associação Cabo-Verdiana, membro do CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania. -----

-----Foram nomeados para relatores da segunda sessão as seguintes Deputadas Municipais: -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN) e o Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN). -----

----- **A Moderadora**: -----

----- “Informo que duas das oradoras convidadas, a Doutora Cármen Maciel não poderá estar por motivos de força maior, embora tenha mostrado disponibilidade para participar numa próxima sessão, e a Doutora Maria Gabriela Carvalho também não poderá estar por motivos de saúde. Aguardaremos com certeza os seus contributos ainda no decorrer das sessões que faltam. -----

----- Eu começaria por dizer qual a estrutura deste debate temático. Inicialmente teremos a intervenção dos elementos da Mesa, cerca de 15 minutos cada, uma vez que temos dois oradores que hoje não participam e, portanto, alargamos um pouco o tempo disponível para cada uma das intervenções. Será seguido depois de um período de discussão aberta com o público e já temos algumas pessoas inscritas, seguida de uma apresentação final, o concluir dos trabalhos por cada um dos elementos da Mesa que assim o entendam. -----

----- Recordar também que à semelhança de outros debates temáticos, temos nesta sessão a contribuição de dois Deputados Municipais relatores, o Deputado Municipal José Moreno e o Deputado Municipal Miguel Santos. Como habitualmente, de cada sessão será realizado um relatório e do resultado das quatro sessões será feito um relatório final e uma proposta de deliberação por esta Assembleia, no sentido de poder apresentar algumas pistas, algumas sugestões para intervenção nesta área ao nível da Cidade e do Município de Lisboa. -----

----- **Margarida Marques**, do IPRI da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: -----

----- (Fez uma apresentação em *power point* que é anexado a esta ata como anexo 1 e dela faz parte integrante) -----

----- “Muito obrigada. É com grande prazer que estou aqui. Agradeço o convite que me foi feito e não podia deixar de aceitar, dado o interesse da temática que é aqui trazida. -----

----- Vou apresentar em traços gerais e de forma muito resumida os resultados de uma investigação que foi feita no âmbito do centro de investigação a que pertença. Vou ler, para ser mais rápido, uma vez que só temos 15 minutos, mas tentarei ser comedida na velocidade da leitura para podermos depois conversar. -----

----- Criatividade e empreendedorismo são hoje duas palavras-chave das políticas urbanas. Primeiro porque com a globalização as cidades já pouco contam com o respaldo nacional para as proteger e promover. Muito pelo contrário, hoje são elas os trampolins de projeção dos interesses nacionais. Os centros urbanos foram erguidos à

posição de participantes da economia global e passam a ter que se debater para atrair investimentos e fazerem face à concorrência de outras cidades.-----

----- Em segundo lugar porque com a adoção generalizada da orientação neoliberal a palavra de ordem é fortalecer a economia social. A procura de formas concertadas de gestão da coisa pública é uma maneira das cidades ultrapassarem as suas fragilidades e enquadra-se bem na ideologia dominante para o mercado e a favor de parcerias com a economia social. -----

----- Finalmente, porque com a reconfiguração profunda em curso nas economias pós-industriais as economias urbanas dependem cada vez mais da criatividade. Neste quadro, a produção cultural concebida como parte da economia social das cidades pode ter um papel importante a desempenhar.-----

----- É neste contexto que nascem as chamadas cidades empreendedoras e é também neste contexto que as migrações passam a ser vistas como um recurso com interesse e alcance estratégico. -----

----- Como tem sido pensada a expressão cultural dos fluxos migratórios e da sua descendência nas estratégias de desenvolvimento das cidades e que estatuto se pode esperar para uma produção cultural ainda amplamente entendida como marginal e subalterna? Foi este o questionamento que guiou o projeto cujos resultados aqui apresento. -----

----- A chegada a Lisboa de pessoas de diferentes origens geográficas e sociais, que têm em comum o facto de provirem de territórios que foram marcados pela presença imperial portuguesa, foi decisiva para a pluralização da esfera pública lisboeta, mas outros atores passaram a fazer parte mais recentemente deste processo. -----

----- Lisboa, como outras cidades que passaram pela experiência de acolhimento de imigrantes, é hoje mais distinta de outras cidades do espaço nacional e à *fortiori* do País como um todo do que era à época da descolonização. Adquiriu por essa via capacidades específicas em termos de capital cultural e de relações transnacionais que são únicas no contexto europeu, mas falta explorar como este fluxo de pessoas que suscitou reações negativas de receio e sentimento de invasão passou a ser aceite como tendo um efeito virtuoso sobre a cidade. -----

----- Foi isso que pretendemos fazer com este projeto, que é único tanto quanto julgo saber, em virtude da metodologia que aqui adotámos, na medida em que permite entender a criatividade cultural no contexto quer da sua produção, quer da sua receção.-----

----- Retomamos aqui de forma muito sumária os principais resultados do estudo realizado em 2006 e 2007 a cerca de mil consumidores e 400 produtores culturais. Consideraram-se como expressões culturais dos imigrantes e dos seus descendentes todas as práticas e iniciativas que exprimem, criam e afirmam uma identidade que se distingue da maioria de outras minorias. -----

----- Passando agora aos resultados, em relação à oferta regista-se uma paleta criativa bastante limitada, largamente assente na indústria do lazer, havendo ainda um segmento importante orientado para a satisfação das necessidades do quotidiano coétnico. Mais de metade dos inquiridos associa a sua oferta a uma origem nacional

DRAFT

específica. As referências a uma miscigenação, incluindo uma componente portuguesa, acolhem um quinto de respostas. Um em cada 20 inquiridos refere-se a um elo lusófono e cerca de um décimo afirma uma orientação intercultural ou internacional. -----

----- Verifica-se também alguma afinidade entre inquiridos de nacionalidades africanas, brasileiros e os que se identificam com uma conjugação luso-outra etnicidade, que apresentam perfis de oferta próximos. A comunidade Língua parece, portanto, ser um fator importante de diferenciação neste universo. -----

----- Quanto aos tipos de oferta, a referência intercultural polariza as formas mais reflexíveis de cultura, as que requerem maior envolvimento crítico, como a leitura, pintura, fotografia, etc., enquanto as identificações miscigenadas surgem associadas a práticas hedonistas, restauração, discotecas, bares, etc. -----

----- Em suma, apesar de relativamente limitado, o suplemento de oferta que Lisboa ganha por via direta e indireta da imigração corresponde a um enriquecimento, quer da infraestrutura de comércio banal, quer da componente criativa da cidade, para além de que surge por incorporação das expressões locais que se afirmam como afins a uma herança cultural supostamente comum à maioria da sociedade, a lusofonia ou outra referência. Outra chega por via da difusão à escala global de práticas e símbolos que fazem parte de uma indústria global ou que acompanham a migração de determinados grupos específicos. -----

----- Em relação agora ao consumo, a primeira constatação que se impõe é que o perfil da procura também revela pouca variedade. A referência brasileira é para a maioria das modalidades a escolha preferida dos consumidores, seguida a alguma distância pelas atividades associadas a Cabo Verde e a Angola. -----

----- Já no que diz respeito às atividades de lazer, as discotecas brasileiras e cabo-verdianas surgem empatadas no primeiro lugar, embora também angolanas e africanas sejam referências frequentemente mencionadas. O consumo mais comum é, porém, a gastronomia e aí os restaurantes chineses são líderes. -----

----- A análise mostrou uma clivagem muito nítida entre as práticas de consumo mais flexivo e as práticas de tipo hedonista. Enquanto no primeiro grupo a motivação dos inquiridos é estética, no segundo, estatisticamente dominante, é a procura do diferente e do exótico que domina. -----

----- Os perfis dos consumidores também são contrastados. Os consumos reflexivos associados a portugueses de elevado estatuto socioeconómico, os consumos hedonistas, a procura de raízes e memórias e imigrantes de baixo estatuto. -----

----- Mais de metade dos inquiridos acha que a cidade está hoje mais aberta ao mundo e um quarto considera que Lisboa ficou mais próxima das outras cidades europeias, mais integrada na esfera da lusofonia para um em cada dez respondentes e finalmente mais virada para o Atlântico para 4% dos inquiridos. -----

----- A integração na lusofonia está associada aos respondentes que têm como motivação de consumo o reencontro de raízes e memórias, enquanto a aproximação às tendências europeias está associada a consumidores que estão interessados no

DRAFT

consumo do exótico. De uma forma geral são várias as lógicas que se intercetam nestes resultados.-----

----- A importância atribuída à abertura cultural reflete a penetração de estilos de vida cosmopolitas, sobretudo nos segmentos urbanos mais jovens e mais instruídos. O interesse pela lusofonia, associado sobretudo a inquiridas com ascendência africana, indicia um processo de assimilação institucional. Por outro lado, os resultados dos inquiridos que se inclinam para a Europa, maioritariamente europeus, indiciam uma forte exposição aos agentes globais de produção e difusão simbólica e cultural. -----

----- De sublinhar ainda que este dinâmico mercado da diversidade lisboeta, ocorre num contexto de um não menos fogoso mercado cultural, baseado em referências nacionais. Nos inquéritos europeus os Portugueses revelam uma forte identificação com a cultura nacional e uma grande preocupação com a sua defesa, distinguem-se dos europeus dos países mais ricos pelos elevados valores de aceitação de diversidade, no entanto. -----

----- A observação mostra que do lado dos poderes públicos, não tem havido imposição de um entendimento canónico do que é o deve ser a cultura da cidade, pelo contrário, cosmopolitismo e interculturalidade são usados como plataformas de modernização e projeção de Lisboa. -----

----- A abertura aos media globais e às instituições internacionais tem contribuído para a aceitação pacífica da diversificação de referências culturais, sendo igualmente respaldo importante para a expressão pública de outras referências não lusófonas. -----

----- Há contudo modos de incorporação muito distintos na Cidade de Lisboa que refletem apoios de natureza e eficácia diversa. Há por um lado uma rede de suporte bem posicionada nas instituições centrais da produção simbólica, nomeadamente nos meios de comunicação social, que pugna pelo reconhecimento público da cultura africana e das afinidades lusófonas.-----

----- A produção expressiva brasileira beneficia por seu lado da alavanca formidável, que lhe advém, da fortíssima presença nos meios de comunicação global. -----

----- Outras expressões culturais podem valer-se de redes transnacionais e dos capitais que as irrigam para negociarem o entendimento da sua singularidade, no quadro de etnopaisagens que têm difusão global, no caso por exemplo, da comunidade chinesa. --

----- Outras porém não beneficiam de tais condições internas e externas, não conseguindo forjar as mediações ou comunidades interpretativas, que lhes permitam localmente afirmar a sua presença.-----

----- Em termos gerais, o estudo de caso de Lisboa mostrou que tanto a difusão como os legados históricos, devem ser reconhecidos como mecanismos importantes de incorporação da produção cultural dos migrantes e dos seus descendentes na esfera urbana.-----

----- Podemos admitir, pelo menos, estas quatro formas distintas de incorporação, definidas como resultado da combinação entre legados e difusão a que se associam modalidades específicas de mediação.-----

----- Designamos o primeiro tipo de cosmopolita, e neste caso os legados históricos e a difusão combinam-se, sem que um ganhe ascendência sobre o outro. Corresponde

este tipo de situações, em que os migrantes e os seus descendentes se incorporam na cidade como pares, protagonistas de um entendimento democrático da cidade e as suas expressões culturais são mais uma das facetas do quotidiano urbano. -----

----- O segundo tipo diz respeito a situações de produção e modelação das expressões de cultura, predominantemente através da adaptação de símbolos e práticas difundidas à escala global. As chamadas segundas gerações, estão neste caso particularmente bem posicionadas, para serem estes os intérpretes desta interpretação.-----

----- O terceiro tipo corresponde ao modo de integração urbana, demarcado pelas dinâmicas herdadas do passado. O inquérito mostrou que esta é uma posição com uma expressão importante. A cultura difundida através dos meios de comunicação de massa não suscita interesse, podendo mesmo ser rejeitada, sendo em vez disso alimentada e acarinhada uma ligação a um passado e a um estilo de vida, reais ou imaginados. Este é o modo dominante de incorporação de produtores e consumidores das expressões culturais ditas lusófonas. -----

----- O quarto tipo, o enclave, é mais frequente nos lugares onde existem elevadas concentrações de pessoas de uma mesma origem, que residem em espaços homogéneos. Este quarto tipo, bem assim como o primeiro, o seu oposto, sugerem que a transformação social trazida pela criação cultural dos migrantes e dos seus descendentes ao contexto urbano é muito mais complexa do que os que encaram a mudança de Lisboa, ora como consequência inevitável dos legados históricos, ora como uma trajetória em direção à uniformização trazida pela globalização. -----

----- O conjunto de situações poderá na realidade ir muito para além dos quatro tipos aqui identificados. Em conjunto, estes tipos revelam a importância das mediações sociais que em cada situação permitem ou não, fazer a ponte com a sociedade em geral ou segmentos específicos da mesma. -----

----- O caso de Lisboa, apesar do perfil relativamente pobre de diversificação cultural ganha por via da imigração, há uma capacitação lusófona com uma componente reflexiva diferenciada, que é uma vantagem para a cidade na sua estratégia criativa e de reposicionamento à escala global. -----

----- A maior concentração de imigrantes e descendentes nas atividades e iniciativas informais, porém, coloca limitações sérias ao seu aproveitamento pleno. Por outro lado não são de desprezar os efeitos de desenvolvimento à escala local, proporcionados pela abertura dos vários tipos de comércio e serviços, de imigrantes com outros perfis, mas neste caso trata-se de um recurso que também existe noutros contextos, tornando-se menos estratégico para a competição com outras capitais. -----

----- Uma última nota para dizer que as situações mais complicadas serão aquelas das comunidades sem voz audível no espaço da cidade, correspondem ao tipo quatro, incapazes de mobilizar recursos e alianças locais, suscetíveis de os apoiar na saída da sua posição de marginalidade social. E aqui, certamente teremos depois ocasião de discutir as responsabilidades, que cabem neste caso, às autoridades públicas. -----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- **Mário de Carvalho**, da ACV – Associação Cabo-Verdiana, membro do CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania: -----

DRAFT

----- “Boa tarde. Cumprimento todos os integrantes do painel. Permitam-me uma saudação especial à Professora Doutora Margarida Marques pelo trabalho que tem vindo a fazer na investigação académica. -----

----- Agradeço à Assembleia Municipal pelo convite para participar neste debate e a oportunidade de trazer a esta discussão alguns elementos que nos parecem fundamentais e que comportam a essência da integração dos imigrantes, a diversidade cultural e a sua participação política no seio dos partidos políticos. -----

----- Vou estruturar a minha intervenção em três momentos. Farei uma breve nota introdutória sobre a contextualização da imigração, depois falarei sobre diversidade cultural como fator de integração e para terminar uma análise noutra perspetiva de participação dos imigrantes no seio dos partidos políticos.-----

----- Portugal é destacado como exemplo de boas práticas em matérias de integração. Facilmente poderia fazer uma incursão histórica, identificar os ganhos e os avanços conseguidos desde a implementação do ACIME, mais tarde ACIDI e atualmente o ACM, Alto Comissariado para as Migrações. -----

----- Podemos constatar que os sucessivos governos de Portugal assumiram a questão da imigração como sendo uma das suas prioridades, o que contrasta com a existência de um plano estratégico europeu para as migrações e daí a ausência de medidas concretas no plano humanitário e político para fazer face à tragédia em que somos confrontados sistematicamente no Mediterrâneo e particularmente em Lampedusa.-----

----- Evocamos a diversidade cultural para sublinharmos o papel que a cultura tem tido na integração de imigrantes, designadamente através da criação de oportunidades de negócio, sendo de notar que essa diversidade conta tanto com os imigrantes residentes em Lisboa assim como conta também com o contributo de artistas e atores, que com os seus trabalhos contribuem para Lisboa como ponto de encontro de diversas culturas no mundo.-----

----- Irei analisar mas numa outra perspetiva a participação dos imigrantes no seio dos partidos políticos. Entrando agora nesse terceiro ponto da minha apresentação, gostaria de referir que pelo facto de estar aqui na qualidade de membro da CMIC, indiretamente as associações de imigrantes sentem-se representados neste debate e há que reconhecê-lo, desta forma estamos a trilhar caminhos para mobilização e a criação de condições para participação dos dirigentes associativos nas questões das políticas locais, mas essa representatividade constrói-se assim, passo a passo.-----

----- O deficit da participação dos imigrantes na vida política serve de mote para a minha intervenção, sendo que irei analisá-lo de uma outra perspetiva, tentando sair um pouco da linha habitual, formulando a seguinte tese ou hipótese: o grau de participação dos imigrantes na vida política é condicionado pela expressão da sua representatividade nas instâncias de poder. -----

----- Consideramos que há uma perceção de que a forma como trazemos ao debate a temática da participação política no seu dia-a-dia acaba muitas vezes por fazer com que essa discussão seja condicionada à priori, uma vez que é dar como adquirido o deficit de participação e toda a análise é feita a partir dessa constatação, para além de balizar o ato da participação exclusivamente à relação que os imigrantes têm no seio

dos partidos políticos. Assim, edificou o seu mito à volta do deficit da participação dos imigrantes na sua vida política. -----

----- Desta constatação gerou-se a legitimação no seio dos partidos políticos para justificação da exclusão sistemática dos imigrantes em lugares elegíveis. Com muita frequência ouvimos a seguinte afirmação, baseando no senso comum: “Infelizmente, a vossa comunidade não participa, não vota, vocês são numerosos, não contam e, portanto, não podem estar em lugares elegíveis. Há uma grande fila de espera lá fora, o pessoal já estava à vossa frente, desta vez não dá mas há uns cartazes para colar e a vossa participação pode começar por aí”. -----

----- Esse *modus operandi* é doutrina no seio dos partidos políticos e renovada nos ciclos eleitorais, que por sua vez coincide com o momento de elaboração das listas, dominado claramente pelos aparelhos partidários.-----

----- Nessa linha gostaria de trazer aqui alguns elementos para nossa reflexão:-----

----- O modo vigente da representatividade dos imigrantes nas instâncias do poder central, local e europeu condiciona claramente a participação dos imigrantes. A participação dos imigrantes comporta várias dimensões, a cívica, a cultural e não podemos circunscrever apenas a participação política numa análise parcial e de uma forma quase sempre isolada. -----

----- Por outro lado, existem condicionalismos exógenos que contribuem para o deficit de participação dos imigrantes na vida política, os quais abordaremos de seguida. -----

----- Fazamos um exercício pedagógico, para que mentalmente visualizemos o contraste evidente entre diversidade cultural, em que temos nas ruas de Lisboa que se refletem em sessões, saberes e sabores, enquanto que por outro lado há um cinzentismo que impera nas instâncias do poder. Aí estamos na sede de igualdade de oportunidades, existe essa igualdade de oportunidades discutível. -----

----- É contraditório com o modelo vigente de democracia representativa face ao modelo participativo, cuja legitimidade está representada na vontade da maioria. Esse modelo pode tornar sob o ponto de vista dos grupos sociais minoritários, no caso em concreto que estamos a referir dos imigrantes, uma verdadeira tirania da maioria com o poder de ignorá-los e até de reprimi-los, sem violação da Lei, o que torna de certa forma esta repressão legal.-----

----- Consideramos que os condicionalismos exógenos que criam barreiras na participação dos imigrantes nas eleições locais, legislativas e europeias, chamam para análise três constatações: A primeira é o falhanço do atual modelo do recenseamento eleitoral; a segunda é a Lei vigente da reciprocidade; a terceira, não vou dizer que há uma ausência da Lei das políticas de integração, mas deixa muito a desejar. -----

----- Consideramos que no modelo de recenseamento eleitoral em vigência reside o alicerce do falhanço do atual modelo de participação dos imigrantes. Basicamente, para votar tem que se estar recenseado, sem estar recenseado não consegue participar na sua vida política. Nesse contexto, as associações de imigrantes podem desempenhar um papel profícuo na mobilização dos imigrantes, através da sua proximidade às comunidades e simultaneamente os dirigentes associativos podem

DRAFT

desempenhar um papel importante no despertar das consciências para uma cidadania ativa. -----

----- Nesse domínio há muitos projetos que não conseguimos implementar. Não estou a procurar culpados, mas ainda não passámos do plano das intenções. É um facto, é visível. -----

----- Se me permitem, vou fazer uma provocação. É conveniente que a comunidade esteja adormecida num sono profundo, se calhar, não sei. -----

----- A participação nas eleições locais, vou dizer o que está na Constituição. Eu considero a reciprocidade constitucionalmente prevista nos artigos 15, nos números 3 e 4, onde atribui aos estrangeiros residentes em Portugal a capacidade eleitoral ativa e passiva nos órgãos das autarquias locais em condições de reciprocidade. -----

----- Efetivamente são as comunidades cabo-verdiana e brasileira, tendo a brasileira outro modelo, que participam nas eleições locais, mas a questão prática que se coloca é quando o imigrante escolhe Portugal para viver e reside legalmente no território português, porque é que é condicionada legalmente a sua participação na vida política? Isto cria condições constrangimentos de várias ordens. Há outros países no espaço lusófono que não têm o poder autárquico. -----

----- A participação de imigrantes nas eleições europeias, aqui reside um sentimento claramente de não pertença. Face às eleições europeias há uma perspectiva de que é algo distante, algo de outro mundo e podemos ver nos manifestos eleitorais o que é que se apresenta nas eleições europeias, mas depois há um contrassenso aqui, porque existem leis comunitárias que muitas vezes decidem aspetos da vida dos imigrantes. As tais decisões são tomadas por outros, é o sentimento que a comunidade tem, e comunicadas através de interlocutores que muitas vezes desconhecem completamente a realidade e as preocupações da comunidade imigrante. -----

----- Para concluir, é legítimo questionarmos as respostas dos partidos políticos nesse domínio. Os partidos políticos tendencialmente pensam em grande, ou seja micro, muitas vezes sem respostas micro para o sujeito em concreto e temos muitos casos, infelizmente, no dia-a-dia. Nesse âmbito pode haver uma imposição por decreto, o estabelecimento de quotas de participação das minorias nas listas, exemplo que há na paridade em relação às mulheres, mas essa discussão não está na ordem do dia em Portugal. -----

----- Apesar dessa medida colmatar de imediato a lacuna de participação nas listas, a verdade é que fica por resolver e tem que se resolver, não pode ser *ad eternum*, a questão de fundo, políticas concretas de integração mas também com o reforço da participação na vida política dos imigrantes. -----

----- Para terminar, registo que, como eu disse no início da minha intervenção, essa representatividade constrói-se passo a passo e no âmbito do reforço dessa tal representatividade dos líderes africanos é de crucial importância o compromisso assumido pela Câmara Municipal de Lisboa no apoio à criação da Casa de África, uma organização não governamental em sintonia com as embaixadas africanas em Portugal, com as ONGs nacionais e internacionais, com vários institutos e instituições que têm parceria com o continente africano, a envolver a sociedade civil, com o

objetivo de fortalecer os vínculos com África que nós podemos considerar uma nova largada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Fernando Marques**, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN:-----

----- “Boa tarde. Eu vou falar da Mesa. Tenho muito gosto em participar nesta iniciativa.-----

----- A minha intervenção abordará duas partes. Numa primeira procurarei analisar as principais tendências nos movimentos imigratórios e numa segunda falar sobre o trabalho e a intervenção sindical neste domínio. -----

----- O primeiro ponto sobre as tendências imigratórias. Portugal foi durante muito tempo um País de emigração. Podemos salientar que nos Censos de 1960 a população residente estrangeira praticamente não tinha significado, representava 0,3% da população. Portanto, podemos dizer que é um fenómeno, o desenvolvimento da imigração é algo relativamente recente que se afirma com o 25 de Abril e na sequência deste, em resultado de diversas transformações. Desde logo o impacto da descolonização, com uma maior abertura económica, a que se seguiu nos anos 80 e 90 o aumento dos fluxos imigratórios provenientes sobretudo dos países africanos de Língua Oficial Portuguesa. -----

----- Um ponto que podemos dizer que representa alguma viragem neste tipo de imigração ocorre no início dos anos 2000, na viragem do milénio, em que há a imigração proveniente dos países da Europa de Leste e há uma mudança em dois pontos que me parecem importantes. Em primeiro lugar é uma imigração mais qualificada, o que não quer dizer que a inserção no mercado de trabalho o seja. Em segundo lugar, há a intervenção de redes internacionais de recrutamento de mão-de-obra face à imigração tradicional que utilizava as redes de familiares e amigos. -----

----- É importante analisar o último recenseamento da população de 2011, porque é um dos principais instrumentos que permite estudar e caracterizar a população imigrante. Verifica-se que há um aumento considerável da imigração, a população residente estrangeira já representa cerca de 400 mil pessoas, o que é 3,7% da população, que é uma população fortemente concentrada do ponto de vista local. A região de Lisboa concentra mais de metade e se formos ver os dez principais municípios, são todos nesta região, com exceção de um único, Loulé.-----

----- Verificamos que é uma população com uma estrutura etária mais jovem, o que indica que se trata de uma imigração sobretudo laboral, com um nível de escolaridade em geral mais elevado, com peso do nível secundário e pós-secundário. -----

----- Em suma, podemos dizer que até 2011 a imigração se caracterizava pela tendência de aumento e, em segundo lugar, por um aumento da diversidade em todos os planos, diversidade no tipo de imigração e não apenas a imigração laboral, mas a imigração de reformados, familiar, de dentro e fora da União Europeia, etc.-----

----- Diversidade no aumento de nacionalidades. Em 2006 calcula-se existirem mais de 170 nacionalidades presentes. Enfim, diversidade no crescimento das famílias em que um cônjuge ou um parceiro tem nacionalidade estrangeira.-----

----- Esta situação não é ainda muito clara, mas poderá ter mudado nos anos recentes com a crise. A crise tem impactos profundos nos movimentos migratórios. Passámos a ter um saldo migratório negativo, porque aumentou fortemente a emigração e porque houve uma retração na imigração. Isto tem consequências em termos de evolução da população, que está a cair há alguns anos e em que se prevê uma continuação da baixa populacional nas próximas décadas, a manterem-se estas tendências.-----

----- Relativamente à imigração, há uma quebra de 53 mil pessoas na população residente estrangeira. Não abrange todas as comunidades, mas algumas são mais atingidas, como é o caso da comunidade brasileira e ucraniana.-----

----- O meu segundo ponto respeita ao trabalho dos imigrantes e à atividade dos sindicatos. A primeira questão que queria salientar e, aliás, retomar é que também aqui há diversos tipos de imigração. Portanto, mesmo quando se analisa as questões de trabalho é difícil arranjar um quadro que sirva todos os tipos de imigração.-----

----- Há uma migração assalariada de pessoas muito qualificadas, que é muito antiga e que está ligada à presença de capital estrangeiro e em particular de empresas multinacionais. Há migrações de trabalho assalariado com níveis de qualificação muito diferentes, nalguns casos de trabalho pouco qualificado. Há também migrações de trabalho mais por conta própria, de que um exemplo é a imigração chinesa. -----

----- Retomando os Censos 2011, verifica-se que há uma maior taxa de atividade, uma maior inserção na atividade económica, o que tem a ver com o facto de predominar a imigração laboral mas que há uma inserção desfavorável no mercado de trabalho e daria dois indicadores. Um é o de uma taxa de desemprego consideravelmente mais elevada, a segunda é de uma forte concentração nalgumas profissões. O Censos mostra que mais de 40% da população estrangeira está empregue em cinco profissões, por esta ordem: limpeza, vendedores em lojas, trabalhadores da construção, cozinheiros e empregados de mesa. -----

----- Quanto à atividade sindical, que é o meu último tópico, os sindicatos têm pela sua própria natureza uma ação em defesa da igualdade no trabalho, nomeadamente mas não apenas na igualdade salarial e nas lutas contra as discriminações. Portanto, procuram desenvolver atividade com este objetivo. -----

----- Do ponto de vista da organização, a posição da CGTP é de que os trabalhadores não devem criar organizações separadas por tipo de nacionalidade, mas integrem-se nos sindicatos dos países de acolhimento. Pela mesma razão que não se defende que os portugueses no Luxemburgo criem sindicatos da atividade A ou B, separada de portugueses, ou mesmo na Grã-Bretanha, ou mesmo em qualquer outro país, defende-se que no caso português se devem integrar nos sindicatos, de setor ou outros, portugueses.-----

----- Têm sido desenvolvidos protocolos entre as organizações sindicais, no caso da CGTP, e as confederações dos outros países no sentido de facilitar a ação com vista à igualdade no trabalho e acessoriamente, mas também é importante, a integração na sociedade. Desenvolver inclusivamente projetos específicos e recordaria que durante 2010/2012 desenvolvemos um projeto chamado ‘Imigração – Informar Para Melhor Integrar’, que foi dirigido sobretudo a ativistas e representantes sindicais, com edição

do material em quatro Línguas, Português, Inglês, Ucraniano e Romeno, incluindo um estudo e um guia jurídico, e depois a realização de várias oficinas de trabalho e, no final do projeto, de uma conferência internacional em Lisboa. -----

----- Em suma e concluindo, o nosso objetivo fundamental neste domínio é assegurar direitos iguais no trabalho e contribuir para a integração social. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora:** -----

----- “Agradecer as excelentes apresentações de cada um dos nossos oradores e salientar aqui alguns pontos, nomeadamente a questão da importância para a sociedade portuguesa dos ganhos com a riqueza cultural gerada por esta imigração e pelos migrantes que escolhem Lisboa e a Área Metropolitana, como aqui foi dito, para sítio onde desenvolver a sua vida. -----

----- Também focar a questão da participação política, até que ponto está facilitada ou não esta questão do acesso e da representatividade na vida política nacional, uma vez que neste momento, como já foi dito, existe o condicionalismo dos acordos de reciprocidade que não generalizam a participação a toda a vida política do País. -----

----- Também a questão das tendências migratórias, ou seja, nós todos os dias notícias das mortes que estão a ocorrer nos mares, de quem tenta atravessar para a Europa e para o sonho europeu no sentido de encontrar melhores condições de vida, de fugir de cenários de guerra e de catástrofe e até que ponto a Europa consegue ou não dar resposta a esta procura e à necessidade que tem de integrar a nível demográfico este capital humano e a nível de sustentabilidade económica de segurança social também. Os sistemas sociais não são menos displicentes também para este pensar do futuro da Europa neste mundo global. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Moz Caldas,** Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade: -----

----- “Em primeiro lugar gostava de cumprimentar todos os intervenientes. Gostaria de centrar a minha questão nos aspetos da participação política, essencialmente em duas dimensões. -----

----- Estes fenómenos migratórios têm, por um lado, a necessidade de ver promovida a participação política nos países de destino, mas porventura sem promover uma completa rutura com a participação política das comunidades migrantes relativamente também aos seus países de origem e hoje em Portugal essa é uma questão. Com o aumento da própria diáspora da minha geração deslocando-se para fora começam a notar-se fenómenos que não sejam desejáveis numa democracia sã. -----

----- Não vemos que o recenseamento eleitoral nos consulados esteja a crescer de uma forma significativa e não antecipamos que haja grande expressão eleitoral dos portugueses lá fora. -----

----- Eu gostava de perguntar se o mesmo fenómeno sucede com os imigrantes do território português, se perdem também os laços de participação política com os seus países de origem, porque eles não perdem a identidade da sua proveniência com o seu movimento migratório, e se por outro lado têm dificuldades, como é evidente, em criar as ligações de participação política no seu país de destino. -----

----- Uma segunda questão é saber de que maneira as autarquias locais podem contribuir para essa integração, ou seja, no espaço de base local de que maneira é que veem que as autarquias possam contribuir para um esforço suplementar de integração das comunidades nos locais mais específicos em que se inserem. Portanto, não só uma integração no país de destino, mas na cidade de destino, na freguesia de destino, de que maneira é que as comunidades locais podem contribuir para uma maior participação e integração das comunidades imigrantes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS):**-----

----- “Complementando aqui um pouco as observações que fez o André Caldas, porque me parece que é também a questão espelho em relação aos imigrantes cá, esta questão da participação política ativa prende-se depois com todo o envolvimento cívico também dos imigrantes. Aquilo que é muito patente é que há um desinteresse generalizado e nós hoje em dia vivemos uma época em que lutamos muito ativamente contra esse desinteresse, não só da população imigrante, mas também da população portuguesa, que tem uma capacidade eleitoral plena e mesmo essa tem um desinteresse generalizado pela vida política e pela tomada de decisão ao nível não apenas local e ao nível local é onde estamos mais avançados, mas também ao nível nacional. Seria muito importante dar esse passo, de permitir de facto que os imigrantes pudessem ter um envolvimento.-----

----- A política local, obviamente, altera a vida e a participação do imigrante no sítio onde reside, mas é a nível nacional, a nível da legislação nacional que depois se alteram todas as condições que alteram a vida do imigrante. Portanto, essa participação, é muito preocupante que não possa ser plena e são questões que alteram todo o envolvimento e a participação no dia-a-dia na vida cívica, porque sabemos que a participação cívica pode ser feita mesmo sem a ligação à vida política e tem que o ser, mas é depois óbvio que é no plano político que se tomam as decisões. -----

----- Quando a luta pelo direito ao voto é uma questão tão presente pela proximidade até temporal, devia-nos preocupar aqui esta questão de termos pessoas que não podem tomar nenhuma decisão, não só porque não podem participar, mas também porque não podem eleger. Essa participação também ao nível nacional dever-nos-ia preocupar e eu gostava de pôr aqui esta questão de como é que esta participação, não podendo no enquadramento legal atual, pode ser ultrapassada não apenas ao nível local, mas ao nível nacional.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS):**-----

----- “Eu tinha preparado uma intervenção, mas face ao debate não resisto a falar mais espontaneamente e queria começar por saudar a Mesa e as intervenções da Mesa e fazer uma saudação muito particular à Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto, que preside a esta sessão e que é um bom exemplo de participação política. É uma cidadã cabo-verdeana, membro ativa desta Assembleia. Infelizmente só conheço outra cidadã cabo-verdeana nesta Assembleia, também cidadã portuguesa, a Senhora Deputada Municipal Sofia Oliveira Dias. A Senhora Deputada Municipal Floresbela

DRAFT

Pinto, eleita como Independente no Grupo ‘Cidadãos Por Lisboa’ nas listas do PS e a Senhora Deputada Municipal Sofia Oliveira Dias também nas listas do PS. -----

----- Eu devo dizer que há pelo menos duas décadas que me bato contra esta falta de participação. Por um lado a Constituição da República Portuguesa estabelece o princípio de tratamento nacional em matéria de direitos gerais, civis, inclusive no direito a prestações está consagrado o princípio de igualdade de tratamento nacional e ainda bem que é assim. É um estatuto constitucional que felizmente está muito acima daquilo que é a legislação da União Europeia em tudo isto e é importante dizê-lo. -----

----- Em segundo lugar há uma questão que pelo menos desde o princípio dos anos 90 do século passado eu e o então Senhor Deputado António Costa defendemos, é que se devia abolir a exigência de reciprocidade para as eleições locais, que são eleições de vizinhos, em que toda a gente que reside no País deve poder participar e poder ser eleito. Parece-me que isso é evidente e esta é uma questão. Agora, também a questão é que não basta poderem participar, é preciso participarem efetivamente nas organizações cívicas, seja em associações como os ‘Cidadãos Por Lisboa’, seja nos partidos políticos. Participem na vida e irem àquela disputa. -----

----- Eu devo dizer, permitam-me este singelo testemunho, que vejo por exemplo com muita satisfação cidadãos que ainda não têm direitos de participação política em Portugal, como por exemplo cidadãos guineenses e são-tomenses, que se inscrevam por exemplo no Partido Socialista. Há muitos que se naturalizam e depois passam a participar a outros níveis, há Deputados Municipais. Aqui na Assembleia Municipal de Lisboa há poucos, devia haver mais, mas noutras assembleias também há e nas juntas de freguesia, de diversos partidos, há efetivamente pessoas, mas devia haver muito mais, é muito insuficiente. Não é uma participação equitativa, mas que passa pelo caminho das instituições, participar nas associações de cidadãos, nos partidos, nos sindicatos. Saúdo a posição que os sindicatos têm em todo este processo.-----

----- Por outro lado, queria também dizer com clareza que para além desse princípio de equiparação e de participação a nível local e de outros direitos políticos, como é a manifestação, petição, tudo isso são direitos gerais. Agora, há direitos políticos que têm a ver com a pertença do Estado Português em diversas organizações políticas, concretamente a questão do direito de voto nas eleições europeias está ligada à participação de Portugal numa instituição política chamada União Europeia, que nós podemos desejar o contrário, mas não reconhece a possibilidade de outros cidadãos que não cidadãos europeus participarem nessas eleições. -----

----- O Professor Jorge Miranda há uns anos defendia que outros podiam participar, mas essa tese foi vencida e hoje é claríssimo perante a legislação europeia que não é assim. -----

----- Acontece também que há outra organização política importante de que Portugal faz parte, que é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Isso também justifica que a Constituição da República, por maioria qualificada, aprovou no artigo 15, número 3, a possibilidade de dar direitos políticos superiores, nas condições aí previstas, inclusive ser Deputado, ser membro do Governo, a cidadãos dos países de Língua Portuguesa. Disso há apenas um vislumbre ainda, porque eu quero acreditar

no futuro, que é a possibilidade dos brasileiros, com igualdade de direitos políticos, podem votar nas eleições legislativas para a Assembleia da República. Eu até acho que podem ser eleitos e que, se a comunidade brasileira fosse mais proactiva nesse aspeto, se calhar já estavam a ser eleitos. A interpretação que faço do Tratado de Amizade e Cooperação Entre Portugal e Brasil permite que sejam eleitos e não apenas que votem. -----

----- Eu queria também dizer que há passos que se podem dar. É público e notório que o PS defende a cidadania lusófona, foi assumido isso e defende que aquilo que existe nos acordos, nomeadamente com o Brasil, deve ser generalizado a outros países de Língua Portuguesa. -----

----- Queria saudar Cabo Verde, na pessoa do representante da Associação Cabo-Verdeana, porque Cabo Verde foi pioneiro no quadro da CPLP, aprovou o Estatuto de Cidadão Lusófono, aprovou e pratica e eu até o desafiava a dizer alguma coisa sobre a participação dos guineenses, por exemplo, e dos portugueses nas eleições locais em Cabo Verde, se há dados sobre isso. -----

----- A Guiné-Bissau também aprovou esse Estatuto de Cidadão Lusófono, mas a instabilidade política não tem permitido que implemente, mas são passos realmente importantes e eu penso que é preciso fazer estes passos. -----

----- Desculpem o plebeísmo desta questão, mas para ganhar a lotaria é preciso comprar o bilhete. A Floresbela está aqui porque é uma cidadã que por mérito próprio ganhou o direito e é muito bom que haja cada vez mais Floresbelas Pinto nesta Assembleia Municipal.” -----

----- **A Moderadora:** -----

----- “Muito obrigado pelas palavras que me dirigiu. Não podia estar mais de acordo de que estamos muito aquém daquilo que seria necessário para ter esta participação mais efetiva e mais representativa das comunidades migrantes. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa:** -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Eu queria em primeiro lugar felicitar a Mesa e agradecer as vossas intervenções, as três bastante interessantes, desafiantes para nós qualquer delas e, portanto, acho que aqui aprofundámos alguns temas e vamos para casa refletir talvez de outra maneira sobre matérias que aqui foram suscitadas. -----

----- O motivo de pedir a palavra prende-se por duas questões que queria aqui deixar. A primeira é que aquilo que eu sinto, e tenho alguma experiência de dois partidos diferentes para poder dizê-lo, é que a cultura interna dos partidos não é muito favorável a que haja uma participação muito ativa das comunidades imigrantes. Gostam de lhes pedir o voto mas quando se trata de arranjar oportunidades para poderem ter uma afirmação e poderem ser candidatos, seja a que lugar for, as coisas já não são tão fáceis. Eu penso que isso tem a ver bastante com uma cultura partidária que precisa de ser refrescada, precisa de ser renovada e precisa de compreender que enquanto nós não tivermos, e aí concordo plenamente com o representante da Associação Cabo-Verdeana, maior representação efetiva nos lugares eleitos de representantes das comunidades imigrantes nós temos uma democracia truncada. Não

DRAFT

é uma democracia plena, porque nos falta até em termos visuais, em termos de reconhecimento, em termos de identificação, falta-nos uma parte daquilo que é a composição da nossa sociedade.-----

---- Aí eu chamo bastante à pedra a cultura interna dos aparelhos partidários, que eu conheço bem, e o caso da Floresbela que já foi aqui citado. Naturalmente que a Floresbela está naquele lugar porque não éramos um partido, éramos um simples movimento de cidadãos, não havia hierarquia entre nós. Portanto, não foi assim tão difícil, se fosse dentro de um partido provavelmente seria bastante mais difícil. -----

----- Eu queria deixar aqui esta nota. Não me compete a mim dar lições de moral a ninguém, como é evidente, nem dizer aos partidos como é que eles se devem comportar, porque cada partido tem as regras, os seus dirigentes e as suas maneiras de trabalhar, mas senti muitas vezes esta dificuldade dentro dos partidos políticos e, portanto, há aqui também uma necessidade de lhes chamar à atenção para uma mudança de atitude relativamente à participação dos imigrantes. -----

----- A outra questão que eu queria chamar à atenção é bastante diferente desta e é uma nota pessoal. Eu estou muito indignada, mas muito mesmo, com declarações que vi nos jornais de hoje do nosso Chefe de Estado na Noruega relativamente ao Mediterrâneo. Eu não sei se as declarações são verdadeiras, porque às vezes os jornais podem deturpar aquilo que a pessoa terá dito. Eu conferi em dois jornais diferentes a mesma coisa, mas o Senhor Presidente terá dito, enquanto a Senhora Primeira-Ministra da Noruega dizia que a questão do Mediterrâneo era uma tragédia, que é e deve ser assumido por nós todos que é uma tragédia que nos interpela e temos que impedir que ela continue a agravar-se todos os dias, o nosso Presidente da República disse uma coisa que eu acho que envergonha os portugueses, que era uma ameaça para a Europa. -----

----- Eu fiquei muito envergonhada. Os imigrantes não são nenhuma ameaça para a Europa, a Europa é que pode ser uma ameaça para os imigrantes, mas esperemos não chegar aí. Portanto, queria deixar aqui o meu protesto veemente. Estou convencida que há muitos cidadãos portugueses que sentem o mesmo que eu e fiquei muito envergonhada com estas declarações. Não podemos ter uma pessoa que tenta representar o nosso País, que pelos vistos é um exemplo de integração e é citado nas políticas comunitárias como sendo um bom exemplo de integração e depois termos um Chefe de Estado a dizer isso. Isto não é uma gaffe, é uma afirmação grave e que lesa os interesses do Estado Português. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Mamadou Ba:** -----

----- “Muito boa noite a todas e a todos. -----

----- Queria sobretudo ressaltar sobre a intervenção da Senhora Presidente, dizer que, de facto não é nenhuma gaffe, nem sequer é defeito, é feitio do Senhor Presidente. -----

----- Não sei se vocês se recordam nas eleições Presidenciais em 2005, num famoso debate televisivo, ele disse que havia um perigo de invasão de imigrantes em Portugal e na altura nem sequer estávamos a viver a situação que estamos a viver agora. -----

DRAFT

----- Portanto, não é defeito é feito, nem sequer é uma gaffe, é uma convicção profunda que o Senhor Presidente tem, é um posicionamento ideológico, é essa ideologia anti-imigrante, é essa fobia, essa sanha anti-imigrante que está instalada no nosso espaço político, que se reflete nas declarações do Senhor Presidente. -----

----- Eu queria fazer algumas observações sobre aquilo que foi dito até agora. Primeiro saudar os intervenientes da Mesa, alguns são companheiros de luta do movimento associativo e outros noutros foras. Não vou abordar sequer as questões sobre a participação noutros espaços de cidadania, nomeadamente sobre a questão cultural, sobre a questão económica, sobre as exclusões ou a segregação espacial, tudo isso, sabemos que é o cotidiano e é a realidade dos imigrantes. -----

----- Eu quero falar sobre aquilo que as pessoas não querem falar, é a questão política de fundo, essa é a questão política de fundo, é a questão do racismo que está por trás da não participação política. Esta é a questão central sobre a qual ninguém quer falar, porque o racismo é um tabu na nossa sociedade. -----

----- Há uma ideia de que nós herdámos do luso-tropicalismo a miscigenação, portanto, ultrapassámos todas as barreiras da indiferença, todo o preconceito, e então, somos muito universalistas e até, portanto, não há racismo na nossa sociedade. -----

----- Nós ouvimos muitas vezes as nossas autoridades regozijarem-se com rankings internacionais, sobre a nossa capacidade em integrar comunidades imigrantes. -----

----- Mas que integração é esta? -----

----- Quando a diferença é motivo de exclusão política, quando a origem é motivo de exclusão política, quando o racismo sobrevive na sociedade Portuguesa. -----

----- Que inclusão é esta? -----

----- Quando as pessoas não podem decidir, livremente escolher quem querem que mande na sua vida. Porque são cidadãos, pagam impostos aqui, e aliás, como se dizia na revolução americana, não é, não há taxa, sem voto. -----

----- Quem paga impostos tem que ter direitos, nós somos tão imputáveis como qualquer um que está aqui nesta sala. -----

----- Eu digo nós, sou cidadão como qualquer um que está aqui, considero-me cidadão Português, porque é aqui que eu vivo, é aqui que eu faço tudo. Convosco partilho este espaço, convosco divido todas as dores e os problemas deste País, portanto, eu sou tão Português como qualquer pessoa que está aqui nesta sala, porque eu contribuo para o desenvolvimento deste País. Portanto, não é aceitável que nos venham, sobretudo agora, nós sabemos que quando falamos no direito de voto, nós temos três argumentos contra o direito de voto e todos eles para mim não colhem. -----

----- O primeiro argumento é um argumento falacioso e um argumento constitucional. A direita e a esquerda dizem-nos sempre, é perigoso encetarmos uma revisão constitucional, porque ela pode virar mais à direita ou mais à esquerda. Isso é uma desconversa. Depois há o argumento da oportunidade social que é dizer, a sociedade não está pronta, não está preparada, para essa alteração tão significativa. -----

----- Mas que diabo, pergunto eu? -----

----- Quando nós conquistámos o sufrágio universal, estivemos à espera que os reacionários não permitissem? -----

DRAFT

----- Quando lutámos para que as mulheres tivessem direito ao seu corpo, estivemos à espera que os reacionários nos autorizassem? -----

----- Não o fizemos, fomos à luta e ganhámos essas batalhas. -----

----- Depois há efetivamente o outro argumento, esse até acho que é discutível, que é o argumento da soberania. O Senhor Deputado Municipal José Leitão falou disso há pouco, eu discordo deste argumento, mas acho que é um argumento que tem que ser posto em cima da mesa para ser discutido com todos. -----

----- A mim, faz-me alguma espécie quando nós nos barricamos atrás de princípios de soberania nacional, para balizar direitos de cidadania. A cidadania é o facto de eu poder participar aqui e agora, como cidadão portador de direitos, que isso não deve depender da relação que este espaço onde eu vivo, tenha com o outro espaço de onde eu venho, não faz sentido absolutamente nenhum. -----

----- Eu acho portanto, que seria muito importante que nós começemos a colocar em cima da mesa a questão do direito político, porque o problema, o problema da imigração é que durante muito tempo continuou a ser esta a filosofia: a imigração está colocada na esfera dos negócios, não na esfera dos direitos. Isso tem que acabar. Ir e vir é um direito, a liberdade de circulação é um direito. -----

----- Aliás, eu digo, com o nosso Senhor Presidente que vai agora passear e a fazer essas declarações, depois de nós termos tido a derrota moral do nazismo e supostamente a derrota moral do racismo, porque assinámos a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como é que e possível ainda continuarmos a dizer que a democracia é universal, quando há os que não podem, os e as, que não podem fazer parte desse universo? -----

----- A democracia só será universal quando todos e todas que vivem no mesmo espaço puderem exercer em igualdade de circunstâncias os direitos políticos, porque são esses que são essenciais para fazer comunidade política. O que é preciso para que haja processo de integração política é haver possibilidade para que os imigrantes tenham capacidade e possibilidade de fazer comunidade política. -----

----- É isto que temos que olhar de frente, perceber que nós não nos podemos condenar a ser agarrados ao passado, nomeadamente, há aqui algum saudosismo colonial. Este tempo já passou, é irreversível. É preciso olhar para o presente. Haja mais Florbelas e outras, e outras, e outras, noutros espaços, porque participação política nós fazemo-la todos os dias. Eu sou ativista dia e noite, eu e milhares e milhares de imigrantes. Agora, o que não temos é espaço para poder, em igualdade de circunstâncias, participar como vocês todos participam, e esse é o desafio, porque o direito de voto não é apenas um imperativo cidadão para os imigrantes, é um desafio democrático. Não é aceitável que uma parte da sociedade fique arraigada do espaço e da participação política, que é o que acontece.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos:** -----

----- “Muito obrigado a todas as intervenções e à Mesa, porque elas permitem, enfim, com uma certa pertinência e até um certo prazer, em fazer a minha intervenção. -----

----- É verdade que as migrações são milenares. -----

----- É verdade, nós conhecemos as causas e as motivações. -----

DRAFT

----- É verdade que a espécie humana nasceu no corno de África, 250000 a 500000 anos. Nascemos todos, desde os Chineses, a Portugueses, ou outros, em África há mais de 250000 anos.-----

----- É verdade que a razão das migrações são sempre as razões diretas que conhecemos, são naturalmente razões de sobrevivência, são razões económicas, são a escassez de recursos e eventualmente de desastres naturais. -----

----- Atualmente os motivos diretos têm a mesma natureza objetiva, mas importa aqui pensar, refletir um pouco sobre as causas primeiras, as causas primeiras da migração. E as causas primeiras são a desigualdade planetária, são a exploração, a guerra e a pobreza, que se atribuem ao nosso regime capitalista mundial, esta é uma questão inultrapassável.-----

----- Em síntese as migrações resultam de processos à procura da melhoria de condições de vida e trabalho, e isto é uma questão essencial, é uma questão de classe, é uma questão de classe. E hoje a tragédia que estamos a ver no Mediterrâneo, a tragédia dos muitos milhares de Portugueses na Europa ou em África nas novas migrações, são o exemplo elucidativo da falta de condições na origem à procura de novas condições, mas é uma questão de classe. Claro, também há os ricos do cartão *gold*, mas quem vai no processo é quem trabalha e está claramente na parte mais difícil, com menores direitos, com menores possibilidades. E é verdade que podemos falar no direito político, quando o direito ao trabalho não está garantido. Merda para a senhora política, dirão, em que temos de trabalhar direto este tema.-----

----- Falar deste tema é afinal falar do Governo que temos e da sua política, poderá como disse a nossa Presidente, acrescentarmos também o Presidente da República. Falar desta política é falar das políticas de direita que temos tido aqui, e que como se vê, não menos na Europa. Alguns dirão, da Europa e aqui, eu direi, em ambos. Que são contrárias aos povos, contrárias aos povos da Europa. Somos nós, mas foram os espanhóis, foram os italianos, os gregos, quantos imigrámos? Este Século XX, foi um século em que corremos Seca e Meca, nós e os vizinhos. E agora, temos os vizinhos mais próximos que têm um lar, são eles da Ásia e de África.-----

----- Mas o que nós, o capitalismo rico da Europa, neste caso, o que fizemos lá de onde eles partem? Ah, destruímos a Líbia, empobrecemos e sessemos toda a Europa Central, toda a África Central. E o que fizemos? Ah, na Ásia ainda têm uns direitos, mas já destruímos o Iraque, vamos a caminho pela Síria, vontade não nos falta de dar cabo do Irão.-----

----- Ora, digamos que boas razões não há, para que eles tenham razões de procura de sobrevivência e de outras razões, e depois vemos esta atitude farsante da Europa a dizer, vamos-lhes salvar a vida para que eles não se afundem no mar.-----

----- E eu digo assim, e nada mais vos interessa? Só panaceia? Só tratamentos que não curam. Nada é feito para modificar as condições e as causas primeiras das coisas.-----

----- Temos que romper com esta política e por isso eu acho bem-intencionado, umas ideias, boas, boas, mas também cá esta, é uma questão de classe. A gente poderá dizer e quantos trabalhadores, quantos imigrantes trabalhadores, quantas mulheres trabalhadoras, estão ou participam na atividade política em geral? É verdade, quarenta

a quarenta e cinco horas, mais cinco de caminho, cinquenta a sessenta horas. Estamos a cumprir um ciclo semanal de trabalho equivalente, casa a casa, semelhante aos nossos camaradas trabalhadores da Magna Carta do Século XIX que tanto lutaram pelas dez horas, já não estou a falar das mulheres de Chicago das oito horas. -----

----- Portanto, digam, atividade cidadã, quando? Depois de jantar. Quando? Quando? --

----- Quantos têm o privilégio como nós de termos este gosto, de estando alguns já reformados, há muito reformados, mas muitos como eu ainda no ativo de dizer, hoje não vou trabalhar no trabalho normal, vou trabalhar para a Assembleia Municipal às catorze e trinta num dia de trabalho normal e coloco o dedo no ponto e digo, hoje estou dispensado. -----

----- Poderão perguntar, que gosto eu vou ter nesta atividade? Muito! Mas bastava o meu patrão dizer, que é o patrão Estado, ainda ser mais rigoroso e diga, quando é que você me compensa as horas que perdeu para ir conversar lá para aquela Assembleia? --

----- É preciso dizer que as condições objetivas é que determinam o avanço. As subjetivas também lá vão, mas as objetivas são uma questão de classe e a questão de classe é a classe trabalhadora que terá que fazer a sua emancipação, independentemente da cor, da origem e do local onde trabalham. -----

----- Todos temos uma responsabilidade! -----

----- É uma reflexão a que todos deixamos. Não há migrações sem exploração de classe. Muito obrigado.” -----

----- **A Moderadora:** -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Damos por concluído estas intervenções e estas interpelações à Mesa. -----

----- Desde já agradecer a todos os que participaram e que enriqueceram este debate, com todos os pontos de vista diferentes. -----

----- Eu vou passar então a palavra à Mesa para uma ronda final. -----

----- Dada a riqueza das várias intervenções, vou apelar a que os nossos oradores tenham, digamos, uma capacidade de sintetizar em dez minutos a vossa intervenção, no sentido de também tentar dar aqui algum contributo perante as intervenções que foram feitas. Portanto, eu irei dar a palavra aos nossos oradores pela ordem inversa com que fizeram as intervenções. -----

----- E vou começar por dar a palavra ao Doutor Fernando Marques.” -----

----- **Fernando Marques:** -----

----- “Muito obrigado. Vou fazer três notas no final. -----

----- A primeira é para me associar às intervenções, no sentido de maior envolvimento e participação dos imigrantes em todas as esferas, política, cívica, sindical, etc.. Os sindicatos têm dado o seu contributo, mas isto não é só por si suficiente, e portanto, relativamente a esta temática, associo-me a essas preocupações. -----

----- Segunda nota é sobre a estratégia do Mediterrâneo para dizer que houve uma tragédia de dimensão, não digo equiparável a esta, mas dimensão suficiente para abanar as pessoas em 2013 e na sequência disso houve um Conselho Europeu, onde a perspetiva é tratar o problema da imigração através do recurso a medidas de carácter securitário. Portanto, para dizer que a minha preocupação neste domínio é que não

acredito que alguma coisa fundamental mude neste domínio. Até porque, também não acredito ter sido uma gaffe a posição tomada, porque quando se observa o clima hoje prevalecente na Europa e inclusivamente no plano de eleições europeias, eleições em países europeus e observamos um discurso em que se põe inclusivamente em causa, na minha opinião, a livre circulação de trabalhadores, por exemplo, quando se procura restringir, mais ou menos direto, o acesso a prestações da Segurança Social pelos imigrantes. Isto não é apenas em um ou outro país é de vários, posso citar o Reino Unido, como a Bélgica ou a França. -----

----- Terceira nota sobre um discurso que também está um pouco na moda, que é distinguir entre os bons e os maus imigrantes em função da qualificação. Eu não abordei isso na minha intervenção, enfim, pensava que só tinha dez minutos e depois não quis incluir esse tópico, mas acho que é um tópico sobre a qual vale a pena refletir. Por exemplo, em Março deste ano foi publicado um plano estratégico das imigrações e lá vem a perspectiva da imigração, em que é boa a imigração que for qualificada, mas isto pode levar a discriminações que não são aceitáveis. Porque a mesma governação que diz e que apela ao chamado capital social “humano”, depois procura retirar a esses países, ao fim ao cabo, os seus quadros mais qualificados e é contraditório com uma política, que no mesmo documento em que se diz que se deve apelar à vinda dos imigrantes mais qualificados, diz também que se deve tomar medidas para o regresso dos emigrantes mais qualificados porque são fundamentais para o desenvolvimento económico dos países. Ou seja, há aqui discursos muito ambíguos e há aqui de algum modo formas de guerra económica encapotadas, porque se nós retiramos aos países os seus trabalhadores mais qualificados, nós estamos a interferir no nível de desenvolvimento desses países, pois está-se a contribuir para aquilo que esses países mais temem, que dizem que é ser a imigração clandestina.” ----

----- **Mário de Carvalho:** -----
----- “Muito obrigado, vou ser bastante sintético. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Doutor José Leitão sobre o Estatuto do Cidadão Lusófono. Realmente foi aprovado e assumido na Cidade da Praia, Cabo Verde, em 1997 se não estou em erro, penso que sim, em que tinha por base a cidadania e a circulação das pessoas no espaço lusófono.-----

----- Quer dizer, ainda ficámos no modelo, ainda estamos a discutir o modelo. É que é um modelo que transporta quatro continentes, não existem fronteiras terrestres, portanto, é extremamente complicado. Cabo Verde pode ter muita vontade em dar o passo em frente, em contribuir como assumiu, mas falta a questão económica. Nós sabemos o que é que define a tal livre circulação do cidadão no espaço lusófono e a questão da cidadania já caiu, portanto, fica a livre circulação do cidadão no espaço lusófono, quer dizer, mas ainda o modelo está a ser pensado. -----

----- A questão da cidadania, com a entrada de novos países no espaço, já caiu a questão da cidadania, está-se a pensar a questão económica, mas quem tem uma palavra é onde impera o poder financeiro, e estes aqui nem querem saber disso. Portanto, se calhar isto aqui ainda fica para uma discussão daqui a mais dez quinze anos, ainda continuamos a discutir a questão do modelo. Mesmo Cabo Verde além de

DRAFT

assinar assumiu, mas, coitado de Cabo Verde, coitado de Cabo Verde quando digo é em termos económicos, portanto, fica aqui a vontade. A vontade há em assumir, discute-se vontades, faz-se mais uma vírgula, uma exclamação, uma interrogação, mas ficamos por aí. -----

----- A questão levantada, que tem muito a ver as duas primeiras questões que se levantaram pelo Doutor André Caldas e a Doutora Sofia Cordeiro, quer dizer, há imperativos legais. Nós não podíamos aqui trazer boa vontade e enviar a discussão da participação dos imigrantes a partir de um certo momento, quer dizer, isso não faz sentido. Há questões legais, há imperativos legais que têm que se discutir *a priori*. -----

----- E nós repare, nas últimas eleições autárquicas participaram vinte cidadãos Cabo-verdianos em que participaram nas listas, catorze foram eleitos para assembleias municipais a nível nacional. Já se fez um encontro, a nação Cabo-Verdiana, fizemos esse encontro e estou pessoas aqui na sala daquele encontro da nação Cabo-Verdiana, e portanto, nós participamos, nós participamos, nós participamos, e é um facto que há um longo caminho a percorrer, mas já se fez muito trabalho, já se vê muito trabalho passado. Quer dizer, eu estou aqui sentado nesta mesa, porque é fruto do trabalho que já se fez, isto é indiscutível, agora meus caros, temos que discutir, se estamos numa encruzilhada, em que temos que discutir sem tabus. Temos que fazer essa discussão sem paternalismo, sem tabus a pôr em cima da mesa e ver o que é que não está bem. ---

----- A participação efetiva na cultura vê-se claramente no movimento associativo, temos um movimento associativo forte, quer dizer, mas isto é discussão para outras núpcias. Que movimento associativo nós queremos? Porque reparem, podemos discutir o financiamento dessas associações imigrantes, quer dizer, nem se fala em financiamentos. E quando é dependente, o movimento associativo quando depende de financiamento, um financiamento muitas vezes político-partidário... não há almoços grátis meus caros, isso é básico, é elementar, não há almoços grátis. -----

----- Quando se perde muitas vezes recorre-se a um financiamento, há sempre uma questão, que é a questão meu caro, nós também vamos precisar de num determinado momento um apoio, numa determinada altura. Quer dizer, nós não podemos, reparem, nós não podemos ter uma associação a funcionar oito horas por dia em registo de voluntariado. O voluntariado é interessante e importante, não vamos descartar, mas temos que ter profissionais à altura em termos de contabilidade para apresentar contas, em termos de atendimento nas secretarias, em termos de *site* para fazer a promoção e a publicidade, quer dizer, uma coisa leva a outra, mas o que nós não podemos fazer é partir de uma discussão num certo momento. Num certo momento enviar os conceitos e legitimar determinados conceitos, e a partir daí, dar sempre como adquirido a não participação do movimento associativo fraco e amorfo, quer dizer, desculpem mas isso não é verdade e há muito boa gente que sabe que não é verdade. --

----- Há imperativos legais que têm que se discutir, esses imperativos legais. Ponto de partida, esses imperativos legais, criar condições, só a partir daí é que podemos partir. Quer dizer, as outras questões da envolvimento da comunidade e da participação, que é uma participação efetiva, existe essa participação em vários campos e penso que não há dúvida que é visível.” -----

----- **Margarida Marques:** -----
----- “Eu aqui vou dar a minha opinião, uma vez que as questões que foram colocadas não têm que ver diretamente com o assunto que eu trouxe para aqui para esta mesa, mas acho que também me é permitido dar a minha opinião, portanto, vou dá-la.-----
----- Antes de mais agradecer por todos aqueles que começaram por lembrar, que estamos aqui a falar de imigrantes mas os imigrantes são pessoas. De facto é verdade, quer dizer, imigrantes, bom está bem, mas antes disso somos todos pessoas, não é? E nesse aspeto não há imigrante, não imigrante, há pessoas, há pessoas que têm determinadas características. -----
----- Por exemplo, pessoas que são do sexo feminino e que têm em Portugal, não só em Portugal mas particularmente em Portugal, têm dificuldades que são inerentes ao facto de vivermos numa sociedade, sem querer insultar ninguém, mas enfim, uma sociedade onde de facto as assimetrias de género são grandes e em que sobre as mulheres recaem, não apenas responsabilidades enquanto trabalhadoras, mas também enquanto mães, enquanto mulheres, enquanto donas-de-casa. -----
----- Quer dizer, há uma partilha bastante desigual das responsabilidades que comete às mulheres, ainda todo um conjunto de tarefas, que as privam de disponibilidades para outras coisas, por isso há poucas mulheres também na política de uma forma geral. Não só mulheres imigrantes, mas as mulheres em Portugal de uma forma geral, estão pouco na política, estão pouco nos lugares de administração, estão pouco nos lugares de direção, de decisão, porque têm pouca disponibilidade para outras tarefas, para participarem em outras esferas de atuação, de investimento, de intervenção. -----
----- Ai é o meu, desculpem. Lá está, uma tarefa, uma responsabilidade doméstica aqui a chegar-me ao telemóvel. -----
----- Bom, a questão do género, a questão do estatuto socioeconómico também foi aqui referido, é um facto. Quer dizer, a população imigrante em Portugal ainda tem, não direi na sua totalidade, tem parcelas muito significativas de pessoas que ainda vivem com grandes dificuldades, ainda vivem com grandes dificuldades.-----
----- Se passarmos por Lisboa, não obstante o trabalho gigantesco e aqui tenho mesmo que sublinhar, porque acompanhei todo este processo de realojamento, tenho de sublinhar realmente o esforço enorme que foi feito em Portugal no sentido, não apenas de realojar, não apenas de dar casa, mas de dar casa de forma digna. Não deslocando, não arrancando, não subtraindo as pessoas das suas comunidades locais, procurando pelo contrário, realojá-las localmente e criar condições para que esse realojamento fosse feito de forma digna. Mas quer dizer, não obstante esses esforços que foram feitos, ainda de facto há muito imigrante pobre em Portugal. Há uma diferença em termos de estatuto socioeconómico, que também impede uma participação mais ativa em termos de cidadania e muito especificamente em termos de participação nos partidos políticos.-----
----- E depois há a magna questão do racismo, quer dizer, temos de o reconhecer. As pessoas em Portugal não se encontram distribuídas de forma aleatória nas várias esferas da sociedade, nas várias instituições sociais. E há de facto, uma não aleatoriedade muito evidente na sub-representação de pessoas negras, também nas

DRAFT

esferas de decisão, também em determinado tipo de instituições, que é muito evidente, incluindo os partidos políticos que é muito evidente. -----

----- Portanto, estes três aspetos, a questão do género, a questão do posicionamento socioeconómico, a questão do racismo, haveria certamente outros, a língua, a nacionalidade, o próprio acesso à nacionalidade, etc., são condições, não são subjetivas, são muito objetivas. São uma espécie de mão muito visível, não invisível mas muito visível, que continua a afastar os imigrantes e os seus descendentes, que aqui é o aspeto, em meu entender e volto a repetir é a minha opinião, mais gravoso desta situação, das esferas de decisão e participação política e de cidadania de uma forma geral. -----

----- Gostaria ainda de fazer mais duas observações. -----

----- Primeiro apoiar e endossar por completo esta ideia de que os partidos políticos e a cultura dos partidos políticos tem de mudar em Portugal, tem de mudar. Neste momento penso que se já era importante há dez anos atrás ter havido uma mudança, hoje é desolador olhar para os nossos partidos políticos e à falta de representação de mulheres, de imigrantes, de pessoas de determinadas origens que não são aquelas a que estamos habituados. Já não sei quem foi que referiu aqui há bocadinho a questão do cinzentismo, mas de facto, quer dizer, temos de acabar com este cinzentismo. Estes partidos políticos que existem hoje em dia, de facto, eu não me sinto representada neles, ou pelo menos em alguns aspetos daquilo que existe que é a oferta partidária.----

----- Uma última palavra relativamente à questão da cidadania formal ou o acesso à cidadania formal, no sentido de poder com essa capacitação intervir ativamente nas eleições. Eu pessoalmente sou favorável, de facto, a uma maior abertura à participação nas eleições locais, mas tenho alguma reserva relativamente à participação irrestrita noutro tipo de eleições. Isto tudo porquê? Penso que a cidadania formal ainda é, não apenas respaldo, como uma proteção importante que tem de ser acarinhada, tem de ser protegida, tem de ser promovida, tem de ser repensada, sem dúvida, do viver em sociedade. Eu lembro-me de ter em tempos ouvido um anterior alto-comissário, dizer que os imigrantes em Portugal deveriam todos poder votar nas eleições legislativas. Eu pessoalmente tenho algumas reservas relativamente a isto.” ---

----- **A Moderadora:** -----

----- “Muito obrigado Doutora Margarida e aos restantes intervenientes, pelos seus contributos e por esta reflexão, que nos ajudaram a fazer aqui na Assembleia Municipal. Serão sem dúvida contributos valiosos para o trabalho que teremos para fazer, enquanto decorre este debate temático. -----

----- Relembrar todos os presentes que entretanto no dia dezanove de Maio, continuará a terceira sessão deste debate temático, e no dia vinte e dois de Maio está previsto um ciclo de cinema relativamente a esta temática com dois filmes, que aconselho vivamente a poderem ver, que é o “Cavalo Dinheiro” do Pedro Costa e “Lisboetas” do Sérgio Trefaut, um documentário também muito interessante. -----

----- Portanto, convido também à participação de todos, em princípio serão as duas sessões no dia vinte e dois de Maio no final, e portanto, apelo também a que possam

DRAFT

participar tanto nas sessões que faltam, nas duas sessões que faltam do debate temático, como também no ciclo de cinema que lhe está associado.-----

----- Muito obrigado a todos pela vossa participação e muito obrigado aos nossos oradores.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e vinte minutos.-----

----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----